

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Victória Perino Rosa

State-building, articulações transnacionais e a consolidação norte-americana no Kosovo
em perspectiva histórica

Mestrado em Relações Internacionais

São Paulo – SP

2024

Victória Perino Rosa

State-building, articulações transnacionais e a consolidação norte-americana no Kosovo
em perspectiva histórica

Mestrado em Relações Internacionais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Conflitos internacionais e violência nas sociedades contemporâneas”.

Orientador: prof. Dr. Reginaldo Mattar Nasser

São Paulo – SP

2024

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Rosa, Victoria Perino.

R788 *State-building*, articulações transnacionais e a consolidação norte-americana no Kosovo em perspectiva histórica / Victoria Perino Rosa.
– São Paulo, 2024.

157 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Reginaldo Mattar Nasser.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) –
UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em
Relações Internacionais San Tiago Dantas, São Paulo, 2024.

1. Kosovo (República) – História. 2. Construção de nação –
Kosovo. 3. Nações Unidas – Forças de paz – Kosovo. 4. Estados
Unidos – Relações exteriores – Kosovo. I. Título.

CDD 949.719

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

A pesquisa busca impactar com um novo olhar para as intervenções internacionais de *state-building*, chamando atenção para os processos históricos e violentos, os interesses materiais e das grandes potências, bem como as relações sociais que as viabilizam. O trabalho ainda se soma a um debate pouco explorado no Brasil, com novos conhecimentos sobre Kosovo, os Balcãs e a atuação das grandes potências na região.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

We seek to impact with a fresh look into international state-building interventions, drawing attention to the historical and violent processes, the material interests, and those of the great powers, as well as the social relations that enable them. The research also adds to a debate that has not been often addressed in Brazil, with new insights into Kosovo, the Balkans, and the great powers engagement in the region.

IMPACTO POTENCIAL DE ESTA INVESTIGACIÓN

Pretendemos impactar con una nueva perspectiva sobre las intervenciones internacionales de state-building, llamando la atención sobre los procesos históricos y violentos, los intereses materiales y los de las grandes potencias, así como las relaciones sociales que las hacen posibles. La obra también se suma a un debate poco explorado en Brasil, con nuevas perspectivas sobre Kosovo, los Balcanes y la actuación de las grandes potencias en la región.

Victória Perino Rosa

State-building, articulações transnacionais e a consolidação norte-americana no Kosovo
em perspectiva histórica

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Conflitos internacionais e violência nas sociedades contemporâneas”.

Orientador: prof. Dr. Reginaldo Mattar Nasser

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Reginaldo Mattar Nasser (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Prof.^a Dr.^a Marta Regina Fernández y Garcia (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

Prof. Dr. Tomaz Oliveira Paoliello (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

São Paulo, 04 de março de 2024.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações aqui expressas são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão da CAPES.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001. The opinions, hypotheses, and conclusions or recommendations expressed herein are those of the authors and do not necessarily reflect the views of CAPES.

AGRADECIMENTOS

Reginaldo Mattar Nasser obrigada pela confiança, amizade e parceria e compreensão. Antes mesmo de chegar à PUC-SP, já ouvia falar em seu nome como uma das grandes referências das Relações Internacionais no Brasil. Naquela primeira reunião do GEICI, que marcou o nosso primeiro contato, comecei a entender o porquê. O pensamento veloz, a disposição em debater e um repertório gigante capaz de chegar aos mínimos detalhes de tudo são, aos meus olhos, sua marca registrada. E inspiram muito a minha condição de pesquisadora. Uma honra ter sido escolhida para ser sua orientanda e dividir um pouco da minha trajetória pessoal com você.

Tomaz Oliveira Paoliello, de orientador a grande amigo. Você acompanhou tudo até aqui bem de pertinho e me deu muita força ao longo do caminho. Não encontro palavras para agradecer a sua generosidade.

Marta Regina Fernandez y Garcia. De antemão, agradeço imensamente a disponibilidade, a leitura atenta, os comentários, sugestões e *insights*. Fico honrada de ter sua presença na minha banca.

Aos professores do corpo docente do PPGRI San Tiago Dantas. Aprendi com os melhores e espero ser capaz de disseminar pelo mundo parte do conhecimento que adquiri. Informação boa mesmo é aquela que a gente divide. Obrigada por confiarem o conhecimento de vocês a mim.

Família, conseguimos. Onde estou, vocês estão comigo. Obrigada.

Colegas do San Tiago Dantas, obrigada pelo apoio, pelas leituras e por compartilharem parte dessa trajetória comigo. Desejo todo o sucesso do universo para vocês. Gustavo Oliveira Telles de Menezes, obrigada por compartilhar comigo *insights* riquíssimos sobre os Balcãs e pelas conversas em que dividimos um pouco de nossas pesquisas.

Beatriz Rauber, Maurício Doro e Maria Eduarda Guerra, um chamego especial em vocês. Sem amigos, a gente não chega a lugar nenhum mesmo.

Leonardo Moretti Sakamoto, obrigada pela compreensão com este processo. Adorei os momentos em que pude compartilhar um pouquinho dessa pesquisa com você. Enquanto escrevia, imaginava você lendo o trabalho e tentei seguir à risca as suas dicas de edição. Espero que tenha dado certo.

Toda equipe da ONG Repórter Brasil. Obrigada pela amizade, parceria e pela força. Vocês são o time dos sonhos. Me sinto em casa. Um agradecimento especial a Marcel Gomes, Natália Suzuki, Rodrigo Teruel, Fernanda Banyan, Tatiana Waldman, Jessica Migliorati,

Juliana Fuhrmann, Marta Vieira, Neusa Amorim, Poliana Dallabrida, Isabel Harari, Tássia Carvalho, Carlos Eduardo Chaves, Caju, Helen Freitas, Diego Junqueira e Ana Aranha pelas conversas e pela força sempre que precisei. Agradeço também Marília Ramos, Deborah Grajzer, Lucia Nascimento e Julio Lima. Uma honra dividir parte de minha trajetória com vocês, que tanto admiro e estimo.

Aos amigos e amigas, que tanto amo. Um abraço especial (apertado) em Candice Maille, Dividiane Sá, Gabriella Marretto e Mariana Bernussi. Sou feliz por ter mulheres incríveis que me apoiam.

Aos meus ex-alunos da FECAP, que são motivo de orgulho. Obrigada por ouvirem os tantos exemplos sobre Kosovo que eu trazia nas aulas. Tenho saudades de vocês. Brilhem onde estiverem!

A todo o departamento administrativo do PPGRI San Tiago Dantas e da PUC-SP. Um abraço especial em Giovana Vieira e Graziela Oliveira, que me deram o suporte necessário longo do caminho para navegar em meio a toda burocracia de forma tranquila.

All that is required for the task are a sound knowledge of social engineering, a clear sight of the intended goal, and power. These things the Overlords possessed. Though their goal was hidden, their knowledge was obvious and so was their power. That power took many forms, few of them realized by the peoples whose destinies the Overlords now ruled. The might enshrined in their great ships had been clear enough for every eye to see. But behind that display of sleeping force were other and much subtler weapons.

- Arthur C. Clark, *Childhood's End*.

I don't believe in an interventionist God.

- Nick Cave & the Bad Seeds.

RESUMO

Nas últimas duas décadas, muito foi produzido a respeito da Guerra do Kosovo em 1999. Especialmente no que tange aos processos contemporâneos de *state-building*, o Kosovo é um caso amplamente explorado. Frequentemente, a literatura no tema sublinha o caráter jurídico e/ou institucional do tema. Avaliamos, contudo, que há uma dimensão histórica e social da questão do Kosovo que é alvo de menor atenção, e diz respeito tanto aos próprios dilemas da questão estatal na região, quanto às articulações sociais que perpassam este fenômeno. Amparando-nos nas contribuições de abordagens e metodologias da Sociologia Histórica e dos estudos sobre o caso específico do Kosovo, o objetivo da proposta é estudar o avanço do projeto internacional de *state-building*, jogando luz na ação das grandes potências na região, bem como nas articulações transnacionais entre lideranças políticas e econômicas que, de alguma forma, se envolveram na questão do Kosovo. A pesquisa é guiada pela percepção de que os aparatos burocráticos, de segurança, bem como os poderes políticos e econômicos do Kosovo pós-conflito refletiram a articulação entre as lideranças transnacionais envolvidas no curso das hostilidades durante a década de 1990, bem como no processo de *state-building* pós-conflito. A questão do Estado do Kosovo não era, necessariamente, uma novidade nos anos 1990. Mas, em seus desdobramentos mais recentes, parece ter sido associada à expansão da ordem liberal na região, como um projeto guiado por lideranças transnacionais, especialmente nos Estados Unidos. Para tanto, os projetos de *state-building*, sob liderança norte-americana, dependeram do estabelecimento de relações sociais a nível internacional. Assim, no presente trabalho, buscamos inserir as mudanças do contexto e do processo histórico, as relações sociais, bem como os aspectos e interesses materiais dos atores envolvidos no curso das hostilidades no centro da investigação. Afastando-nos das interpretações jurídicas e/ou institucionalistas sobre o tema, avaliamos que, o contexto histórico, as relações sociais e os interesses materiais desempenham um papel central nos processos de *state-building* na política internacional.

Palavras-chave: state-building; Kosovo; Estados Unidos; Sociologia Histórica; Relações Internacionais.

ABSTRACT

Over the last two decades, much has been produced about the Kosovo War in 1999. Especially with regard to contemporary state-building processes, Kosovo is a widely explored case. The literature on the subject often emphasizes the legal and/or institutional nature of the issue. We believe, however, that there is a historical and social dimension to the Kosovo issue that has received less attention, and that concerns both the dilemmas of the state issue in the region and the social articulations that lies on the foundations of this phenomenon. Drawing on the contributions of approaches and methodologies from Historical Sociology and studies on Kosovo, the aim of the research is to study the progress of the international state-building project, shedding light on the major powers policy in the region, as well as on the transnational articulations between political and economic leaders who were somehow involved in the Kosovo issue. The research is guided by the perception that the bureaucratic and security apparatuses, as well as the political and economic powers of post-conflict Kosovo reflected the transnational articulation between the transnational leaderships involved in the course of hostilities during the 1990s, as well as in the post-conflict state-building process. The question of the state of Kosovo was not necessarily new in the 1990s. But in its most recent developments, it seems to have been associated with the expansion of the liberal order in the region, as a project guided by transnational leaders, especially in the United States. To this end, state-building projects under US leadership depended on the establishment of social relations at an international level. Thus, in this paper, we seek to shed light into the historical context and process, social relations, as well as the material aspects and interests of the actors involved in the course of hostilities at the center of the investigation. Moving away from institutionalist interpretations of the issue, we consider that the historical context, social relations and material interests play a central role in state-building processes in international politics.

Keywords: state-building; Kosovo; United States; Historical Sociology; International Relations.

RESUMEN

Durante las dos últimas décadas, se ha producido mucho sobre la guerra de Kosovo de 1999. Especialmente en lo que respecta a los procesos contemporáneos de *state-building*, Kosovo es un caso ampliamente explorado. La literatura sobre el tema suele hacer hincapié en la naturaleza jurídica y/o institucional de la cuestión. Creemos, sin embargo, que existe una dimensión histórica y social de la cuestión de Kosovo que ha recibido menos atención, y que se refiere tanto a los dilemas de la cuestión estatal en la región como a las articulaciones sociales que impregnan este fenómeno. A partir de las aportaciones de los enfoques y metodologías de la Sociología Histórica y de los estudios sobre el caso concreto de Kosovo, el objetivo de la propuesta es estudiar la evolución del proyecto internacional de *state-building*, arrojando luz sobre la actuación de las grandes potencias en la región, así como sobre las articulaciones transnacionales entre los líderes políticos y económicos que de alguna manera se vieron implicados en la cuestión de Kosovo. La investigación se guía por la constatación de que los aparatos burocráticos y de seguridad, así como los poderes político y económico del Kosovo posconflicto, reflejaron la articulación transnacional entre los liderazgos transnacionales implicados en el curso de las hostilidades durante la década de 1990, así como en el proceso de construcción del Estado posconflicto. La cuestión del Estado de Kosovo no era necesariamente nueva en la década de 1990. Pero en su evolución más reciente, parece haberse asociado a la expansión del orden liberal en la región, como proyecto guiado por líderes transnacionales, especialmente en Estados Unidos. Para ello, los proyectos de construcción del Estado bajo el liderazgo estadounidense dependían del establecimiento de relaciones sociales a nivel internacional. Así, en este trabajo, buscamos situar en el centro de la investigación los cambios en el contexto y el proceso histórico, las relaciones sociales, así como los aspectos materiales y los intereses de los actores involucrados en el curso de las hostilidades. Alejándonos de las interpretaciones jurídicas y/o institucionalistas del tema, creemos que el contexto histórico, las relaciones sociales y los intereses materiales desempeñan un papel central en los procesos de construcción del Estado en la política internacional.

Palabras clave: state-building; Kosovo; Estados Unidos; Sociología Histórica; Relaciones Internacionales.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	O crescimento das forças de manutenção da paz da ONU (1945-2015)....	37
Figura 2 -	Fronteiras dos Bálcãs de acordo com o Tratado de Berlim (1878).....	57
Figura 3 -	Imagem de Abdyl Frashëri.....	58
Figura 4 -	Membros da Liga de Prizren, no Kosovo, data desconhecida.....	59
Figura 5 -	Albaneses escrevem cartas aos líderes das potências europeias.....	60
Figura 6 -	Conferência dos Embaixadores, em Londres, 1912.....	61
Figura 7 -	Modificações territoriais da Conferência de Londres.....	63
Figura 8 -	Modificações territoriais do Tratado de Bucareste.....	65
Figura 9 -	Membros da Vatra em Boston, nos Estados Unidos.....	67
Figura 10 -	Publicação em jornal sobre os ataques aos aviões americanos pela Iugoslávia.....	70
Figura 11 -	Manifestações estudantis na Universidade de Pristina.....	74
Figura 12 -	Reunião da Liga Democrática do Kosovo.....	75
Figura 13 -	Assinatura dos acordos de Dayton.....	78
Figura 14 -	Visita de Bujar Bukoshi à Comissão Europeia em 1994.....	81
Figura 15 -	Repressão das forças de segurança contra manifestantes na Albânia.....	83
Figura 16 -	Membros do ELK, em primeira aparição pública, lendo declaração durante funeral de professora assassinada pelas forças sérvias em 1997...	87
Figura 17 -	Membros da Brigada Atlântica.....	88
Figura 18 -	Hashim Thaçi e combatentes do ELK, sem data.....	89
Figura 19 -	Florin Krasniqi comprando armamentos para o ELK nos Estados Unidos	90
Figura 20 -	Mirvete e combatentes do ELK (desconhecidas), em 1998.....	92
Figura 21 -	combatentes do ELK em 1998.....	93
Figura 22 -	Símbolos da Vatra e da NAAC.....	94
Figura 23 -	Richard Holbrooke em encontro com Hajdin Abazi, combatente do ELK	96
Figura 24 -	Taxa de mortalidade durante a Guerra do Kosovo, entre janeiro de 1998 e setembro de 1999.....	98
Figura 25 -	Caixões envoltos na bandeira albanesa atravessam a vila de Raçak.....	101
Figura 26 -	Protesto contra os bombardeios da OTAN em Belgrado, na Sérvia	102
Figura 27 -	Sérvios protestam nos Estados Unidos contra a intervenção da OTAN.....	108
Figura 28 -	Prédio central da TV estatal sérvia em chamas após bombardeio da OTAN.....	109
Figura 29 -	Artigo publicado no The New York Times com o título “Arme o ELK....	110
Figura 30 -	Assinatura dos Acordos de Kumanovo... ..	110

Figura 31 -	Entrada das tropas da OTAN no Kosovo.....	111
Figura 32 -	Divisão territorial das forças de segurança internacionais no Kosovo.....	112
Figura 33 -	Camp Bondsteel, base da KFOR (OTAN), no Kosovo.....	113
Figura 34 -	Conferência de Washington, em comemoração aos 50 anos da OTAN.....	114
Figura 35 -	Estátua de Bill Clinton na avenida principal de Pristina, capital do Kosovo.....	115
Figura 36 -	Cidade de Pristina, no Kosovo, pós-intervenção da OTAN em 1999.....	118
Figura 37 -	Estrada da rede rodoviária no Kosovo construída pela Bechtel.....	120
Figura 38 -	Albright Capital Management.....	123
Figura 39 -	John Kerry ao lado de Florin Krasniqi em evento para arrecadação de fundos na campanha presidencial de 2004 organizado pelos albaneses-americanos.....	129
Figura 40 -	General Wesley Clark no evento de arrecadação para a campanha de John Kerry organizado pelos albaneses-americanos.....	130
Figura 40 -	Nihat Özdemir e Recep Tayyip Erdoğan em encontro na Turquia.....	131
Figura 41 -	Distribuição de todas as propinas pagas por setor econômico, Kosovo (2012).....	132

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 -	Mapa do Kosovo.....	18
Mapa 2 -	Países que reconhecem Kosovo como um Estado independente.....	20
Mapa 3 -	Território do Kosovo. Em destaque azul claro, áreas majoritariamente habitadas por sérvios	42
Mapa 4 -	Países dos Balcãs que fazem parte da OTAN (atualizado em 2023).....	135

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACL	Liga Cívica Americana Albanesa (<i>Albanian American Civic League</i>)
CSONU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
ELK	Exército de Libertação do Kosovo
EUA	Estados Unidos da América
EULEX	Missão da União Europeia para Estado de Direito no Kosovo
FMI	Fundo Monetário Internacional
KFOR	Força do Kosovo (<i>Kosovo Force</i>)
KPC	Corpo de Proteção do Kosovo (<i>Kosovo Protection Corps</i>)
KTA	Kosovo Trust Agency
LDK	Liga Democrática do Kosovo (<i>Democratic League of Kosovo</i>)
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado Atlântico Norte
PAK	Agência de Privatização do Kosovo (<i>Privatization Agency of Kosovo</i>)
RFSI	República Federativa Socialista Iugoslava
UE	União Europeia
UNMIK	Missão das Nações Unidas para Administração Interina do Kosovo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	ESTADO DA ARTE: KOSOVO NA AGENDA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E O PROJETO INTERNACIONAL DE <i>STATE-BUILDING</i>	26
2.1	A Guerra do Kosovo.....	28
2.2	A intervenção (militar) humanitária da OTAN na Iugoslávia.....	30
2.3	Os processos de paz pós-conflito.....	34
2.4	O projeto internacional de <i>state-building</i>.....	34
2.5	Considerações sobre o estado da arte.....	43
3.	QUESTÕES METODOLÓGICAS: A ABORDAGEM HISTÓRICA E AS INTERAÇÕES SOCIAIS.....	46
4	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA QUESTÃO DA KOSOVO (1878-1974).....	53
4.1	A partilha político-territorial dos Balcãs pelas grandes potências entre 1878 e 1913.....	54
4.2	A consolidação do papel das grandes potências no ordenamento político-territorial.....	56
4.3	Vence o projeto internacional: as Guerras Balcânicas (1912-1913) e as partilhas territoriais via Tratado de Londres (1913) e Tratado de Bucareste (1913).....	61
4.4	Desdobramentos contemporâneos.....	65
5	GUERRA E INTERVENÇÃO (1981-1999):.....	73
5.1	O lugar do Kosovo na Iugoslávia e o início da crise.....	74
5.2	Em Dayton, nenhuma palavra sobre Kosovo.....	80
5.3	O nascimento do Exército de Libertação do Kosovo e a intensificação do conflito.....	85
5.4	A intervenção da OTAN na Iugoslávia: estabelecendo as bases para o projeto internacional de <i>state-building</i> e a consolidação norte-americana no Kosovo.....	96
5.4.1	O caminho para a intervenção.....	96
5.4.2	A intervenção.....	104
5.4.3	O início do processo de paz e a consolidação norte-americana nos Balcãs.....	111
5.4.4	Considerações sobre a intervenção da OTAN na Iugoslávia.....	118

6	O PROJETO INTERNACIONAL DE STATE-BUILDING SOB LIDERANÇA DOS ESTADOS UNIDOS E AS ARTICULAÇÕES SOCIAIS TRANSNACIONAIS.....	121
6.1	Reconstrução, abertura de mercado e consolidação das instituições liberal-democráticas.....	122
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	137
	REFERÊNCIAS.....	141
	ANEXO A – IMAGEM DE DELEGAÇÃO DE CLINTON EM VISITA À BÓSNIA EM 1997.....	

1 INTRODUÇÃO

Em 24 de fevereiro de 2022, em um de seus primeiros discursos à Federação Russa sobre os então recentes acontecimentos em Donbass e Lugansk, na Ucrânia, o presidente russo Vladimir Putin aludiu à intervenção da Organização Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e aliados na Iugoslávia em 1999, como um episódio em que o mundo ocidental deu início a uma operação militar no coração da Europa sem aprovação no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSONU). Na ocasião, declarou “Tenho de recordar estes fatos, porque alguns colegas ocidentais preferem esquecê-los” (Address by the president of the Russian Federation, 2022, Mcglynn, 2022). Pouco depois, em março daquele ano, o vice-chefe do Conselho de Segurança Russo, Dmitry Medvedev, ao tratar das fronteiras da Ucrânia pós-guerra, reforçou: “não se esqueçam do precedente do Kosovo, amigos ocidentais” (Shtukina, 2022; Tass, 2022). Tais falas, ainda que mobilizadas para legitimar os esforços de guerra na Ucrânia, contribuem para revelar como, mesmo decorridos mais de 20 anos da Guerra do Kosovo¹ e da intervenção internacional da OTAN na Iugoslávia, estes episódios ainda são lembrados como marcos da política internacional e seguem informando o pensamento de líderes das grandes potências (Ingimundarson, 2022; Pineles, 2022).

Após as invasões do Afeganistão e do Iraque, em 2001 e 2003 respectivamente, a questão do Kosovo permaneceu relativamente esquecida, dadas as proporções da Guerra ao Terror lançada pelos Estados Unidos na esteira dos atentados de 11/09. Para se ter uma ideia, ainda que as estimativas variem, cálculos publicados pelo *The Guardian* dão conta de que a intervenção da OTAN na Iugoslávia custou às potências envolvidas, em 1999, £4.8 bilhões, o equivalente a aproximadamente U\$ 12 bilhões em valores corrigidos para 2023 (Norton-Taylor; Watt, 1999). E, uma estimativa feita pelo *Watson Institute for International and Public Affairs* na Brown University indica que os custos da Guerra ao terror até 2021 já tinham ultrapassado a cifra dos U\$ 8 trilhões (Costs of War, sem data). Ainda para efeitos de comparação, toda a área territorial do Kosovo corresponde aproximadamente ao tamanho da cidade de São Paulo considerando sua zona metropolitana, com uma população total de aproximadamente 1,873 milhão de pessoas segundo o censo conduzido em 2020. Os dados podem nos fazer questionar, portanto, como esta região relativamente esquecida hoje alçou tamanha dimensão nas Relações

¹ Ao longo do trabalho empregamos o uso de Kosovo, dado o uso corrente na literatura em inglês. Contudo, o nome é politicamente disputado. A palavra Kosovo, de origem eslava, significa, em uma tradução aproximada, "campo dos pássaros negros". Em contraposição, Kosova, que também por vezes empregado, é o nome correspondente em albanês (Is Rama right: what is the difference between Kosovo and Kosova?, 2022).

Internacionais nos anos 1990, e porque os acontecimentos da época são lembrados em discursos como os de Putin e Medved ainda em 2022. Entendemos que a resposta está no fato de que a crise do Kosovo não deve ser compreendida em termos de sua dimensão quantitativa, necessariamente, mas à luz de sua importância simbólica para a política internacional, como um momento inaugural para dilemas contemporâneos.

Mapa 1 – Mapa do Kosovo



Fonte: rferl, 202

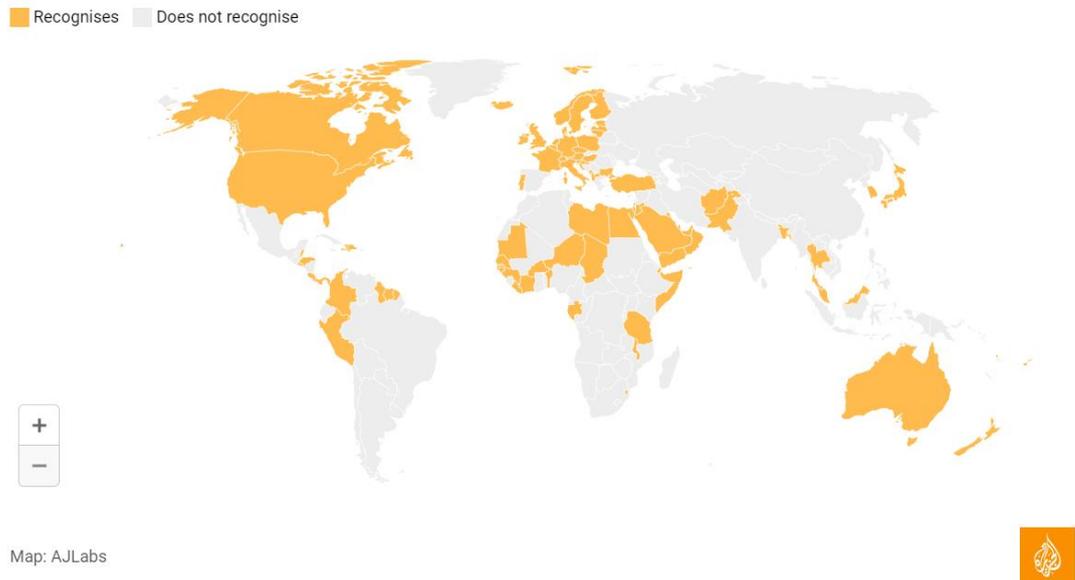
De muitos modos, Kosovo foi precedente para dinâmicas mais recentes na política internacional. Por exemplo, a intervenção da OTAN no Kosovo representou a primeira guerra conduzida pela organização contra uma nação soberana fundamentada em propósitos humanitários, ainda que contra os princípios da legalidade no Direito Internacional. Posteriormente, conforme seria revelado, a intervenção internacional conduzida pela OTAN sob liderança dos Estados Unidos e aliados também representaria a expansão da aliança à Leste e a consolidação norte-americana nos Balcãs. Na história da ONU e suas agências, o encerramento do conflito no Kosovo significou o início de um mandato sem precedentes, em que a organização alçou autoridade civil sobre o território e a população do Kosovo, incluindo todos os poderes executivos, legislativos e judiciários, e aprofundou o debate sobre o papel das organizações internacionais em situações de conflito e pós-conflito (ONU,1999). Além disso,

mesmo após 20 anos o encerramento do conflito, a questão do Kosovo ainda suscita debates a respeito de processos de reconhecimento internacional de soberania, direito de autodeterminação dos povos, movimentos separatistas e a respeito da legalidade/legitimidade de intervenções internacionais.

Decorridas duas décadas do encerramento do conflito, a área de Relações Internacionais acumula um conjunto significativo de produções sobre questão do Kosovo, seja a respeito do próprio conflito no curso da desintegração da Iugoslávia, sobre a intervenção da OTAN, ou ainda sobre os processos de paz e os esforços de *state-building* que sucederam a aprovação da Resolução 1244 do Conselho de Segunda das Nações Unidas (CSONU), que inaugurou a Missão das Nações Unidas para Administração Interina do Kosovo (UNMIK). O presente trabalho se insere na literatura de *state-building*, no sentido de dialogar com os diversos autores que buscaram responder aos dilemas do surgimento de um novo Estado nos Bálcãs na esteira da desintegração da Iugoslávia. Isso porque, mesmo após 20 anos do início dos projetos internacionais pós-conflito liderados pelos Estados Unidos em conjunto com aliados, a legitimidade do Kosovo permanece contestada e a questão ainda é considerada não resolvida por *policy makers* e analistas (Reuters, 2023; Guerrero, 2022).

Em 2008, o país autodeclarou independência com relação à Sérvia após votação em parlamento, e recebeu reconhecimento imediato de países como Estados Unidos, Alemanha e Reino Unido. Mas até o presente momento, a Sérvia não reconhece a condição de Estado do Kosovo. Nem países como a Rússia, a China e o Brasil. Isso ainda vale para alguns membros da União Europeia (EU), tais como Espanha, Eslováquia, Chipre, Roménia e Grécia, apesar do reconhecimento do Kosovo como potencial candidato para adesão ao bloco e da própria presença de missões europeias no território (European Commission, 2023). A UNMIK segue em vigor, apesar de seu esvaziamento político e econômico após a declaração de independência em 2008 (UNMIK, 2023; Haxhiaj, 2018). As forças militares da OTAN estabelecidas no território nos processos de paz também seguem ativas e, apesar das declaradas aspirações de ingresso na Aliança militar, Kosovo tem sua participação vetada em razão dos impasses pelo reconhecimento de sua independência por parte dos outros países membros e parceiros estratégicos. Além disso, Kosovo segue tendo sua participação barrada nos principais fóruns multilaterais – o principal deles, a própria ONU. Assim, Kosovo se encontra em uma situação ambígua entre se constituir ou não como Estado reconhecido (Musliu, 2019).

Mapa 2 – Países que reconhecem Kosovo como um Estado independente



Fonte: Ajlabs, 2023.

Sob a influência das lentes tradicionalistas da área de Relações Internacionais, frequentemente a literatura que trata do *state-building* no Kosovo sublinha o caráter jurídico e/ou institucional do projeto de *state-building* para a região. Isto é, ao que parece, a pergunta fundamental, comum à literatura, pode ser sintetizada da seguinte fórmula: o *state-building* no Kosovo, deu certo? Se não, como pode funcionar? Há, portanto, uma abordagem normativa, sobre como estes projetos *deveriam* parecer. Na contramão destas perguntas e percepções, avaliamos que há dimensões históricas e sociais da questão do Kosovo, que têm sido alvo de menor atenção, e dizem respeito tanto aos dilemas com relação ao estabelecimento do Estado, quanto às articulações sociais transnacionais que viabilizaram tal fenômeno ao final dos anos 1990. Isto é, a partir do levantamento bibliográfico para a presente pesquisa, identificamos, portanto, que duas dimensões centrais para a compreensão do processo ainda não parecem claramente articuladas: as dimensões dos macroprocessos, que corresponde à questão do avanço da comunidade estatal propriamente dita, e a dimensão dos microprocessos, que diz respeito às relações sociais.

A primeira lacuna, em uma dimensão macro, diz respeito à ausência de dimensões históricas e estruturais da política internacional nos estudos da agenda de *state-building*. Há um consenso entre analistas de que os projetos de *state-building* são fortemente internacionalizados

e têm, na sua essência, o objetivo de transformar sociedades pós-conflito em direção à ordem liberal-democrática (Lake, Martin, Risse-Kappen, 2021)². E, inclusive, há hoje uma série de críticas a tais projetos e à paz liberal de modo geral. Contudo, ainda que a literatura seja taxativa a respeito do caráter liberal destes esforços intervencionistas, avaliamos que as análises não avançam para identificar quem são aqueles interessados na expansão dessa ordem. Isto é, a quem tais projetos interessam, e por quê. Avaliamos que, para responder a tais perguntas, é necessário recorrer a aspectos históricos e estruturais da política internacional, incluindo as disputas de poder entre grandes potências em perspectiva histórica, as disputas entre os grupos locais e a dimensão econômica das intervenções internacionais para *state-building*.

No caso do Kosovo, este aspecto parece ser particularmente relevante. Identificamos na presente pesquisa que, desde o final do século XIX, no curso da desintegração do império Turco-Otomano, as grandes europeias potências rivalizavam com a Rússia o controle da região dos Bálcãs e a definição dos contornos dos Estados nacionais, incluindo o Kosovo. Tais processos resultaram, em larga medida, de episódios de violência direta, manifestadas em conhecidas guerras no início do século XX e em episódios localizados ao longo das décadas seguintes. Portanto, as disputas em torno da questão do Estado, no caso do Kosovo (e nos Bálcãs, de modo geral), não era, em si, uma novidade na década de 1990. Tampouco eram novidades as guerras conduzidas pelas grandes potências e as intervenções internacionais para ocupação daquele território. A novidade, no contexto que precede o projeto de *state-building* no Kosovo e dá o tom para seus resultados, foi a entrada dos Estados Unidos em uma região historicamente marcada pela presença das potências europeias ocidentais e da Rússia. Isto é, ainda que as administrações dos Estados Unidos tivessem algum grau de conhecimento da questão e até algum envolvimento pontual no Kosovo em momentos que precedem a intervenção em 1999, é apenas após a ação militar da OTAN que a grande potência passa a ocupar um lugar de destaque em um tema tradicionalmente europeu. Este momento marca a entrada do Kosovo em uma dimensão Euro-Atlântica. Além disso, o levantamento do presente trabalho também revela que, historicamente, aqueles grupos envolvidos nos processos de intervenção no Kosovo lograram significativas vantagens econômicas e políticas no pós-conflito.

² Ordem liberal-democrática aqui definida segundo o trabalho de Lake, Martin e Risse-Kappen (2021) em que se trata de um conjunto de relações estruturadas entre as nações capitalistas desde o final da Segunda Guerra Mundial, sob liderança dos Estados Unidos, cujas bases estão sedimentadas na "paz democrática". Tradicionalmente, a ordem liberal inclui: difusão das normas e dos valores políticos e econômicos liberais; mobilidade de capital internacional através do livre mercado; incentivo ao multilateralismo; princípio de segurança coletiva; promoção de um regime global de direitos humanos (Lake, Martin, Risse-Kappen, 2021).

Tais esforços intervencionistas historicamente resultaram em décadas de arranjos políticos instáveis, intensificação de processos de violência, dificuldades no estabelecimento dos arranjos territoriais e na obtenção de reconhecimento internacional, para além da contínua dependência econômica internacional das classes locais. Assim, a abordagem histórica contribui para iluminar o lugar dos projetos internacionais de *state-building* nos arranjos da ordem internacional e na dinâmica de disputa de poder entre potências, bem como as consequências deste tipo de empreitada.

Ao alargamos a compreensão temporal e abordarmos as dimensões históricas e estruturais do tema, chamando atenção para as disputas entre as grandes potências, processos violentos e as motivações políticas/econômicas das intervenções para *state-building*, buscamos desmistificar ainda uma tradicional dicotomia entre as abordagens do Liberal-internacionalismo, que sugere uma oposição entre a expansão da ordem liberal e processos violentos. Demonstramos, ao longo do trabalho, como a expansão da ordem liberal foi possibilitada pela destruição de uma ordem anterior, que resultou em uma tragédia humanitária no Kosovo.

Além disso, ainda que tenham sido feitas críticas contundentes ao projeto de paz liberal no Kosovo na literatura, muitos autores ainda entendem os problemas resultantes da missão internacional de *state-building* como um desvio das intenções iniciais da comunidade internacional (Montanaro, 2009). Isto é, ainda vigora a noção ou proposição de que havia um projeto internacional, mas os grupos locais pareciam não estar prontos para recebê-lo. Daí decorre a avaliação de que dinâmicas tidas como locais, tais como relações de patronagem, clientelismo, corrupção e polarização política representaram desafios à ordem imposta internacionalmente. David Chandler (2010), em “*The uncritical critique of ‘liberal peace’*” aponta como esta é uma crítica bastante presente nos estudos que refletem sobre a paz liberal e, portanto, não se trata de uma especificidade do Kosovo (Chandler, 2010). Contudo, na contramão dessas avaliações, entendemos também que os resultados produzidos não são um desvio dos projetos liberais, mas a consequência dos esforços internacionalizados de engenharia social para a transformação do Kosovo.

Outro aspecto relevante, ainda não sublinhado pela literatura, é que o projeto de *state-building* no Kosovo foi viabilizado em razão de um conjunto de articulações, locais e internacionais, produzindo arranjos institucionais pós-conflito que incorporaram atores estatais/não-estatais, locais/internacionais. As articulações entre o Exército de Libertação do Kosovo (ELK), lideranças políticas do LDK e autoridades dos Estados Unidos são

particularmente reveladoras deste aspecto.

No curso das hostilidades entre a Iugoslávia/Sérvia e forças políticas do Kosovo no início dos anos 1990, grupos políticos como a Liga Democrática do Kosovo (LDK) e grupos armados como o Exército de Libertação do Kosovo (ELK) nasceram como resposta à repressão em marcha pelas forças de Slobodan Milošević. Tais grupos buscavam, principalmente, a autonomia do Kosovo com relação à Sérvia. Os acordos de Dayton, que encerraram o conflito na Bósnia, em 1995, intensificaram as demandas por autonomia. Isso porque, à época dos acordos, apesar da ciência das lideranças internacionais quanto à situação dos albaneses, o tema foi ignorado durante as conferências para acordo de paz na Bósnia. Após Dayton, a perspectiva das forças políticas de albaneses do Kosovo era de que, apenas a condução de uma luta armada convocaria as potências para o conflito. A partir de então, não apenas nasceu a luta armada, como também os esforços internacionais de articulação política em torno da questão do Kosovo foram intensificados, especialmente com lideranças nos Estados Unidos e na Europa. A percepção era de que, qualquer solução para o Kosovo, viria apenas com suporte dos Estados Unidos. Enquanto isso, nos Estados Unidos, ainda que lideranças inicialmente considerassem o ELK como um grupo terrorista, rapidamente mudaram suas posições, para dar suporte ao grupo. Ao que parece, apoiar os grupos de albaneses em torno da questão do Kosovo significava, para as lideranças dos Estados Unidos, uma oportunidade de aliança para a consolidação de sua presença na região.

Tendo em vista os aspectos debatidos no presente capítulo, este trabalho se insere no conjunto de estudos que buscam compreender processos de *state-building* na política internacional e busca se afastar de abordagens que privilegiam um olhar jurídico e/ou institucionalista, no sentido de articular processos em larga e pequena escala na política internacional. No sentido de explorar as lacunas da literatura, buscamos articular, portanto, nossas reflexões a partir de aspectos estruturais, que dizem respeito à expansão da comunidade estatal e da ordem liberal para o Kosovo e, também, a partir do nível das relações sociais que permitiram o avanço desse ordenamento pós-conflito. A partir do caso do Kosovo, chamamos atenção para o papel central que o contexto histórico, as relações sociais e os interesses materiais desempenham nos processos de *state-building* na política internacional.

A pesquisa está estruturada em cinco capítulos. No segundo capítulo, situamos o trabalho em um campo mais amplo, tanto no que diz respeito aos debates específicos sobre o Kosovo na disciplina de Relações Internacionais, quanto nos debates sobre *state-building*, em que enquadramos nossa pesquisa. Isto é, será a apresentação do estado da arte no tema.

Este primeiro capítulo será fundamental, portanto, para apresentarmos as lacunas metodológicas e analíticas da literatura que serão exploradas no decorrer do trabalho.

Daí deriva que, no terceiro capítulo, debateremos as principais questões metodológicas que guiarão o estudo, tendo em vista que avaliamos esta como uma das importantes contribuições da pesquisa. Nesta etapa do trabalho, buscamos demonstrar as formas através das quais buscamos responder à pergunta de pesquisa, sublinhando os atores, os processos, os níveis de análise, bem como materiais e os procedimentos. Para esta etapa, nos apoiaremos nos usos metodológicos da Sociologia Histórica, em articulação com o campo das Relações Internacionais.

No quarto capítulo, avançamos para o tema da pesquisa. Nesse primeiro momento, através de uma breve reconstituição histórica. Avaliamos que esta recuperação é uma parte fundamental do trabalho. Isso porque, uma breve recuperação histórica do tema estudado contribui para revelar, por exemplo, que na década de 1990, a questão do Kosovo não era, em si, uma novidade. As disputas em torno do estabelecimento (ou não) do Estado do Kosovo já ocupavam as preocupações de grupos locais e grandes potências desde, pelo menos, o final doséculo XIX. Pela lente dos grupos locais, desde as primeiras guerras internacionais no processo de desintegração do Império Turco-Otomano, estiveram colocadas disputas por diferentes projetos de Estados nos Bálcãs, associadas aos nacionalismos emergentes e fomentadas pela ingerência das grandes potências. Pela lente das grandes potências, a preocupação desde a desintegração do Império Turco-Otomano esteve concentrada nas disputas de ganhos políticos na região.

Por esta razão, é importante sublinhar: a presença das grandes potências na questão do Kosovo, conforme manifestada pela intervenção da OTAN em 1999, não era uma novidade em si. Tampouco era novidade as disputas internacionais e locais por influência na região. A novidade, na década de 1990, foi a entrada dos Estados Unidos nas disputas, em um tema que era tradicionalmente de interesse europeu. Desse modo, parece que a questão manifestada no Kosovo na década de 1990, objeto de nosso estudo, revela uma dimensão estrutural da política internacional, associada à atuação das grandes potências na região. Entendemos que, para além dos aspectos conjunturais que levaram ao conflito, os macroprocessos associados aos Estados nos Bálcãs são uma variável relevante no presente estudo, que tem como objeto os projetos internacionais de *state-building*.

Assim, nesse capítulo, sublinhamos o caráter internacional do tema, jogando luz sobre o que entendemos como a dimensão estrutural associada à atuação das grandes

potências e as disputas político-territoriais por diferentes projetos de Estado. Vale destacar que, nesta etapa, o foco não é a produção de uma narrativa historiográfica. Mas sim, uma introdução à literatura da historiografia já produzida e consolidada, com o objetivo de traçarmos um marco temporal para a questão do Estado do Kosovo.

No quinto capítulo, a pesquisa avança nos desdobramentos contemporâneos da questão do Estado do Kosovo, que terá como desdobramento o projeto internacional de *state-building*. A conjuntura da década de 1990 – local e internacional – a irrupção da guerra do Kosovo (1998-1999) e a intervenção da OTAN se constituíram como um ponto de virada para viabilizar os projetos internacionais de *state-building*, sob liderança dos Estados Unidos, em articulação com atores locais, especialmente o ELK. Portanto, neste capítulo, destacamos: 1) as variáveis locais e internacionais que levaram ao conflito no Kosovo; 2) as relações de conflito e cooperação entre atores locais e internacionais em torno da questão do Kosovo, sublinhando o papel do ELK e 3) a liderança dos Estados Unidos nos Bálcãs pós-intervenção da OTAN.

Por fim, no sexto capítulo, nos atemos ao projeto internacional de *state-building*, sob liderança dos Estados Unidos e às articulações sociais que permitiram o avanço desse processo. Neste capítulo, tratamos da consolidação de infraestrutura e aparato burocrático para a consolidação do projeto de *state-building*, liderado pelos Estados Unidos, e que revela o avanço de uma ordem liberal na região do Kosovo, em articulação com atores locais – caso do ELK, que será explorado nesta pesquisa.

Por fim, a pesquisa avança para a sistematização dos achados e considerações para futuras pesquisas no tema. Após a condução da pesquisa, buscamos articular nossas reflexões a partir de aspectos estruturais, que dizem respeito à expansão da comunidade estatal e da ordem liberal sob liderança dos EUA para o Kosovo e, também, a partir do nível das relações sociais que permitiram o avanço desse ordenamento pós-conflito. A partir do caso do Kosovo, e nos afastando de interpretações e/ou institucionalistas sobre o tema, chamamos atenção para o papel central que o contexto histórico, as relações sociais e os interesses materiais desempenham nos processos de *state-building* na política internacional.

2 ESTADO DA ARTE: KOSOVO NA AGENDA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E O PROJETO INTERNACIONAL DE *STATE-BUILDING*

Ao final da década de 1990, o tema da Guerra do Kosovo e os desdobramentos do conflito que culminou com a intervenção da OTAN em 1999 e um processo de paz liderado pela ONU (UNMIK) marcou um ponto de inflexão na política internacional e foi motivo de debates que continuam em voga até hoje. São muitas as razões pelas quais este tema alçou importante destaque entre acadêmicos e *policy makers*. Por exemplo, na história da OTAN, a operação foi um marco. Tratava-se do primeiro envolvimento da Aliança fora de suas fronteiras (“*out of area*”) e representava, do ponto de vista do Direito Internacional, uma agressão à soberania da Iugoslávia (Schmidt, 2009). Para a ONU, o encerramento do conflito significou o início de um mandato sem precedentes, em que a organização alçou autoridade sobre o território e a população do Kosovo, incluindo todos os poderes executivos, legislativos e judiciários (ONU, 1999). Nos Estados Unidos, a intervenção foi encorajada e liderada pela administração de Bill Clinton e registrou alto grau de envolvimento de membros de seu governo, tais como Madeleine Albright, então Secretária de Estado, Joseph Biden, então senador e Robert Gelbard, enviado especial de Clinton para os Bálcãs. E, na Rússia, a intervenção foi percebida como um momento potencial para retomada de hostilidades que marcaram o período da Guerra Fria, com um novo enfrentamento na região dos Bálcãs³ (Cornwell, 1998).

Este conjunto de fatores, bem como outros elementos que serão apresentados ao longo da pesquisa, contribuem para explicar por que grande parte do que foi produzido sobre o caso do Kosovo na disciplina de Relações Internacionais adota como ponto de partida a guerra que sucedeu entre 1998 e 1999 e se concentra naquilo que entendemos como quatro grandes momentos associados a processos de violência que sucederam na região: 1) guerra, em que o foco é conflito entre grupos armados locais; 2) intervenção, em que o objeto de preocupação é a ação militar das potências sob a justificativa do direito humanitário; 3) processo de paz (*peace-building*), em que o objeto é o estabelecimento das missões internacionais da ONU e o papel de Estados e sociedade civil na construção de uma paz sustentável e 4) construção de Estado (*state-building*). Estes temas, que sobressaíram no caso do Kosovo, refletiram,

³ Declaração de General Leonid Ivachov, Diretor do Departamento Internacional do Ministério da Defesa da Rússia, em 1998.

inclusive, as tendências disciplinares das Relações Internacionais no pós-Guerra Fria, marcadas por um aumento significativo de estudos sobre intervenções militares humanitárias, missões de paz (*peace-building*) e processos de construção de Estado (*state-building*). O último tema, particularmente relevante para a presente pesquisa, já que fundamenta o objeto de investigação.

Tendo em vista este panorama, o objetivo do presente capítulo é apresentar o estado da arte dos trabalhos sobre o Kosovo, para situar a pesquisa em um campo mais amplo, tanto no que diz respeito aos debates específicos sobre o Kosovo na disciplina de Relações Internacionais, quanto nos debates sobre *state-building*. Para tanto, organizamos o capítulo em quatro eixos temáticos, a partir do levantamento bibliográfico: estudos sobre a guerra, a intervenção, os processos de paze, por fim, o *state-building*. Os três primeiros eixos buscam, portanto, introduzir e guiar o leitor no tema, enquanto o último constitui o tema central da pesquisa e do capítulo. No último eixo, o foco é debater a literatura de *state-building* que trata do caso do Kosovo.

O objetivo da proposta é estudar o avanço do projeto internacional de *state-building*, jogando luz na ação das grandes potências na região, bem como nas articulações transnacionais entre lideranças políticas e econômicas que, de alguma forma, se envolveram na questão do Kosovo. Assim, a revisão de literatura que será apresentada no último eixo tem como propósito a identificação: 1) de perguntas de pesquisa frequentes no tema de *state-building*; 2) das convergências e divergências analíticas; 3) de questões metodologias; 4) das variáveis relevantes e, por fim, das principais lacunas para a compreensão do objeto da presente pesquisa. Para a construção da revisão de literatura, consultamos bases de dados nacionais e internacionais para levantamento de livros, periódicos e *policy papers* da área.

Ainda que a questão do Estado do Kosovo tenha sido exaustivamente analisada na literatura das Relações Internacionais, a partir da revisão de literatura conduzida avaliamos que ainda há lacunas significativas a serem respondidas. A primeira delas diz respeito ao próprio marco temporal adotado como ponto de partida, que se insere no contexto do encerramento do conflito em 1999. Entendemos que a questão do Estado do Kosovo não era, naquele momento, uma novidade – ainda que, é verdade, os desdobramentos recentes tenham especificidades. Há, portanto, uma lacuna histórica a ser explorada. Em segundo lugar, avaliamos que a percepção dominante nestes estudos está organizada sob uma lente jurídico-institucionalista do tema. Isto é, a ênfase recai tanto no papel das instituições internacionais que lideraram o processo de construção do Estado após o conflito em 1999, quanto no próprio

estabelecimento das instituições para governo na região. Há, assim, outra lacuna identificada, que diz respeito às próprias articulações sociais a nível internacional que permitiram o avanço do projeto de *state-building* em uma etapa anterior ao próprio encerramento da guerra. Isto é, se, por um lado, é verdade que a década de 1990 ficou marcada pelo surgimento e a incorporação de novas abordagens analíticas na disciplina de Relações Internacionais, por outro lado, tais inovações pouco refletiram nos estudos que buscaram compreender os projetos de *state-building* no Kosovo. Em grande medida, as abordagens empregadas para compreender o caso do Kosovo permaneceram fortemente influenciadas pelas lentes tradicionalistas no campo das Relações Internacionais.

Avaliamos que este trabalho busca se afastar das abordagens que privilegiam um olhar jurídico/institucional do tema, mais associados às abordagens tradicionais da disciplina, para jogar luz nas relações sociais que formam as bases para o processo de *state-building* sob liderança internacional. Para além da ênfase nas relações sociais, o trabalho privilegia o processo histórico, frequentemente ausente na literatura. Desse modo, ao final do capítulo, esperamos que o leitor tenha não apenas uma compreensão da agenda em que se insere o trabalho, como também um entendimento no que diz respeito às lacunas na literatura, que serão objeto de reflexão ao longo de toda a pesquisa.

2.1 A Guerra do Kosovo

Tradicionalmente, o ponto de partida para estudos que tratam sobre Kosovo é o conflito que irrompeu em 1999. Na literatura de Relações Internacionais, são poucos os artigos que tratam do caso incorporando período que antecede a Guerra em 1999. De fato, os desdobramentos da crise no Kosovo representaram um ponto de inflexão na política internacional e a ênfase no conflito tem sido relevante para uma série de debates.

Mas, no sentido de explicar as razões para a irrupção do conflito, analistas se dividem em diferentes escolas explicativas. Há, contudo, uma abordagem que predomina a respeito do conflito no Kosovo, e que joga luz nas diferenças étnicas e religiosas entre os atores envolvidos no conflito. Desde a eclosão da Guerra em 1999, analistas têm enunciado a percepção compartilhada de que a mobilização dos nacionalismos étnicos teve um papel central na escalada do conflito (Brown, 2001; Negash, 2015). De acordo com esta percepção, de um lado do conflito estavam os nacionalistas albaneses, que reivindicavam a independência e controle político do território do Kosovo com base nos mitos fundadores da nação albanesa no século XIX, quando parte daqueles que se identificavam como

eticamente albaneses foram deixados para além das fronteiras da Albânia. De outro lado, encontravam-se nacionalistas sérvios, que reivindicavam o mesmo território com base nos mitos fundadores da nação Sérvia, que remontam o imaginário da Batalha do Kosovo de 1389, marcada pelo enfrentamento entre sérvios e forças do Império Turco-Otomano (Dewar, 2020; Van Winkle, 2005; Judah, 2008). Por vezes, o componente religioso também figura nos esforços explicativos, indicando que o conflito também estava fundamentado no fato de que os albaneses compõem uma maioria muçulmana, enquanto os sérvios são majoritariamente católicos ortodoxos. A mobilização destes sentimentos hostis entre diferentes grupos étnicos teria sido, assim, a variável central para compreensão do derramamento de sangue durante a Guerra do Kosovo em 1999 (Kaplan, 1999).

Mesmo após 20 anos do conflito, essa explicação permanece repetida à exaustão e, ainda que tenha recebido críticas, permaneceu hegemônica. Como anteparo a estas explicações, reside o pressuposto de que a disputa entre grupos etnicamente distintos se consolidou como uma característica essencial e particular da região e que sua persistência, necessariamente, leva ao conflito. No entanto, estas apresentam uma série de limitações, na medida em que atribuem um caráter essencialista às dinâmicas políticas e, simultaneamente, constroem uma percepção de inferioridade política e moral nas experiências no Kosovo. Além disso, as variáveis internacionais parecem não desempenhar um papel relevante.

É verdade que a disputa entre diferentes ideologias nacionais figurou como uma variável mobilizada em discursos no curso do conflito, especialmente por parte de lideranças políticas (Lis, 2020). Contudo, para além da questão étnica e nacional, outros elementos - sociais, econômicos e políticos -, também constituídos historicamente, parecem ser relevantes para a explicação cuidadosa das hostilidades que irromperam em 1999. E há aquelas análises que, inclusive, apontam nessa direção (Becker, 1998).

Em *“The Kosovo Conflict: Political and Socio-Economics Aspects”* Jens Becker (1998) revela, por exemplo, o desenvolvimento de tensas relações políticas entre o Estado sérvio (então Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos) e grupos que buscavam autonomia para consolidação de um Estado albanês que incluísse o território do Kosovo sob domínio da Sérvia, em razão dos arranjos político-territoriais consolidados pelas grandes potências no processo de desintegração do Império Turco-Otomano no início do século XX. Durante todo o século, não apenas o projeto político de um Estado albanês independente da Sérvia se tornou alvo de forte contestação, como também o Estado sérvio intensificou a repressão contra os albaneses no sentido de garantir a ordem local. Além disso, ao longo do século XX,

enquanto parte da antiga Iugoslávia e da República Federativa Socialista da Iugoslávia/RFI, Kosovo apresentava disparidades econômicas significativas entre a sua população. Os albaneses, que constituíam a maioria no território, enfrentavam elevados níveis de desemprego, acesso limitado à educação e aos serviços de saúde e o Estado sérvio vinha, reconhecidamente, adotando políticas discriminatórias em território kosovar. Assim, os problemas econômicos e as dificuldades de acesso às estruturas de provisão de serviço pelo Estado sérvio alimentaram o descontentamento da população (Becker, 1998).

Após a morte de Marechal Tito, estes problemas parecem ter ganhado novas dimensões. Além do recrudescimento da crise econômica na RFI, que também enfrentava uma conjuntura internacional adversa após os choques do petróleo nos anos 1970, a crise política também passou a ser uma constante no Kosovo - e por toda a Iugoslávia (Uvalic, 2018). A crise de sucessão de poder para o controle central da RFI desestabilizou a legitimidade do governo socialista. No Kosovo, que até então era uma província da Iugoslávia, com certo grau de autonomia (concedida pela Constituição de 1974), o governo central decide, em 1989, por uma alteração de *status*, no sentido de aumentar o controle do território (Pichler, Grandits, Fotiadis, 2021). Tais mudanças, marcadas nos anos 1980, são percebidas de forma negativa por parte da população albanesa do Kosovo, que passa a se manifestar coletivamente em busca de melhores condições de vida (Ahrsien, Howells, 1981). Em resposta, as forças de segurança sérvias são mobilizadas e dão início a um intenso processo de repressão, incluindo através da declaração de um estado de sítio, no sentido de evitar que os protestos se alastrassem por todo o território do Kosovo e da Iugoslávia (Haxhijaj, Stojanovic, 2020).

Enquanto isso, já no início dos anos 1990, conflitos irrompem por toda a Iugoslávia, como no caso da Eslovênia, Croácia e Bósnia. Enquanto isso, no Kosovo, o governo de Slobodan Milošević intensifica esforços repressivos e notícias de albaneses presos, desaparecidos e assassinados se tornam rotina local (Nytimes, 1990). De modo que, grupos de resistência contra as forças de segurança sérvias foram mobilizados por albaneses. Em 1998, neste contexto, nasce o Exército de Libertação do Kosovo (ELK), grupo armado de maioria albanesa, que enfrentou as forças de segurança sérvias e será tema de debate na presente pesquisa.

2.2 A Intervenção (militar) humanitária da OTAN na Iugoslávia

Mais de duas décadas após a Guerra do Kosovo, ainda é comum que, ao debatermos o tema, a ênfase também recaia sob a ação militar da OTAN na Iugoslávia. A intervenção, que teve início em 24 de março de 1999 e durou 78 dias, deixou mais de 10.000 mortos, entre civis e combatentes, e mais de uma centena de feridos e desaparecidos (HLC, sem data). Com a entrada da OTAN no conflito do Kosovo, analistas da política internacional voltaram seus olhares para compreender a primeira ação militar da Aliança “*out of area*”, questionando não apenas as motivações que levaram as potências à intervenção, mas também a legitimidade/legalidade dos meios empregados na ação internacional. Sob o prisma da intervenção militar da OTAN na Iugoslávia, ainda que tenham surgido diferentes conceitos para descrever e explicar o fenômeno, tais como “guerra humanitária” (Roberts, 1999) ou “guerra virtual” (Der Derian, 2009) destacaram-se as produções que abordam o fenômeno na chavadas *intervenções militares humanitárias*.

Quando a Guerra do Kosovo tem lugar entre 1998 e 1999 e a OTAN, sob liderança dos Estados Unidos, decide por uma intervenção militar amparada na defesa e garantia dos direitos humanos na região, o tema do “militarismo humanitário” (Chomsky, 2002; Chandler, 2002) não era, necessariamente, uma novidade. Em seu livro “*Saving Strangers: humanitarian intervention in international society*”, Nicholas Wheeler (2000) debate como, na verdade, o nexos entre as intervenções militares e a defesa dos direitos humanos já era alvo de controvérsias no pós-Segunda Guerra Mundial, quando têm início as discussões a respeito do “que fazer” com populações sujeitas a violações de direitos humanos por seus governos. A princípio, o uso da força para propósitos humanitários era percebido, especialmente no âmbito “onusiano”, como violação dos princípios da Carta da Organização, na medida em que o documento reitera fundamental respeito à soberania dos Estados. E, ainda que o artigo VII da Carta permitisse o uso da força para “manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais”, havia discordância entre os atores do campo a respeito da prerrogativa dos direitos humanos (Wheeler, 2000, p. 1).

No entanto, ao final da Guerra Fria, na década de 1990, a conexão entre direitos humanos e o uso da força assume novos contornos. A Guerra do Golfo, que inaugurou uma era na qual as grandes potências passaram a empreender suas capacidades militares através de intervenções em todo o mundo para garantia da ordem liberal, e a intervenção norte-americana na Somália em 1992, autorizada sob o capítulo VII pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU) representaram, historicamente, um ponto de virada nas

intervenções militares (Wheeler, 2000, p. 172). Foi, em grande medida, a partir destes acontecimentos que as intervenções humanitárias ganharam particular importância na agenda de pesquisa de Relações Internacionais. Mas, foi com o envolvimento da OTAN no Kosovo que este tema alçou uma nova dimensão, especialmente porque, apesar de prescindir da aprovação do CSONU, o bombardeio à Iugoslávia foi amplamente considerado legítimo na arena internacional. Estava claro que, após Kosovo, missões militares em defesa de princípios humanitários se tornariam uma prática internacional (Gromes, 2019). Não por acaso, parte significativa das produções sobre intervenções humanitárias surge logo após a Guerra do Kosovo.

Neste campo de estudos, duas abordagens merecem destaque. A primeira delas, a que chamaremos de “institucionalistas”. Nestes estudos, fortemente influenciados pelo campo do Direito Internacional, analistas buscaram avaliar o envolvimento da OTAN no Kosovo justamente sob o prisma da legalidade e da legitimidade da intervenção. Conforme observado acima, a ação internacional no Kosovo teve lugar às margens do direito internacional e chamou atenção para a violação do Capítulo I, Artigo 2 (4) da Carta da ONU, em que se declara que “todos os membros deverão evitar em suas relações internacionais a ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial ou a dependência política de qualquer Estado, ou qualquer outração incompatível com os propósitos das Nações Unidas” (ONU, 1945).

Assim, se tratava da primeira agressão da OTAN à uma nação soberana, em uma clara violação do direito internacional. Para além da própria violação à Carta da ONU, analistas chamam atenção para o fato de que a intervenção também violou outras convenções internacionais. A ação militar provocou a destruição de grande parte da infraestrutura na Sérvia, bem como refinarias de petróleo e fábricas químicas, em um ato que, para além de dificultar o acesso da população a meios de subsistência, também trouxe danos ao meio ambiente, em clara violação aos protocolos da Convenção de Geneva. Além disso, também se registrou a destruição de um conjunto de locais considerados patrimônios históricos e religiosos na Sérvia durante os bombardeios, em uma violação da Convenção de Haia de 1945 para proteção de propriedades culturais em casos de guerra (Anderson, 2000).

Apesar do consenso sobre as muitas violações no campo do direito internacional, analistas se dividem quanto à legitimidade ou ilegitimidade da ação. Isso porque, enquanto para alguns analistas, o uso da força teve por objetivo evitar violações generalizadas dos direitos humanos e proteger a população civil no Kosovo e, portanto, é justificável (Wheeler, 2000). Há um conjunto de estudiosos que enxergam na ação da OTAN um ato fundamentado

em um imaginário civilizatório, em que a violência perpetrada pelo Ocidente é mais aceitável do que outras e, portanto, legítima. Contudo, para estes autores, não há formas superiores – ou ancoradas em princípios universais - para uso da força (Der Derian, 2009).

Há, ainda, um segundo campo de abordagens em resposta à intervenção da OTAN no Kosovo, a que chamaremos de “realistas”, na medida em que as variáveis de análise se aproximam da corrente Realista da disciplina de Relações Internacionais. Tais autores centraram suas análises nas dinâmicas da política de poder entre as grandes potências. Exemplos nesse campo são Christopher Layne e Benjamin Schwarz (1999) e Sidita Kushi (2016) (Layne, Schwarz 1999; Kushi, 2016).

Kushi (2016), que escreveu a respeito das diferentes perspectivas realistas sobre a ação da OTAN no Kosovo, revela certo pessimismo com relação ao direito internacional por parte destes analistas. Na verdade, muitos apontam que os Estados Unidos, ao agir através da OTAN, tinha interesses vitais significativos nos Bálcãs. Um destes interesses diz respeito à necessidade de manutenção da credibilidade da própria OTAN, que no pós-Guerra Fria vinha passando por importantes questionamentos quanto à sua razão de ser. Além disso, através da ação internacional, os Estados Unidos não só consolidaram sua participação nos temas europeus, como também puderam expandir a economia norte-americana - não apenas na mobilização da indústria da guerra, mas nos novos mercados que se abriam no processo de reconstrução pós- conflito (Kushi, 2016).

Layne e Schwarz (1999), de modo similar aos analistas da corrente realista, indica que a ação da OTAN na Iugoslávia não estava fundamentada em aspectos morais, mas em interesses vitais dos Estados Unidos. O analista sugere que a intervenção militar refletiu a luta por influência e controle entre as grandes potências, particularmente os Estados Unidos e a Rússia, e que a ação serviu aos interesses dos Estados Unidos em expandir sua influência nos Bálcãs através da OTAN, limitando o papel da Rússia na região (Layne, Schwarz, 1999).

Após a intervenção, o processo de paz foi estabelecido através da Resolução 1244, que autorizou a implantação do Força do Kosovo liderada pela OTAN (KFOR) e a Missão de Administração Provisória da ONU em Kosovo (UNMIK). Em todos os esforços de paz, conforme veremos adiante, Estados Unidos e aliados têm desempenhado um papel central na expansão da ordem liberal-democrática, enquanto, de fato, a posição da Rússia parece ter sido enfraquecida nos Bálcãs. Avaliamos que o olhar realista, que chama atenção para o papel das grandes potências contribui, portanto, para iluminar uma dimensão mais ampla do conflito, que não está necessariamente constrangida à dimensão local e que é revelada pelos

arranjos no processo de paz e *state-building*.

2.3 Os processos de paz pós-conflito

Se a intervenção internacional da OTAN, liderada pelos Estados Unidos, teve o papel de fomentar os debates a respeito das intervenções (militares) internacionais do ponto de vista da disciplina de Relações Internacionais, o arranjo de paz que sucedeu no Kosovo pós-conflito teve um papel significativo no avanço de estudos sobre missões de paz (*peace-building*).

Em 9 de junho de 1999, a Guerra do Kosovo e os bombardeios sob liderança internacional se encerraram através da assinatura do Acordo Técnico Militar entre a OTAN e o governo sérvio/iugoslavo em Belgrado em 9 de junho de 1999. O acordo levou à retirada das forças militares e policiais iugoslavas/sérvias do território kosovar e, com a adoção da Resolução 1244 do CSONU, à implantação do Força do Kosovo liderada pela OTAN (KFOR) e a Missão de Administração Provisória da ONU em Kosovo (UNMIK)² pouco depois. O que sucedeu, assim, foi uma ocupação internacional sob a liderança internacional da ONU, que reuniu uma rede de atores engajados no estabelecimento e na manutenção da paz pós-conflito.

Assim como ocorreu com o tema das intervenções (militares) humanitárias, as missões de paz não eram, em si, uma novidade para a agenda de pesquisa no campo das Relações Internacionais. Desde o encerramento da Segunda Guerra Mundial³, as missões de construção e manutenção de paz (*peace-building* e *peace-keeping*) tornaram-se lugar comum nas políticas internacionais para contextos em pós-conflito, como parte de um conjunto de esforços voltados à promoção de um ambiente sustentável de paz coletiva (Kenkel, 2013).

Não só houve um crescimento quantitativo das missões de paz nas décadas seguintes, como também progressivamente houve um alargamento no próprio escopo desses projetos. As missões de paz, assim, se consolidaram como uma prática não só amplamente aceita, mas também altamente reivindicada como solução para os mais diversos contextos pós-conflito. Assim, o fenômeno passou a ocupar um espaço cada vez maior entre as preocupações de pesquisadores do campo das Relações Internacionais.

Nos anos 1990, marcados pelo fim da Guerra Fria, há um crescimento significativo das missões de paz e, como consequência, também há um aumento significativo de estudos sobre o tema. Mas, foi a partir da missão da ONU no Kosovo pós-conflito que tal fenômeno

ganhou outra dimensão, tanto em termos da prática política, como em termos analíticos. Isto porque, a UNMIK se converteu rapidamente em uma das missões de paz mais ambiciosas já aprovadas pelo CSONU aos olhos de muitos especialistas, que argumentam - inclusive - que se tratava de um ponto de virada em processos de paz pós-conflito na política internacional. Conforme argumenta Caplan (2015), por exemplo, as responsabilidades da UNMIK estavam muito além da manutenção e construção da paz, para abranger um repertório amplo de funções tradicionalmente associadas a governos nacionais - como por exemplo, o controle dos poderes executivos, legislativos e judiciários do território ocupado. Assim, a UNMIK é compreendida por muitos como uma missão de “neo-tutela” ou, ainda, como um “protetorado internacional” (Caplan, 2015). Além disso, o arranjo de paz aprovado pela Resolução 1244 do CSONU determinou a entrada de forças de segurança internacionais, em missão sob liderança da OTAN, com o objetivo de garantir a paz e a estabilidade na região (ONU, 1999). No final das contas, todas as instituições locais estavam, inicialmente, sob controle internacional.

Tal fenômeno fomentou uma quantidade expressiva de análises, que se dividem nas mais distintas opiniões e correntes de pensamento a respeito do processo de *peace-building* no Kosovo. Para cumprir com o objetivo de apresentar ao leitor no conjunto mais amplo de trabalhos, nos concentraremos nas duas principais: a corrente dos institucionalistas, e a dos autores que trabalham na chave da “*everyday politics*” (Visoka, 2019).

Tradicionalmente, a literatura que trata do processo de paz no Kosovo parte de um olhar institucionalista. Isto significa dizer que tais autores enfatizam o papel das instituições e sua capacidade de promover estabilidade, reconciliação e governança democrática. No caso do Kosovo, analistas têm sublinhado, por exemplo, a importância da promoção do diálogo e da cooperação entre as diferentes comunidades étnicas do Kosovo; da promoção de um sistema judicial capaz de julgar crimes de guerra e casos de corrupção; da criação de instituições democráticas para promoção da boa governança; da criação de oportunidades econômicas para redução de disparidades socioeconômicas da cooperação e o diálogo regionais.

Mais recentemente, tem ganhado força uma tendência nos estudos de *peace-building* no Kosovo, em que autores, de uma perspectiva menos institucional, chamam atenção para os micros aspectos das missões de paz internacionais. A mudança também reflete uma transformação do campo de Relações Internacionais, que tem incorporado micro aspectos em suas preocupações. Nesses estudos, que abordam a política do cotidiano (do inglês,

“*everyday politics*”), analistas enfatizam práticas cotidianas e interações a nível local, em que comunidades engajam em redes formais e informais, negociam relações de poder e influenciam os resultados dos esforços de paz (Visoka, 2019). Tal abordagem chama atenção, também, para o fato de que atores locais participam ativamente dos processos de *peace-building* e frequentemente enfatiza a necessidade de maior engajamento de autoridades internacionais com comunidades para garantir a significativa incorporação da população nos processos decisórios quanto à manutenção da paz.

No caso do Kosovo, a questão da agência e do engajamento local ainda é um elemento fortemente contestado. Assim como veremos adiante com relação aos projetos de *state-building*, os projetos internacionais de *peace-building* e *state-building* têm falhado em garantir o engajamento com a população local, de modo que os arranjos pós-conflito falharam em encaminhar soluções sustentáveis à paz. Disso, resulta que, entre a população local, há um forte pessimismo com relação às promessas feitas pelos projetos internacionais. E, internacionalmente, a questão da paz no Kosovo, bem como seu futuro *status*, ainda é alvo de contestação. E, ao que parece, os projetos de *state-building* colocados em marcha junto ao processo de paz também serão alvo de forte contestação (Lemay-Hébert, 2009).

2.4 O projeto internacional de *state-building*

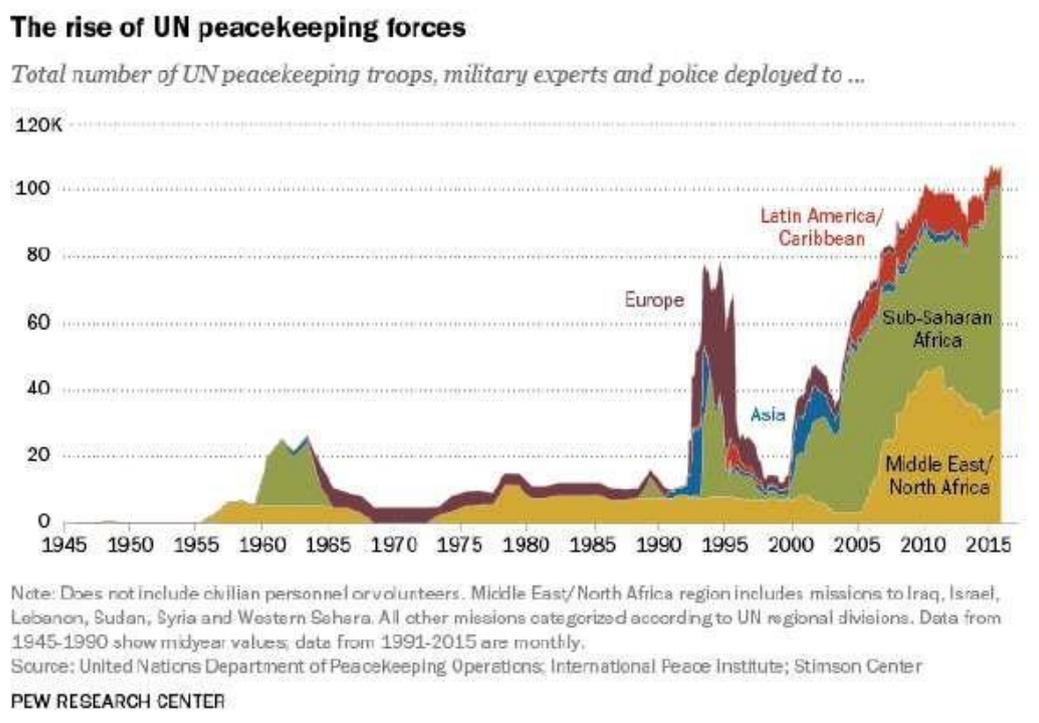
Os anos pós-guerra do Kosovo (1999-) ficaram marcados por um intenso afluxo de assistência e financiamentos voltados ao fortalecimento de capacidades institucionais de governo e projetos de *state-building* na região, em escala que superou outros casos internacionais. Para se ter uma dimensão, em 2005, Kosovo recebeu 25 vezes mais dinheiro e 50 vezes mais tropas *per capita* do que o Afeganistão, então ocupado pelos Estados Unidos (Elbasani, 2018). Portanto, com a chegada das missões internacionais de paz, o tema do *state-building* pós-conflito no Kosovo tornou-se o centro do debate entre *policy makers* e sociedade civil.

Entre pesquisadores, especialmente no campo das Relações Internacionais, a preocupação com o tema não se tratava, em si, de uma novidade. O fim da Guerra Fria no início dos anos 1990 trouxe mudanças significativas de percepções a respeito da condução de processos de paz em contextos pós-conflito (Scott, 2007, p. 4). Conforme argumenta Chandler (2013), a reorganização da arquitetura internacional pós-1990 levou à profunda

transformação dos conflitos internacionais. Se, antes os principais dilemas de segurança eram colocados pelas disputas entre as grandes potências, no pós-Guerra Fria, termos como guerras “internas” e “civis” passaram a se popularizar entre aqueles que buscavam compreender uma série de conflitos internacionais em curso (Chandler, 2013).

Junto a esta nova gramática, surgiam também novos termos para descrever fenômenos percebidos como ameaças à paz, estabilidade e segurança internacional e, em especial, à segurança dos Estados do Norte Global. Dimensões da vida econômica, social, política e ambiental foram incorporadas ao rol dos discursos sobre ameaças à segurança humana e, dessa forma, as abordagens para a paz também passaram por uma transformação significativa. A questão da “segurança humana” foi incorporada nas respostas aos conflitos, o fluxo de ajuda humanitária para regiões em conflitos passou a crescer e missões de paz (*peace-building*) cresceram tanto em quantidade (FIGURA 1), quanto em seus mandatos⁴ (Buzan, Hansen, 2009, p. 4; Chandler, Hynek, 2012).

FIGURA 1 – O crescimento das forças de manutenção da paz da ONU (1945-2015)



Fonte: Pew Research Center, 2016.

Ainda que inicialmente aceita, a abordagem de *peace-building* para a paz permaneceu interpretada, para alguns analistas, como insuficiente, isto é, um “remédio” para os sintomas de uma “enfermidade” emergente internacional: os Estados “frágeis” e/ou “falidos, termos criados como parte dos esforços para explicação da proliferação de conflitos civis – muitas vezes referidos como “novas guerras” - que levaram à fragmentação instituições estatais, processos de recessão econômica e deterioração das condições de segurança, em casos como a Bósnia, Somália e Haiti⁵. O termo se popularizou entre acadêmicos, doadores, agências governamentais e instituições internacionais que lidam com a construção e manutenção da paz. Dentre os constructos criados pós-Guerra Fria, estes foram os que galgaram maior espaço no vocabulário de analistas e *policy makers*. Por trás da reificação desta narrativa, estava o pressuposto de que a segurança dos Estados ricos/desenvolvidos era constantemente ameaçada pelo subdesenvolvimento de estados pobres/ “frágeis” (Nay, 2013).

Portanto, desde que esta noção veio à tona, foi – e permanece - amplamente utilizada para justificar não apenas intervenções internacionais de *peace-building*, como também de *state-building*, em esforços que reúnem organizações internacionais, doadores e autoridades locais em projetos para desenvolvimento de capacidades institucionais associadas à “boa governança” e desenvolvimento econômico (Nay, 2013). A centralidade assumida por estas práticas na agenda internacional para a paz passou a se ancorar na percepção de que o enfraquecimento ou a ausência de instituições orientadas segundo a ordem liberal-democrática levam, necessariamente, a condições de subdesenvolvimento e permanente insegurança na política internacional (Bojicic-Dzelilovic, Kostovicova, Rampton, 2014, p. 4).

Foi nesse contexto que o *state-building* se consolidou como uma dimensão amplamente aceita e encorajada por instituições internacionais, Estados e sociedade civil para a construção da paz. De maneira implícita ou explícita, o *state-building* passou a ocupar lugar central em livros, artigos, *policy papers*, congressos e seminários que lidam com o domínio do internacional, mesmo entre aqueles investigadores de outras disciplinas, tais como Economia, Ciências Sociais e Ciência Política. Isto é, ainda que por excelência o tema do *state-building* faça parte do domínio das Relações Internacionais, há um forte componente interdisciplinar que reflete, inclusive, o caráter amplo dos esforços envolvidos nestes projetos, que buscam a composição ou recomposição de uma série de dimensões da vida social (Scott, 2007).

No caso do projeto internacional de *state-building* no Kosovo, que teve início formal

em junho de 1999, quando o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), por meio da Resolução 1244, autorizou o estabelecimento de aparatos de administração e segurança sob os auspícios da UNMIK, a literatura do tema foi - e permanece - fortemente influenciada por lentes tradicionalistas no campo das Relações Internacionais, especialmente aquelas associadas ao pensamento liberal. De modo que, as análises são marcadas por um entendimento jurídico e institucional do tema, em que o projeto de *state-building* é compreendido no âmbito de uma técnica, com ênfase na institucionalização de burocracias estatais "mais eficientes" para garantia de manutenção de regimes democráticos e economias de mercado fundamentadas na propriedade privada (Bojicic-Dzelilovic, Kostovicova, Rampton, 2014, p. 4).

Ainda que não haja uma clareza a respeito dos elementos que constituem os projetos internacionais de *state-building*, no geral a literatura indica que, no Kosovo, a comunidade internacional concentrou forças em áreas como: 1) criação e implementação de uma burocracia estatal; 2) processos de reforma no setor de segurança e criação de forças de segurança locais; 3) normalização de relações entre Sérvia e Kosovo; 4) educação (Elbasani, 2018). E esses esforços parecem ter sido divididos em duas etapas distintas. Durante a primeira fase, marcada entre 1999 e 2007, instituições e organizações internacionais gozavam de competências quase que exclusivas para planejamento e implementação de novas instituições pós-conflito, especialmente após a adoção das Instituições Provisórias de Autogoverno (mais conhecidas pela sigla em inglês, PISG, de *Provisional Institutions of Self-government*) em 2001. Nessa primeira etapa, os esforços de *state-building* estiveram concentrados no estabelecimento de instituições políticas e de segurança (Zaum, 2009). Já a segunda fase, marcada após a declaração de independência unilateral da Sérvia pelo Parlamento do Kosovo, foi traduzida nos esforços de transferência gradual de poder para as autoridades locais (Armakolas et al, 2017). E, na segunda fase, as atividades de *state-building* estiveram concentradas no estabelecimento do Estado de Direito (Zaum, 2009).

Mas, o importante é sublinhar que, por trás de todos os esforços de *state-building*, estava a expansão da ordem democrática, através da promoção do Estado de Direito, dos princípios da boa governança, da promoção de direitos humanos e da expansão da economia de mercado fundamentada na propriedade privada (Visoka, Musliu, 2019; Visoka, Richmond, 2017). Tais ações partiram de uma compreensão fortemente consolidada internacionalmente de que a criação de instituições liberais é uma etapa necessária para garantir a paz e a estabilidade na política internacional (Paris, Sisk, 2009).

No entanto, mesmo após 20 anos de esforços de *state-building*, atores do campo ainda sustentam a percepção de que o Kosovo segue enfrentando desafios significativos, especialmente no que diz respeito à sua legitimidade, integridade territorial e estabilidade política (Zaum, 2009). Muitos autores ainda indicam, portanto, que o problema das missões que lideraram o *state-building* no Kosovo não foi, em si, o projeto liberal, mas dinâmicas locais que produziram desvios nos esforços internacionais. Lucia Montanaro (2009), por exemplo, avalia que, do ponto de vista institucional, o projeto internacional de *state-building* não foi capaz de garantir a sustentabilidade a longo prazo de uma democracia estável, em um contexto marcado por forte polarização política, instituições fracas, corrupção, e pela falta de recursos (Montanaro, 2009).

Contudo, há um conjunto de estudos que vêm contestando a premissa, a partir da incorporação das vozes “locais” nos estudos (Visoka, Musliu, 2019). Isso porque, a avaliação entre estes autores é de que, após mais de duas décadas de intervenção, a comunidade internacional falhou em produzir consenso a respeito da questão do Kosovo (Elbasani, 2018; Lemay-Hébert, 2009). Nessa corrente, marcada por autores que têm se engajado na chamada “virada local” nos estudos das Relações Internacionais, as análises enfatizam as limitações do consentimento e envolvimento local (*local ownership*, em inglês) das missões de *state-building* (Lemay-Hébert, 2009; Van Der Borgh, 2012).

Em “*Resisting International State Building in Kosovo*”, por exemplo, Chris van der Borgh (2012) aponta que, desde o início dos esforços da UNMIK para a construção de instituições para um governo local, houve forte resistência de grupos políticos da região. Isso porque, a missão internacional não teve início em um “vácuo político”, mas em um ambiente com diferentes projetos de Estado, bem como arranjos políticos coexistindo e competindo entre si, e que parecem ter ficado às margens do projeto internacional (Van Der Borgh, 2012).

Desde o final dos anos 1980, quando a Sérvia passou a fortalecer seu controle por meio da força e a adotar medidas discriminatórias frente à maioria albanesa do Kosovo, grupos e organizações políticas albanesas passaram a operar suas próprias instituições administrativas e de provisão de diversos serviços públicos. Era o caso de instituições como um parlamento, além de sistemas de saúde e educação paralelos operados de modo a compensar as drásticas restrições à autonomia administrativa do Kosovo e as demissões massivas de albaneses do setor público impostas pelo governo sérvio. Tais esforços inseriram-se em um contexto no qual os albaneses do Kosovo se mobilizavam para a construção de seu próprio Estado, após declarações de independência em relação à Sérvia

(1990) e à Iugoslávia (1991) (Pula, 2004). Cada uma dessas instituições era governada por uma força. De modo que, durante o conflito, havia em curso ao menos 3 estruturas de governança concorrendo entre si pela provisão de serviços à população albanesa.

A primeira, associada ao movimento de oposição não-violento liderado pelos albaneses do Kosovo ligados ao Partido Democrático do Kosovo (LDK), que consistia em um parlamento e um governo “paralelo”, um sistema de saúde e educação, bem como um sistema de coleta de impostos com receita proveniente de albaneses na diáspora, que destinavam 3% de suas rendas para o Kosovo. A segunda, rivalizando com a primeira, liderada pelo Exército de Libertação do Kosovo (ELK), consistia na construção de um governo provisório no exílio. E, por fim, uma terceira estrutura, associada ao governo em Belgrado, remanescente do antigo regime da Iugoslávia, que se tornou parte de um movimento de resistência de grupos sérvios no Kosovo, especialmente na porção Norte do território. Assim, após o conflito, persistiu uma situação comumente referida como “governança paralela”, com 2 ou mais formas de projetos políticos, com suas estruturas próprias, provendo serviços à população e competindo entre si e como o governo central estabelecido com suporte de instituições internacionais (Van Der Borgh, 2012, p. 32).

Além disso, na porção norte do Kosovo, a UNMIK permanece particularmente contestada. Isso porque, desde o princípio da intervenção, o governo sérvio manteve diversas instituições administrativas, judiciárias, de segurança e de provisão de serviços públicos no Kosovo, conhecidas internacionalmente como “instituições paralelas”, especialmente no norte do território, em que a população é majoritariamente sérvia (OSCE, 2003). Lideranças das grandes potências, que compõem os quadros da UNMIK, têm oficialmente se oposto à operação destas instituições, em favor do sistema criado e implementado pelas missões internacionais. Entretanto, esforços para a abolição dessas instituições não têm sido bem-sucedidos, e não apenas a UNMIK permanece contestada entre a população sérvia no norte do Kosovo, como também estes grupos permanecem fortemente atrelados às estruturas paralelas do governo sérvio (OSCE, 2003).

MAPA 3 – Território do Kosovo. Em destaque azul claro, áreas majoritariamente habitadas por sérvios



Fonte: CSIS

Em razão da forte contestação dos diferentes projetos políticos, das ambiguidades nos acordos de paz, da ausência de engajamento com a população local e da permanência de tensões remanescentes do conflito, a literatura em *state-building* no Kosovo é unânime em assumir uma “falha” das missões internacionais em produzir consenso político com as forças locais para a governança pós-conflito, bem como instituições sustentáveis a longo prazo (Montanaro, 2009; Hehir, 2006). O resultado foi, então, um projeto de *state-building* liberal, internacionalizado, que não tratou de questões estruturais subjacentes às necessidades da população local, já que prescindiu da participação significativa da população nos processos detomada de decisão e ignorou um conjunto de arranjos políticos preexistentes (Lemay-Hébert, 2009).

Não por acaso, há um conjunto de autores que questionam a legitimidade da UNMIK (Yabanci, 2016; Lemay-Hébert, 2009). O principal argumento desses autores é que, apesar do otimismo inicial quanto ao projeto de *state-building* no Kosovo, a longo prazo, os atores internacionais falharam em obter consentimento local, produzindo uma intervenção fortemente exógena que, por esta razão, têm enfrentado uma erosão cada vez maior do apoio local (Yabanci, 2016; Lemay-Hébert, 2012). E tal erosão reside, justamente, na opção por

desenhar um Estado do zero, ao invés de incorporar os arranjos políticos locais pré-existent (Allison, 2018).

Da mesma forma que as missões internacionais falharam em conseguir consenso local, estas também falharam em produzir consenso internacional a respeito do *status* final do Kosovo (Chesterman, 2003. p. 3). E, em grande medida, este fato também é interpretado como responsabilidade da UNMIK, que adotou a política de “*standards before status*” para a região e se furtou das discussões no tema (Allison, 2018). Após mais de duas décadas de intervenção, o reconhecimento internacional do Kosovo ainda é fonte de forte contestação. Atualmente, Kosovo é reconhecido por aproximadamente 110 países, dos 193 existentes, e não é membro da ONU (G1, 2022). Mais de duas décadas depois do conflito, seu *status* futuro permanece incerto. *De facto*, Kosovo possui instituições e governos independentes. Contudo, lideranças políticas da Sérvia seguem afirmando que qualquer decisão política em torno da independência kosovar deve ser acordada com o governo sérvio, já que, com base na Resolução 1244 do CSONU em 1999, que segue em vigor, Kosovo ainda é um território sob soberania da Sérvia (Onu, 1999; Perritt, 2004).

Por um lado, é verdade que mais recentemente tem surgido um conjunto de análises, mais associadas à chamada “virada local” que têm criticado o caráter exógeno das missões internacionais, que carregam consigo projetos de transformação social fundamentados em uma espécie de receituário para contextos pós-conflito, incluindo o Kosovo. Entretanto, a solução sugerida pela literatura, ainda passa pela manutenção dessas missões como parte importante da política internacional. Isto é, a percepção de que, ao se engajarem com atores locais, as missões podem produzir resultados políticos melhores. A partir da literatura, surgem, contudo, duas questões fundamentais: Quem são os interessados na expansão e manutenção da ordem liberal? E por quê? Avaliamos que estas são perguntas centrais para questionarmos onde os projetos internacionais de *state-building* se inserem dentro nos arranjos da ordem internacional, na dinâmica de disputa de poder entre potências e quais são, eventualmente, as alternativas a este *modus operandi*.

2.5 Considerações sobre o estado da arte

A partir do levantamento bibliográfico, buscamos apresentar ao leitor o conjunto de produções que tratam do tema do Kosovo, com o objetivo de demonstrar em que debates o presente trabalho está inserido, no campo mais amplo de análises da disciplina de Relações

Internacionais. A literatura apresentada contribui para revelar que não apenas muito tem sido produzido quantitativamente sobre o caso, como também o tema é marcado por uma série de preocupações e perspectivas distintas e, raramente é possível identificar um corpo coeso em termos de metodologia e abordagem.

Ao que parece, a pergunta fundamental, comum à literatura de *state-building*, pode ser resumida nas seguintes fórmulas: o *state-building* no Kosovo, deu certo? Se não, como pode funcionar? Ao passo em que as respostas à tais questões derivam de avaliações a respeito das instituições políticas e critérios de democracia. Avaliamos, assim, que a literatura de *state-building* é marcada por duas lacunas substanciais.

A primeira lacuna diz respeito a uma falha em inserir o *state-building* em dimensões estruturais da política internacional. Conforme debatido na presente seção, há um consenso entre analistas de que os projetos de *state-building* são fortemente internacionalizados e têm, no seu âmago, o objetivo de transformar sociedades pós-conflito em direção à ordem liberal-democrática. E, inclusive, assim como sublinhamos no caso do Kosovo, há uma série de críticas a tais projetos e à paz liberal. Contudo, ainda que a literatura seja taxativa a respeito do caráter liberal destas intervenções, avaliamos que a literatura não avança para identificar quem são aqueles interessados na expansão dessa ordem. Isto é, a quem tais projetos interessam, e por quê.

Avaliamos que, para responder a tais perguntas, é necessário recorrer a aspectos estruturais da política internacional, incluindo as disputas de poder entre grandes potências e a dimensão econômica das intervenções internacionais para *state-building*. No caso do Kosovo, este aspecto parece ser particularmente relevante. No levantamento que será apresentado na presente pesquisa, identificamos que desde o final do século XIX, no curso da desintegração do império Turco-Otomano, as grandes europeias potências rivalizavam com a Rússia o controle da região dos Bálcãs e a definição dos contornos dos Estados nacionais, incluindo o Kosovo. Tais processos resultaram, em larga medida, de episódios de violência, manifestadas em conhecidas guerras no início do século XX. Portanto, as disputas em torno dos contornos dos Estados nos Bálcãs na década de 1990 não era, em si, uma novidade. Tampouco eram novidades as guerras e as intervenções internacionais. A novidade, no contexto que precede o projeto de *state-building* no Kosovo e dá o tom para seus resultados, foi a entrada dos Estados Unidos em uma região historicamente marcada pela presença das potências europeias ocidentais e da Rússia.

Além disso, o levantamento do presente trabalho também revela que, historicamente,

aqueles grupos envolvidos nos processos de intervenção no Kosovo lograram significativas vantagens econômicas. Algumas das consequências desse processo foram a criação de arranjos políticos instáveis, dificuldades no estabelecimento dos arranjos territoriais e na obtenção de reconhecimento internacional, para além da contínua dependência econômica. Chamar atenção para este fato contribui para iluminar o lugar dos projetos internacionais de *state-building* nos arranjos da ordem internacional e na dinâmica de disputa de poder entre potências.

Por fim, ainda que tenham sido feitas críticas contundentes ao projeto de paz liberal no Kosovo, muitos autores ainda entendem os problemas resultantes da missão internacional de *state-building* como derivações de um desvio das intenções iniciais da comunidade internacional (Montanaro, 2009). Isto é, ainda vigora a noção ou proposição de que havia um projeto internacional, mas os grupos locais pareciam não estar prontos para recebê-lo. Daí decorre a avaliação de que dinâmicas tidas como locais, tais como relações de patronagem, clientelismo, corrupção e polarização política representaram desafios à ordem imposta internacionalmente. David Chandler (2010), em “*The uncritical critique of ‘liberal peace’*” aponta como esta é uma crítica bastante presente nos estudos que refletem sobre a paz liberal e, portanto, não se trata de uma especificidade do Kosovo (Chandler, 2010). Contudo, na contramão dessas avaliações, entendemos também que os resultados produzidos não são um desvio dos projetos liberais para o Kosovo, mas a consequência dos esforços internacionalizados de engenharia social para a transformação do Kosovo.

Tendo em vista os aspectos debatidos no presente capítulo, este trabalho se insere no conjunto de estudos que buscam compreender processos de *state-building* na política internacional e busca se afastar de abordagens que privilegiam um olhar jurídico e/ou institucionalista, no sentido de articular processos em larga e pequena escala na política internacional. Na próxima seção, debateremos o quadro metodológico que será utilizado para a construção do trabalho. No sentido de explorar as lacunas identificadas na revisão de literatura, buscamos articular nossas reflexões a partir de aspectos estruturais, que dizem respeito à expansão da comunidade estatal e da ordem liberal sob liderança dos EUA para o Kosovo e, também, a partir do nível das relações sociais que permitiram o avanço desse ordenamento pós-conflito. A partir do caso do Kosovo, e nos afastando de interpretações e/ou institucionalistas sobre o tema, chamamos atenção para o papel central que o contexto histórico, as relações sociais e os interesses materiais desempenham nos processos de *state-building* na política internacional.

3 QUESTÕES METODOLÓGICAS: A ABORDAGEM HISTÓRICA E AS INTERAÇÕES SOCIAIS

Na seção anterior, a revisão bibliográfica buscou demonstrar a ausência de uma abordagem histórica que dê conta 1) de inserir a questão do *state-building* no Kosovo em uma escala temporal/histórica mais ampla; 2) identificar e rastrear questões estruturais e relações sociais que levaram ao projeto internacional de *state-building* no Kosovo, bem como suas consequências. Buscamos demonstrar, também, que tais lacunas não se restringem ao caso do Kosovo. Na verdade, revelam uma tendência mais ampla nos estudos na agenda de *state-building* nas Relações Internacionais, em que as abordagens jurídico/institucionais são predominantes, em detrimento dos processos históricos e relações sociais.

A escolha metodológica da presente pesquisa reflete, assim, uma preocupação mais ampla com a abordagem nos estudos de *state-building* a partir das lacunas identificadas na seção anterior, delimitadas ao caso do Kosovo. O objetivo da presente seção é, portanto, apresentar as ferramentas através das quais buscamos responder às lacunas identificadas no processo de pesquisa, sublinhando os atores, os processos e os níveis de análise que informam o trabalho, bem como materiais e os procedimentos. Nos amparamos nas contribuições metodológicas do campo da Sociologia Histórica e do campo de análise de redes sociais, a partir de um olhar das Relações Internacionais. De muitas maneiras, tais abordagens revelam contribuições centrais para uma mudança no olhar do tema de *state-building*.

A Sociologia Histórica, enquanto uma abordagem já consolidada nas ciências sociais como um todo, tem demonstrada preocupação com *a compreensão do passado, das transformações sociais ao longo de determinada escala temporal, bem como os impactos de tais desenvolvimentos no presente* (Scott, Marshall, 2014, tradução e grifo nosso). Conforme Lawson (2004) indica, os debates sociológicos – incluindo aqueles da Sociologia Histórica – permaneceram, contudo, às margens da disciplina de Relações Internacionais por muito tempo, ainda que tivessem ferramentas adequadas para análises de dinâmicas da política internacional, tais como trajetórias, estruturas, tendências e padrões (Lawson, 2004).

Foi apenas no início dos anos 2000, que pesquisadores das Relações Internacionais começaram a chamar atenção para os potenciais ganhos analíticos a partir da intersecção com a Sociologia Histórica. Em 2002, por exemplo, Hobson e Hobden (2002) publicaram “*Historical Sociology of International Relations*”, como parte de um esforço para demonstrar como analistas da área poderiam se beneficiar das contribuições de autores como Theda Skocpol (1984), Charles Tilly (2007), Jack Goldstone (2006), entre outros (Hobson,

Hobden, 2002).

Para efeitos da presente pesquisa, destacamos algumas das contribuições da Sociologia Histórica apontadas por Hobson e Hobden (2002). A primeira delas consiste no “retorno à história social”. Conforme os autores (2002) assinalam, a disciplina de Relações Internacionais é marcada pelo que denominam “cronofetichismo”, isto é, o pressuposto de que o presente pode ser adequadamente explicado a partir de uma análise que leva em conta apenas o tempo presente (ignorando o passado). De acordo com Hobson e Hobden (2002), isto leva à três ilusões que marcam pesquisas na disciplina: 1) uma ilusão de apartamento entre passado e presente, em que o presente aparece enquanto uma entidade autônoma e estática, constituída independentemente do contexto sócio-histórico; 2) a naturalização, portanto, do presente, que aparece como uma ordem espontânea, ofuscando dinâmicas de poder e normas que o constituem e, 3) a ilusão de que o presente é eterno, e que há pouca margem para resistências e mudanças de ordens (Hobson, Hobden, 2002).

Sobre estas observações feitas por Hobson e Hobden (2002), avaliamos que, de fato, as abordagens que as lentes da Sociologia Histórica são particularmente relevantes na presente pesquisa, pois chamam atenção para o fato de que as estruturas sociais a nível global como conhecemos hoje (i.e. Estados, desenvolvimento capitalista) não são atemporais e inevitáveis, mas produtos de disputas e conflitos entre diferentes grupos ao longo da história, com diferentes projetos, interesses e ideias (Hobson, Hobden, 2002). Tais interações produziram e influenciaram diretamente as condições contemporâneas (Lawson, 2004).

É a partir dessa perspectiva que propomos inserir o tema do *state-building* no Kosovo em uma escala temporal mais ampla, pois avaliamos que os fenômenos sociais da política internacional podem ser compreendidos em seus contextos sociais e históricos específicos, a partir de uma escala macro, que incorpora processos de formação do Estado, o desenvolvimento do capitalismo e formação de outras estruturas sociais a nível global (Monsma, 2016). Conforme George Lawson (2004) indica, e como advogam os próprios teóricos da Sociologia Histórica, relações sociais contemporâneas só podem ser compreendidas pelo conhecimento dos antecedentes a longo e curto prazo que as produzem. Isso significa que condições contemporâneas são herdadas do passado, restringindo e possibilitando o curso das ações conjunturais (Lawson, 2004). Ao fazermos este movimento na presente pesquisa, desvelamos uma série de mitos associados à questão contemporânea do Kosovo. Para o campo das Relações Internacionais de modo mais amplo, entendemos que este pressuposto vai na contramão de abordagens tradicionais, marcadas por um olhar

“atemporal” (Lawson, 2004).

A título de ilustração, e conforme debateremos ao longo do trabalho, uma abordagem histórica do tema revela que, quando tiveram início os projetos contemporâneos de *state-building* no Kosovo ao final da década de 1990, a questão da constituição do Estado não era, em si, uma novidade. Na verdade, desde o final do século XIX, com os desdobramentos da fragmentação do Império Turco-Otomano, as demandas pela criação de um Estado albanês – que inclui a região do Kosovo – já estavam engendradas e já se constituíam como temas de disputas políticas, econômicas e sociais entre os diferentes grupos na região. Ao longo de todo o século XX, tais disputas em torno do Kosovo foram aprofundadas, em grande medida por razões conjunturais. E, na década de 1990, este mesmo conjunto de tensões existentes recrudesceram e resultaram no conflito, bem como no processo de *state-building* sob liderança internacional.

Isto é, um dos desdobramentos da desintegração do Império Turco-Otomano ao final do século XIX e início do século XX – processo com forte intervenção das grandes potências europeias – foi a produção de projetos de Estados que passaram a rivalizar constantemente. Com períodos de maior e menor tensão, avaliamos que, de alguma forma, estes projetos permaneceram relativamente acomodados durante o último século – motivo pelo qual não se registra qualquer conflito direto até o final da década no Kosovo. Mas, nos 1990, em razão de mudanças em variáveis locais e internacionais, avaliamos que há um reordenamento na correlação de forças em torno da questão do Kosovo, que produz um renovado conflito, com características que relembram as dinâmicas no início do século.

A novidade do ponto de vista histórico, avaliamos, foram os próprios projetos de *state-building* a consolidação da influência norte-americana em uma região de tradicional rivalidade entre as potências europeias. Ao pensarmos nos projetos contemporâneos de *state-building*, nos remetemos a uma prática consciente, mais contemporânea, liderada por Estados (particularmente, do Norte Global), organizações e instituições internacionais, para criação de aparatos estatais fundamentados na expansão das instituições liberal-democráticas (Guevara, 2021). Apesar destes projetos se apresentarem essencialmente como uma novidade do ponto de vista da política internacional – e, de fato, o são – a presente pesquisa revela que alguns dos elementos tradicionalmente associados aos processos de formação de Estados nacionais ainda se manifestam nos processos de *state-building*, especialmente no que diz respeito à dimensão de violência que precede e caracteriza a construção dos Estados; à rivalidade das grandes potências e às relações a nível transnacional que se desenham a partir destes processos.

Um segundo aspecto da disciplina de Relações Internacionais, e que é alvo de críticas de Hobson e Hobden (2002), relevante para este trabalho, é o que os autores apresentam como diferenciação entre o que se constitui como intersistêmico e intersocial. Conforme os autores debatem, é importante diferenciar o que se constitui como a fronteira do sistema internacional (territorial), das fronteiras sociais. Esta diferenciação permite tanto alargar, como reduzir as fronteiras internacionais, no sentido de capturar o internacional não como um bloco monolítico, mas como um domínio fluído e poroso (Hobson, Hobden, 2002).

Esta observação corrobora com um achado importante da pesquisa. Tradicionalmente, ao debatermos o caso do Kosovo nas Relações Internacionais, analistas adotam como ponto de partida a intervenção da OTAN e trabalham com o tema em uma chave de conflito separatista e/ou étnico, regional, resolvido pela expansão do Estado e da democracia liberal (Hoxhaj, 2005). Daí deriva que, de modo geral, os debates sobre o caso ficam limitados àqueles que estudam a região dos Bálcãs e suas dinâmicas. Também daí derivam concepções generalizantes sobre o caso, frequentemente discriminatórias, que atribuem aos grupos que compõem a região características hostis, enquadradas frequentemente sob a lente dos “ódios ancestrais” (Kaplan, 1993).

Em contraste, situamos o caso no sentido oposto, em que o internacional precede o internacional. Ao debatermos o caso do Kosovo, buscamos demonstrar que o tema se insere em uma dimensão estrutural mais ampla, que revela dinâmicas ordinárias da política internacional, tais como a questão do Estado; dos grupos em concorrência e cooperação; dos jogos de correlação de forças; das transformações dos papéis de grandes potências; de disputas de poder; de motivações materiais, entre outras questões conjunturais associadas. A importância do Kosovo para as Relações Internacionais reside menos em certa excepcionalidade, frequentemente atribuída ao caso, e mais na dimensão simbólica do fenômeno – que contribui para revelar diversos aspectos que compõem o internacional.

Por fim, em termos de abordagem, um terceiro aspecto relevante de nossa opção metodológica para a construção do trabalho, foi o esforço de capturar o nível de análise das relações e interações sociais em menor escala, que compõem uma dimensão mais fluída e porosa da vida social internacional e, que no caso do Kosovo, desempenharam um papel fundamental para o avanço do projeto internacional de *state-building*, bem como em seus desdobramentos. Priorizamos a ênfase das relações sociais em seus contextos (Linden, Mitzman, 2009, p. 243).

Ao privilegiar as relações sociais, chamamos atenção para o fato de que a política internacional é composta por dinâmicas outras, que não as dimensões jurídicas ou das disputas

de poder entre as grandes potências, mas que dizem respeito às interações e nós sociais e constituem os elementos centrais da vida (Tilly, 2002, p. 72). Avaliamos, ainda, que a interpretação do caso vai na contramão da reificação de termos generalizantes para descrever atores sociais, que tradicionalmente os associam apenas às organizações às quais eles pertencem ou uma das facetas de suas estratégias políticas, caso das próprias noções dicotômicas reiteradamente utilizadas nas Relações Internacionais que limitam a compreensão dos processos e atores sociais (i.e. estatal/não-estatal) (Demetriou, 2018, p. 315).

Em resumo, dois níveis de análise são fundamentais no presente trabalho: os macroprocessos históricos (associados ao processo de construção de Estado, burocracias, expansão de uma ordem social e econômica específica) e os micro processos (ações e interações sociais, padrões de comportamento, motivações, entre outros). Ambos os níveis serão estudados a partir de uma perspectiva internacional, isto é, nosso objetivo é - a partir do tema - identificar tanto as questões estruturais associadas ao projeto internacional de *state-building* e, também, as relações sociais transnacionais que influenciaram no processo e seus desdobramentos. Cabe destacar, contudo, que na presente análise, elementos subjetivos, tais como normas sociais, cultura e percepções - ainda que estejam presentes ao longo do trabalho - não são o foco da pesquisa.

No sentido de capturar estas duas dimensões, usamos diferentes estratégias. Para capturar os macroprocessos, recorreremos ao diálogo com a literatura historiográfica e das Relações Internacionais sobre a formação do Estado da Albânia e a questão do Kosovo no curso da desintegração do Império Turco-Otomano, da trajetória da Iugoslávia e a questão do Kosovo desde a Segunda Guerra Mundial, bem como a literatura historiográfica especializada nos Bálcãs. Entendemos que, ao longo do processo analisado, isto é, a questão histórica do Estado do Kosovo - que se desdobrou nas dinâmicas contemporâneas -, algumas variáveis se mantiveram constantes nos achados da pesquisa, tais como a reiterada presença das grandes potências, com diferentes projetos políticos para a região; as dinâmicas de violência que precedem o processo de estabelecimento do Estado e as interações sociais a nível transnacional. Deste modo, também utilizamos a literatura que trata da presença das grandes potências europeias e, mais tarde, dos EUA no Kosovo.

Para capturar os microprocessos, a pesquisa é orientada pelo levantamento de literatura biográfica já consolidada sobre o caso. Biografias são tradicionalmente empregadas nos domínios da Antropologia e da Sociologia, mas ainda pouco difundidas nas pesquisas

em Relações Internacionais ⁴ (Farias, 2017). Avaliamos, contudo, que em termos metodológicos, o uso de biografias traz ganhos significativos para a compreensão do tema. Conforme observado anteriormente, a pesquisa busca trazer ao centro as interações e os nós sociais, afastando-se do individualismo metodológico e da percepção de sistemas sociais autônomos (Demetriou, 2018). Assim, em um primeiro momento, pode parecer contraditório o emprego do método biográfico como referencial, já que este é tradicionalmente associado à investigação de caminhos de vida individuais, com foco na singularidade e subjetividade dos caminhos e trajetórias. Entretanto, avaliamos que as ferramentas das quais o método biográfico lança mão, isto é, o uso de biografias, autobiografias e entrevistas, por exemplo, contribuem para o mapeamento de interações sociais.

Assim, não avançamos nas trajetórias individuais com o objetivo de descrever, construir e reconstituir histórias e trajetórias de vida singulares e, a partir dessas inferir generalizações no presente estudo. *O uso do método biográfico tem por objetivo central, na verdade, o rastreamento das relações sociais estabelecidas entre os atores envolvidos na questão do Kosovo.* No presente trabalho, buscamos enfatizar a maneira pela qual um conjunto de experiências em pequena escala se confundem e se interpenetram, para formar a estrutura mais ampla da vida social e histórica (Mills, 1959, p. 15). Através do método biográfico, buscamos identificar, portanto, redes de relacionamentos, espaços de circulação e outros elementos pertinentes que nos ajudarão a construir os nós relevantes no processo de *state-building* no Kosovo.

A partir de experiências prévias com o tema, a hipótese que guia a presente pesquisa é que a trajetória pessoal de grupos de albaneses do Kosovo, em constante articulação com redes transnacionais de poder, está diretamente associada à “internacionalização” do tema, bem como ao projeto de *state-building* Kosovo. Ao longo do trabalho debateremos, por exemplo, como a ação de grupos como o ELK foi fundamental para chamar atenção internacional para a questão do Kosovo, e que a centralidade assumida por este ao longo das disputas pareceu informar a decisão por apoio internacional à causa do Kosovo, os ganhos das lideranças transnacionais no período pós-conflito, bem como na posição que os membros do ELK passaram a ocupar com após o processo de paz. Desse modo, através das trajetórias individuais, espera-se produzir uma discussão mais ampla sobre o contexto histórico e dos processos sociais em que indivíduos estão inseridos (Goldenberg, 2004).

⁴ A respeito do uso do método biográfico nas Relações Internacionais, ver: Farias, Rogério de Souza. Biografia como método nas Relações Internacionais: uma abordagem voltada para o ensino, Meridiano 47, 18:e18011. 2017.

Para a condução do método biográfico, fontes heterogêneas foram empregadas. Henry Perritt (2008) e Stacy Sullivan, (2004), pesquisadores engajados em estudos sobre o Kosovo, produziram livros que tratam de biografias de albaneses do Kosovo e contam, inclusive, com entrevistas com os próprios membros do ELK, bem como relatos pessoais, por exemplo (Sullivan, 2004; Perritt, 2008). Livros de biografias e autobiografias de grupos de albaneses e autoridades da política internacional envolvidas no Kosovo também são parte da composição da pesquisa, bem como documentários e entrevistas que, de alguma forma, revelam trajetórias individuais. Além das biografias, também utilizamos um vasto acervo de fotografias, no sentido de oferecer um apoio visual à narrativa construída ao longo do trabalho.

Por fim, cabe mencionar as dificuldades reveladas a partir da escolha metodológica da pesquisa. Do ponto de vista da estrutura do trabalho, foi particularmente desafiador articular as dimensões macro e micro em uma narrativa coerente para apresentação dos achados. Isso porque, apesar da separação instrumental entre ambas as dimensões para a condução do trabalho, o macro e o micro se interpelam, se conectam e se confundem na política internacional. Por esta razão, uma dificuldade é estabelecer os limites entre as duas esferas, no sentido de compreender relações de causalidade, por exemplo. Por esta razão, evitamos inferências causais ao longo do trabalho, e trabalhamos na chave das correlações. Também optamos por estruturar o trabalho em capítulos que debatem, simultaneamente, os aspectos macro e micro da política internacional. A partir destes pressupostos metodológicos, ao final do trabalho buscamos destacar o papel central que o contexto histórico, as relações sociais e os interesses materiais desempenham em processos de *state-building* na política internacional contemporânea.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA QUESTÃO DA CONSTRUÇÃO DO ESTADO DO KOSOVO

Processos históricos na transição do século XIX para o século XX guardam profunda relação com a eclosão das tensões que irromperam na Guerra Kosovo entre 1998-1999. É bastante conhecida a percepção de que, dentre as razões para o conflito, estavam esforços separatistas por parte dos albaneses do Kosovo, que buscavam a separação da Sérvia. Também é bastante comum a percepção de que estes conflitos foram fomentados por “ódios ancestrais” e processos de ascensão dos nacionalismos na região dos Bálcãs (Kaplan, 2005). De modo que, ao falarmos na Guerra do Kosovo, predomina o senso de que se tratou de uma questão localizada, que apenas alçou dimensão internacional a partir da intervenção das grandes potências em 1999. Avaliamos, contudo, que tais esforços explicativos ainda são insuficientes para capturar o conflito, cuja dimensão internacional pode ser rastreada desde o início do século XX (Perritt, 2004). De modo que, apenas através de uma recuperação histórica a respeito da questão do Kosovo é possível revelar questões estruturais e conjunturais das relações internacionais relevantes para os estudos da política internacional.

Uma breve recuperação histórica do tema contribui para revelar, por exemplo, que na década de 1990, a questão do Kosovo não era, em si, uma novidade. As disputas em torno do estabelecimento (ou não) do Estado do Kosovo já ocupavam as preocupações de grupos locais e grandes potências desde, pelo menos, o final do século XIX (Batt et al, 2008). Pela lente dos grupos locais, desde as primeiras guerras internacionais no processo de desintegração do Império Turco-Otomano, estiveram colocadas disputas por diferentes projetos de Estados nos Bálcãs, associados aos nacionalismos emergentes e fomentados pela ingerência das grandes potências. Pela lente das grandes potências, a preocupação desde a desintegração do Império Turco-Otomano esteve concentrada nas disputas de ganhos políticos na região. Por esta razão, é importante sublinhar: a presença das grandes potências na questão do Kosovo, conforme manifestada pela intervenção da OTAN em 1999, não era uma novidade em si. Tampouco era novidade as disputas internacionais e locais por influência na região. A novidade, na década de 1990, foi a entrada dos Estados Unidos nas disputas, em um tema que era tradicionalmente de interesse europeu. Desse modo, parece que a questão manifestada no Kosovo na década de 1990 revela uma dimensão estrutural da política internacional, associada à atuação das grandes potências na região. Entendemos que, para além dos aspectos conjunturais que levaram ao conflito, os macroprocessos associados à formação/construção dos Estados nos Bálcãs são uma variável relevante no

presente estudo.

No presente capítulo, apresentamos uma recuperação histórica da questão do Kosovo, em que sublinhamos o caráter internacional do tema, jogando luz sobre o que entendemos como a dimensão estrutural associada à atuação das grandes potências e as disputas político-territoriais por diferentes projetos de Estado. Vale destacar que, nesta etapa, o objetivo não é a produção de uma narrativa historiográfica. Mas sim, uma introdução à literatura da historiografia já produzida e consolidada, com o objetivo de traçarmos um marco temporal para a questão do Estado do Kosovo.

Por fim, para o presente capítulo, além dos aspectos históricos e das dimensões estruturais do tema, buscamos mapear eventuais grupos que pudessem representar trajetórias individuais e relações sociais, no sentido de também compreender como (e se), eventualmente, tais relações desempenharam um papel na questão albanesa e, posteriormente, do Kosovo. Contudo, os achados não foram suficientes para inferências a respeito desta dimensão. Na literatura, foi possível identificar uma parte da elite albanesa no Kosovo, enquanto este ainda era parte do Império Turco Otomano, que ficou reconhecida por algum grau de envolvimento internacional no desenrolar das disputas. Contudo, não é possível inferir se tal envolvimento repercutiu efeitos nas disputas entre as grandes potências.

4.1 A partilha político-territorial dos Bálcãs pelas grandes potências entre 1878 e 1913

Ao final do século XIX, a região dos Bálcãs ocupou parte importante das preocupações das grandes potências. O Império Otomano, naquele momento, encontrava-se em seus dias finais e, no curso de sua queda, surgiam novas dúvidas sobre os futuros arranjos político-territoriais da região, que produziram renovados conflitos, com repercussões locais e internacionais. Destes conflitos, emergiu o Congresso de Berlim, em 1878, que pode ser compreendido como um momento inaugural e decisivo para a consolidação do papel das grandes potências na definição dos contornos político-territoriais emergentes da desintegração do Império Otomano (Batt et al, 2008).

Foi a partir do Congresso de Berlim que as grandes potências (Grã Bretanha, Áustria-Hungria, o Império Otomano e a Rússia) se reuniram para definir os contornos de novos Estados-nação nos Bálcãs e, tal encontro, não apenas enfrentou resistências locais - especialmente protagonizadas por emergentes movimentos nacionalistas em resposta à

ingerência internacional - como também produziram instabilidades que eclodiram no início do século XX, na Primeira Guerra dos Balcãs, entre outubro de 1912 e maio de 1913, protagonizada pela Liga Balcânica (Sérvia, Montenegro, Grécia e Bulgária) contra o Império Otomano e a Segunda Guerra dos Balcãs, entre junho e agosto de 1913, protagonizada entre a Bulgária contra os antigos aliados da Liga Balcânica - Sérvia, Grécia e Montenegro - somados Romênia e o Império Otomano de outro (Batt et al, 2008).

Ambos os conflitos foram encerrados pela mediação das grandes potências e culminaram na assinatura dos Tratados de Londres (1913) e de Bucareste (1913), respectivamente. Estes tratados definiram, em suma, a construção de novos Estados nacionais que emergiram nos Balcãs como produto da desintegração do Império Otomano. Ao que parece, os novos recortes fronteiriços que surgiram e foram consolidados a partir dessa ordem, definidos pelas canetas das grandes potências, desempenharam um papel fundamental na produção de instabilidades, locais e internacionais, ao longo do século XX, como seria observado no próprio caso da Primeira Guerra Mundial, mas que seria o caso, também, dos conflitos que marcaram o processo de desintegração da Iugoslávia nos anos 1990 (Hilaj, 2013).

Mais especificamente no caso da Guerra do Kosovo, estes tratados se revelam de maior importância. Os documentos, entre outros termos, reconheceram a independência da Albânia e, simultaneamente, selaram a divisão, entre 1912 e 1913, de uma outra parcela de terras habitadas por uma maioria albanesa nos Balcãs, para a anexação desses territórios nos reinos da Sérvia, do Montenegro, da Bulgária e da Grécia. Dentre as regiões habitadas por uma maioria albanesa e que foram cedidas para os novos Estados via acordo entre as grandes potências, estava a região do Kosovo, um dos *vilayets* (províncias) albaneses no então Império Otomano. Ao longo do século XX, tal configuração, produziria uma constante resistência, protagonizada por albaneses que, a partir de então, se encontravam “fora” dos territórios do novo Estado albanês. Sob este prisma, a conflagração das hostilidades no Kosovo na década de 1990 pode ser compreendida como a manifestação destas tensões colocadas ainda no início do século XX, mas que permaneceram, em grande medida, acomodadas - tanto pela correlação de forças entre as grandes potências, quanto pela atuação de forças regionais. Na década de 1990, mudanças fundamentais na conjuntura global trouxeram à tona tais tensões, que produziram renovados conflitos e arranjos políticos.

4.2 A consolidação do papel das grandes potências no ordenamento político-territorial nos Bálcãs a partir da Guerra Russo-Turca (1877-1878) e do Congresso de Berlim (1878) e a reação albanesa

O pontapé inicial para a compreensão do surgimento de diferentes projetos para a formação do Estado albanês pode ser localizado ao final do século XIX, no contexto da Guerra Russo-Turca (1877-1878). Após séculos de domínio Otomano na região dos Bálcãs, o século XIX inaugurou um período de fortes contestações na região. Especialmente após o avanço do Império Russo e Austro-Húngaro, as disputas na região ganharam novas dimensões. Internamente, o Império Otomano também enfrentava a intensificação de revoltas na Sérvia, Bósnia e Herzegovina, Bulgária e em Montenegro contra seu domínio. É nesse contexto que, em abril de 1877, o Império Russo declara guerra aos otomanos e inaugura um conflito com duração de 9 meses, mas que lhe garantiria posição privilegiada na redefinição da ordem nos Bálcãs. Com a vitória, o Império Russo impôs aos otomanos o Tratado de San Stefano (ou Santo Estêvão), assinado em 3 de março 1878, que determinava, entre outras coisas, o reconhecimento da independência da Sérvia, Romênia, Bulgária (que passou a controlar parte importante dos territórios da Macedônia) e do Montenegro. Neste tratado, territórios habitados majoritariamente por albaneses também passaram ao controle do recém autônomo Estado da Bulgária e dos reinos da Sérvia e do Montenegro.

Contudo, a resolução imposta aos otomanos pelos russos desagradou as grandes potências, especialmente a Áustria-Hungria, que viu seus interesses nos Bálcãs em xeque pelo avanço russo na região⁵. Assim, as grandes potências (Grã-Bretanha, Áustria-Hungria, o Império Otomano e a Rússia) se reuniram no Congresso de Berlim, entre 13 de junho e 13 de julho de 1878, sob a liderança de Otto von Bismarck, para ajustes no Tratado San Stefano, que resultou no novo Tratado de Berlim.

⁵ Sobre o avanço russo na região, a literatura comumente atribui os interesses da potência nos Bálcãs, desde o século XIX, ao imaginário de identidades comuns com os povos eslavos. Nesse sentido, a atuação da potência estaria condicionada aos “laços fraternos” com os grupos eslavos e ortodoxos. Contudo, Samokhvalov (2019) oferece uma visão alternativa e indica que o que explica o interesse russo na região, desde então, é a expansão imperial (especialmente para obtenção de acesso ao Mar Negro e ao Mediterrâneo), bem como uma expectativa de reconhecimento de seu *status* condição de parte fundamental do concerto das grandes potências (Samokhvalov, 2019).

FIGURA 2 – Fronteiras dos Bálcãs de acordo com o Tratado de Berlim (1878)

Fonte: Wikimedia commons, sem data

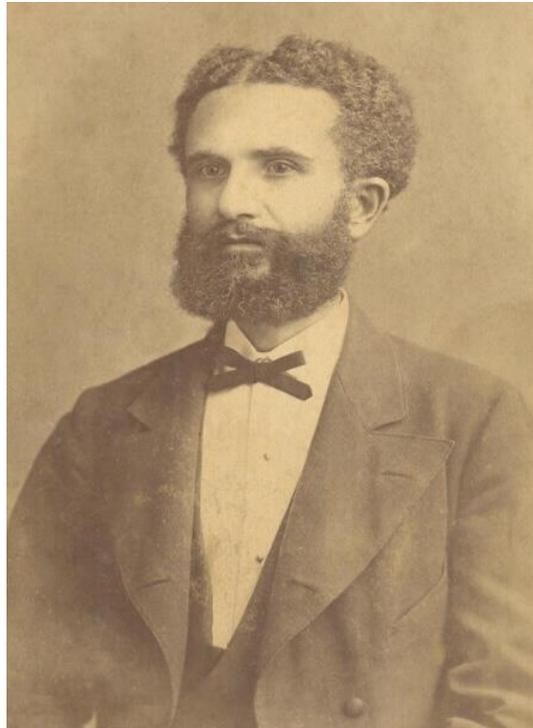


Contudo, ainda durante o Congresso de Berlim, tornou-se claro que a partilha dos territórios habitados por uma maioria albanesa, conforme desenhado pelas grandes potências, suscitaria resistências. Em reação à duras repressões enfrentadas durante a guerra russo-turca por parte de forças sérvias e às subseqüentes resoluções impostas pelo Tratado de San Stefanoe o Tratado de Berlim, grupos de intelectuais albaneses se articularam, em 1878, através da criação da Liga de Prizren (em Albanês, *Besëlidhja e Prizrenit*), no vilayet de Kosovo, em protesto contra a concessão de territórios majoritariamente habitados por albaneses à Grécia e Montenegro, e este movimento teria um papel fundamental na consolidação de um movimento nacionalista albanês, com um claro projeto em seu imaginário para a criação do Estado nacional da Albânia (Pahumi, 2007).

Formada por donos de terras e uma classe de funcionários públicos, a Liga era liderada por Abdyl Frashëri, um político albanês-otomano, descendente de família nobre por filiação paterna. Na reunião de fundação da Liga, Abdyl foi eleito presidente da comissão de relações exteriores. A partir dos achados da literatura, não é possível fazer inferências a respeito das relações de Abdyl com lideranças nas grandes potências, mas sabe-se que ele viajou para o exterior em algumas oportunidades e chegou a recorrer ao Primeiro-Ministro

da Itália para tratar da questão albanesa (Gawrych, 2006).

FIGURA 3 - Imagem de Abdyl Frashëri



Fonte: Wikipedia, sem data.

Durante o encontro das grandes potências no Congresso de Berlim em 1878, 14 delegados de distritos albaneses, membros da Liga, enviaram uma resolução (*kararname*) ao representante britânico do Congresso de Berlim, Benjamin Disraeli. No texto, composto por 16 artigos, os delegados declaravam que não entregariam os territórios para a Sérvia, Grécia e Montenegro; demandavam o retorno das terras anexadas; requeriam autonomia de suas regiões e, caso tais demandas não fossem atendidas, os delegados afirmavam que enviariam suas tropas voluntárias para as regiões recém-ocupadas para retomá-las. Os delegados da Liga também solicitaram o reconhecimento da nacionalidade albanesa. Na ocasião, Bismarck, que participava do Congresso, respondeu: “a nacionalidade albanesa não existe” (Biernat, 2013). Simultaneamente, em uma perspectiva de atuação local, a Liga de Prizren contribuiu para o estabelecimento de um conselho central para um governo autônomo, escolas para ensino da língua albanesa e uma força de segurança composta de voluntários.

FIGURA 4 – Membros da Liga de Prizren, no Kosovo, data desconhecida



Fonte: Wikipedia, sem data

Na primavera de 1879, Abdyl seguiu mobilizando esforços internacionais e chegou a chefiar a delegação da Liga que visitou as capitais das grandes potências, tais como Roma, Viena e Paris, para demandar a integridade territorial e a autonomia da Albânia. Outros delegados de albaneses também insistiram em enviar cartas aos líderes das grandes potências, mesmo após o encerramento das conferências. De acordo com o levantamento histórico feito por Gawrych (2006), em maio de 1879, por exemplo, Abdul e Mehmed Ali Bey Vrioni enviaram telegramas às grandes potências da Europa Ocidental. Na carta, mencionavam a atribuição de vários distritos albaneses ao Montenegro e à Sérvia pelo Congresso de Berlim, e alegavam, sob perspectiva histórica, que potências estrangeiras – através de ações arbitrárias – infringiam injustiças aos albaneses (Gawrych, 2006).

FIGURA 5 Albaneses escrevem cartas aos líderes das potências europeias

Fonte: Gawrych, 2006.

Isto é, a partir deste momento, não apenas já estava colocada uma disputa entre as potências para a reorganização territorial nos Bálcãs através da formação de Estados nacionais com novas fronteiras, como também estes projetos e a própria ingerência das potências passou a fomentar um emergente movimento local nacionalista, liderado pela elite política e econômica albanesa, com um projeto próprio para a unificação do Estado albanês.

Nesse sentido, pode-se dizer que o crescente nacionalismo foi uma clara manifestação ao internacional e teve um papel fundamental na consolidação de resistências à ordem estabelecida (Hobsbawm, 2012). Não por acaso, o período que compreende a assinatura do Tratado de Berlim até os momentos finais da Primeira Guerra Mundial (1918) recebe, em Albanês, o nome de “*Rilindja Kombëtare*”, que descreve um momento de despertar da consciência nacional. Nesse sentido, as tensões que se manifestaram inicialmente durante o Congresso de Berlim, representam apenas o início de uma série de instabilidades que marcariam o século XX, inaugurado com a eclosão da Primeira Guerra dos Bálcãs, em 1912.

4.3 Vence o projeto internacional: as Guerras Balcânicas (1912-1913) e as partilha territoriais via Tratado de Londres (1913) e Tratado de Bucareste (1913)

Até setembro de 1912, o Império Otomano manteve o controle sob quatro *vilayets* (províncias, em Albanês) Shkodra, Kosova, Manastir e Janina (figura 1). A situação mudou drasticamente quando, em outubro de 1912, as potências nos Bálcãs entraram em rota de choque. De um lado, estava a Liga Balcânica, formada pela Grécia, Sérvia, Bulgária e Montenegro e, de outro, o Império Otomano. Naquele momento, o Império Turco Otomano já se encontrava envolvido em uma guerra com a Itália. Os Estados da Liga Balcânica, que antes estavam sob o domínio Otomano, perceberam a conjuntura e ainda guardavam um conjunto de reivindicações remanescentes contra o Império. Em 8 de outubro de 1912, Montenegro inaugurou conflito e, na sequência, Bulgária, Sérvia (17 de outubro) e Grécia (18 de outubro) também declararam guerra aos otomanos. As forças do Império Otomano foram sofrerem uma série de derrotas consecutivas nas hostilidades que marcaram a Primeira Guerra dos Bálcãs e, em 3 de dezembro, o governo aceitou um armistício proposto pelas grandes potências, que se reuniram na Conferência de Embaixadores em Londres para discutir a crise (Goldstein, 2005).

FIGURA 6 – Conferência dos Embaixadores, em Londres, 1912



Fonte: wikipedia, sem data

O primeiro encontro da Conferência de Embaixadores teve lugar na sequência do armistício em dezembro de 1912, no palácio de St. James, com a presença de representantes das seis grandes potências europeias (Alemanha, Áustria-Hungria, França, Grã-Bretanha, Itália e Rússia) sob a liderança de Edward Grey (figura 6), figura que se tornaria amplamente conhecida por sua atuação na formulação da política externa britânica durante a Primeira Guerra Mundial. O encontro tinha por objetivo o estabelecimento de um acordo entre as partes beligerantes, no sentido de concluir a Primeira Guerra dos Balcãs (1912-1913) e evitar que o conflito ganhasse maiores proporções na Europa. Como parte dos esforços deste encontro, a questão da independência do Estado da Albânia tornou-se uma das preocupações centrais nas discussões entre as potências e foi alvo de grandes controvérsias (Macmillan, 2013).

Ao que parece, naquele momento, o Império Austro-Húngaro ambicionava um Estado albanês com maior extensão, com o objetivo de contrapor a influência dos Estados aliados da Rússia na região e, por outro lado, a Rússia buscava o repasse da maior extensão de território possível aos seus Estados aliados nos Balcãs, especialmente para os sérvios (Macmillan, 2013). As concepções Austro-Húngaras e Russas sobre a Albânia, portanto, encontravam-se em rota de colisão. De modo que, estava claro que as fronteiras da Albânia não seriam definidas em concordância com demandas locais, plebiscitos, elementos étnicos ou culturais, conforme debatido na seção anterior, mas em acordo com os interesses das potências europeias (Crampton, 2002).

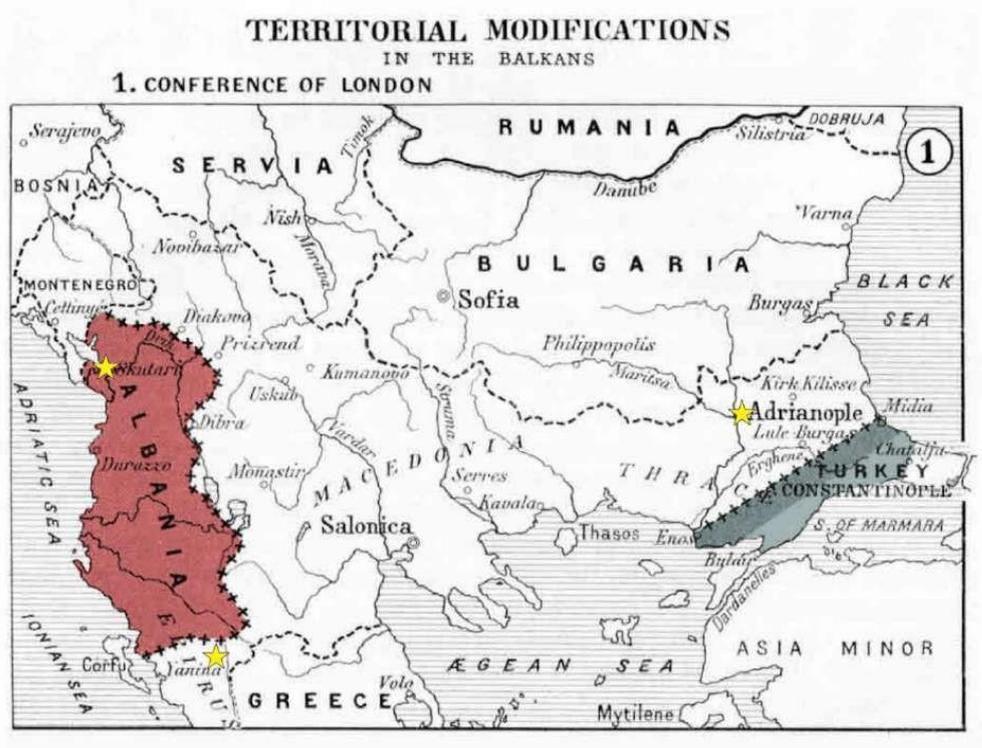
Ao final das disputas, os termos do Tratado resultado da Conferência de Londres atribuíram a maior parte do *vilayet* de Janina à Grécia e a região do *vilayet* de Kosovo⁶ e áreas majoritariamente habitadas por albaneses étnicos nos territórios que hoje compõem a Macedônia e o Montenegro ficaram retidos no recém-criado Reino dos sérvios, croatas e eslovenos (Reino da Iugoslávia). Na prática, isto significava que aproximadamente metade da população etnicamente albanesa estava fora das novas fronteiras territoriais do Estado albanês (Batt et al, 2008).

Entre 16 dezembro de 1912 e maio de 1913, os embaixadores das potências

⁶ Importante mencionar que os contornos territoriais a que referimos como Kosovo atualmente correspondem, na verdade, à uma formação mais recente, criada após a Segunda Guerra Mundial em 1945. Historicamente, o Kosovo não se constitui como uma unidade histórica, e registrou ganhos e perdas territoriais significativas. Por isso, mantemos a nomenclatura original do período. Este fato corrobora com a percepção de que a questão do Kosovo não está limitada à uma dimensão territorial, mas também à dimensão simbólica. Ver: MALCOLM, Noel. Kosovo: A Short History. New York, New York, United States of America: Press New York, 1998.

encontraram-se oficialmente, ao menos, 16 vezes, até a consolidação do Tratado de Londres em 30 de maio que, dentre outros termos, determinava a perda territorial do Império Otomano em todo o continente europeu (exceto a região de Constantinopla) e atestava a independência da Albânia conforme os contornos na figura abaixo, sob supervisão de uma comissão internacional composta por representantes das seis grandes potências signatárias do acordo e um representante da delegação albanesa, na figura de Myfit Libohov.

FIGURA 7 – Modificações territoriais da Conferência de Londres



Fonte: wikipedia, sem data.

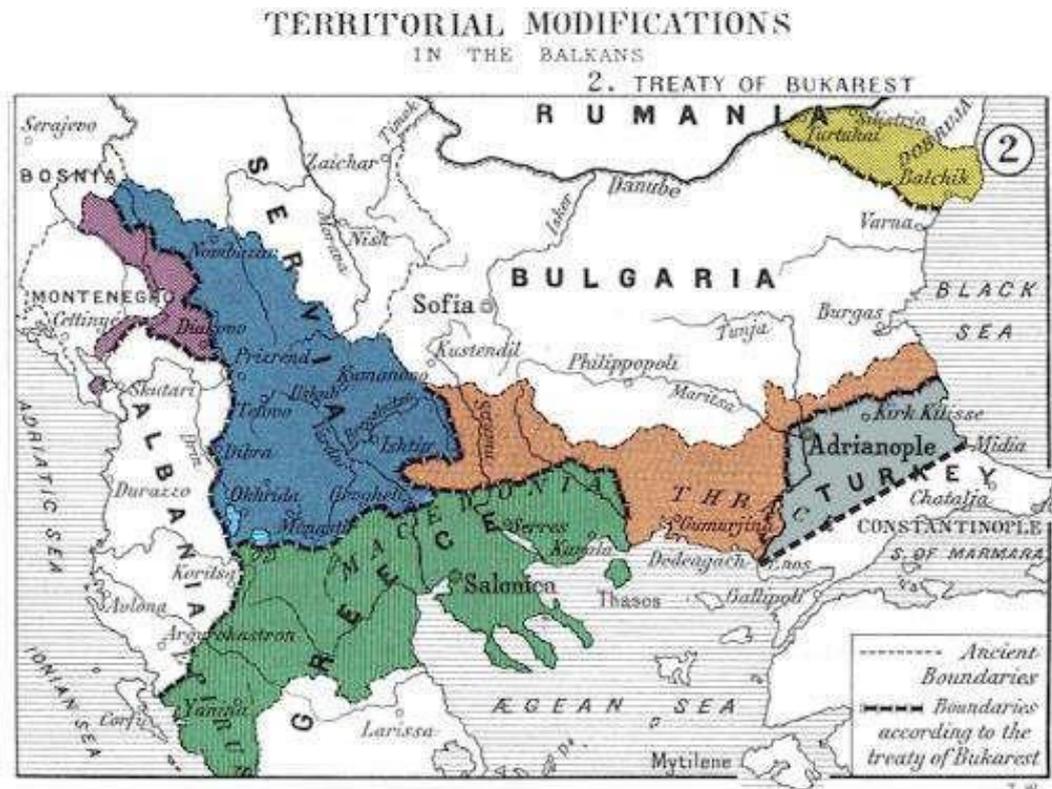
A partir deste momento, a Albânia passou a se constituir *de fato* como uma principalidade independente do Império Otomano, soberana, sob os auspícios dos grandes Estados europeus que mediarão os termos do Tratado. Em termos territoriais, o Tratado de Londres atribuiu a maior parte do *vilayet* de Janina à Grécia e a região do *vilayet* de Kosovo e áreas majoritariamente habitadas por albaneses étnicos nos territórios que hoje compõem a Macedônia e o Montenegro ficaram retidos no recém-criado Reino dos sérvios, croatas e eslovenos. Na prática, isto significava que aproximadamente metade da população etnicamente albanesa (entre 30% e 40%) estava fora das novas fronteiras territoriais do Estado albanês (Batt et al, 2008). Tal configuração foi definida a partir dos interesses das grandes potências, a partir de então, seria uma forte fonte de contestação.

Em junho de 1913, apenas um mês após a assinatura do Tratado de Londres, as instabilidades remanescentes da Primeira Guerra dos Bálcãs, relacionadas à distribuição dos territórios na região, eclodiram. Em particular, a questão dos territórios da Macedônia levou a uma cisão na Liga Balcânica que havia protagonizado a Primeira Guerra e colocou a Bulgária, antiga aliada, em oposição no conflito. Na ocasião do Tratado de Londres, as grandes potências forjaram uma ordem em que a Bulgária deveria ceder parte de seus territórios para a Romênia. Simultaneamente, o Império Austro-Húngaro, ao pressionar pelo reconhecimento do Estado albanês, bloqueou os interesses da Sérvia. Estes arranjos levaram ao estabelecimento, em junho de 1913, de uma aliança entre Grécia e Sérvia, que buscavam avanços territoriais.

Tendo em vista a possibilidade de um ataque protagonizado pela nova aliança Greco-Sérvia, a Bulgária abre um ataque preventivo e, na ocasião, as forças búlgaras invadem simultaneamente a Grécia e a Sérvia em 30 de maio de 1913. Mais tarde, em 15 de junho, a Romênia também declara guerra à Bulgária. Os Otomanos, vendo o avanço das forças contra a Bulgária, também lançaram ataques e tomaram a região de Adrianópolis, que havia perdido anteriormente. Em resumo, a guerra representou uma enorme perda para a Bulgária, que pediu pelo estabelecimento de um processo de paz (Goldstein, 2005).

Em 30 de julho de 1913, então, as partes envolvidas na Segunda Guerra dos Bálcãs se reúnem para discutir o processo de paz na região. A respeito da questão da Macedônia, a Bulgária termina com controle de uma pequena parte do território e a maior parte da região passa ao controle da Sérvia e da Grécia. A partir deste momento, a região do Kosovo se consolida como parte do domínio da Sérvia. E há, também, uma perda significativa de território da Bulgária para a Romênia. Assim, pelo Tratado de Bucareste, assinado em agosto de 1913, Sérvia, Grécia e Montenegro registraram ganhos territoriais significativos.

FIGURA 8 – Modificações territoriais do Tratado de Bucareste



Fonte: wikipedia, sem data

4.4 Desdobramentos contemporâneos

Ao longo de todo o século XX, as modificações político-territoriais que resultaram da desintegração do Império Turco-Otomano nos Bálcãs tiveram repercussões significativas para a região, e Kosovo se converteu em uma rota de colisão entre diferentes projetos de Estados nacionais, associados aos nacionalismos sérvio e albanês, e entre as grandes potências. Do lado do projeto albanês, inspirados pela Liga de Prizren e pelo despertar da consciência nacional albanesa, grupos aspiravam a construção de um Estado que pudesse unificar os territórios com populações etnicamente albanesas. Trata-se de uma perspectiva associada à demografia do território, em que há um senso de identificação principalmente a partir de aspectos linguísticos e culturais. Do lado do nacionalismo sérvio, também com suas origens no século XIX, grupos buscavam a consolidação de um projeto de Estado fundamentado na história e no simbolismo, e não na demografia contemporânea. De modo que, passou a ser constante o esforço de construção de um imaginário, e de uma narrativa nacional sérvia, em que o território do Kosovo aparece como berço de sua civilização - lugar que foi palco de batalhas contra as forças otomanas, que concentrou mosteiros ortodoxos importantes e que foi, inclusive, sede do reinado sérvio. Entre as grandes potências, Kosovo

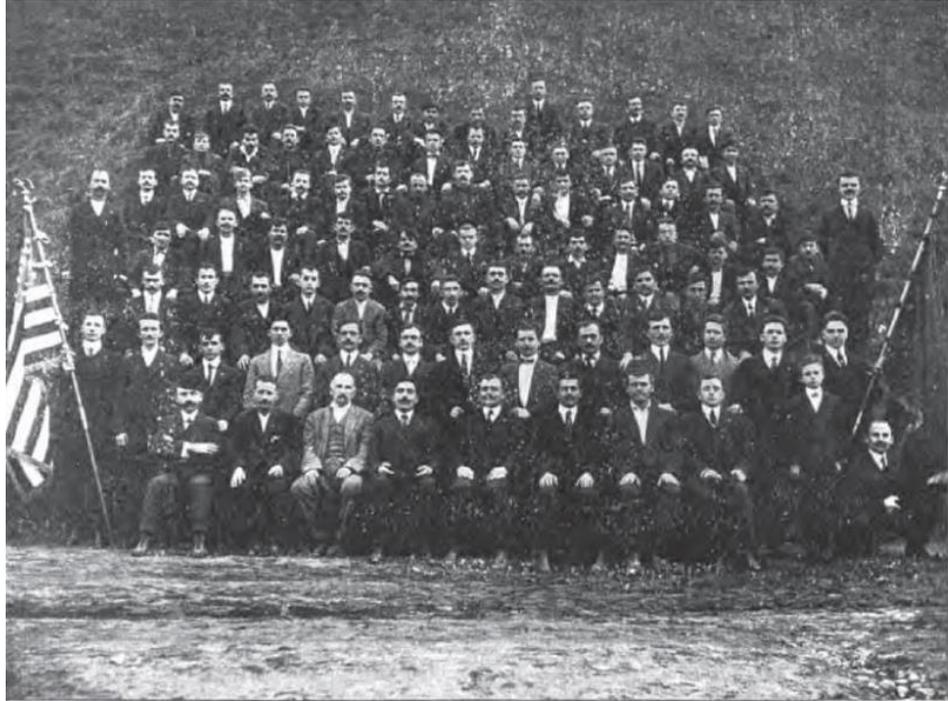
se converteu em palco de forte ingerência internacional - direta e indireta - seja por parte das potências ocidentais ou por parte da Rússia, que buscavam lograr ganhos por influência na região.

Ainda que desde a consolidação das fronteiras dos Bálcãs em 1913 estes projetos tenham sido relativamente acomodados pela correlação de forças que resultou da intervenção das grandes potências - e que, grupos locais não tenham, necessariamente, entrado em conflito armado direto imediatamente - tensões e processos violentos não deixaram de se manifestar ao longo de todo o século XX. Por exemplo, autores que debatem o tema apontam para o fato de que, desde o estabelecimento do controle político sérvio do Kosovo em 1913, famílias de sérvios foram deslocadas sistematicamente para o território kosovar, como parte de uma política do Estado sérvio (então, na condição de Reino da Iugoslávia), enquanto famílias albanesas abastadas foram desapossadas por projetos de reforma agrária. Estima-se que meio milhão de albaneses tenham sido expulsos da região desde a tomada de controle sérvio (OSCE, 1999). Parte da literatura se refere a estas transformações, inclusive, como um processo de colonização (Judah, 2008, p. 45; Di Lellio, 2006). Em seu texto *“Is the complaint about the Serb’s state deportation policy of Albanians between the two World Wars based on myth?”*, Noel Malcolm (2006) oferece subsídios que revelam uma política de expulsão de albaneses dos territórios do Kosovo. Ainda que as estatísticas desse período sejam imprecisas, de acordo com o autor, estima-se que entre 90.000 e 150.000 albaneses possam ter deixado o Kosovo no ínterim das duas grandes guerras, para além daqueles que deixaram o território ainda no processo de anexação pela Sérvia em 1912. Além disso, nesse período, a educação albanesa também foi suprimida (Malcolm, 2006).

Por outro lado, grupos de albaneses seguiram resistindo ao que percebiam como ocupação sérvia do território. Foi nesse momento que surgiu, por exemplo, o movimento local *Kaçak*, formado por milícias de albaneses que faziam oposição armada ao controle sérvio (Zandee, Leurdijk, 2001). Parte dos albaneses que emigraram neste período também se organizaram politicamente a partir de outros países. Em 1912, foi fundada em Boston, nos Estados Unidos, a Vatra, Federação Pan-Albanesa da América (*Pan-Albanese Federation of America*, em inglês). A organização nasceu com o objetivo de defender os interesses dos albaneses nos Estados Unidos e ficou reconhecida por suas atividades de *lobby* junto ao Congresso norte-americano (Votra Magazine, sem data). Rapidamente, se tornou um símbolo do nacionalismo albanês. Durante a Primeira Guerra Mundial, a Vatra chegou a funcionar como uma espécie de governo no exílio. De modo geral, seus membros eram ex-funcionários

públicos e parte de uma elite intelectual/religiosa albanesa (Alfapress, 2022).

FIGURA 9 – Membros da Vatra em Boston, nos Estados Unidos



DEGA No. 13, LONSDALE, R. I.

Fonte: Alfapress, 2022.

A literatura especializada no tema indica que, ao fim da Primeira Guerra Mundial, a organização parece ter desempenhado um papel importante nos rumos da questão albanesa (Chun, 2011). Conforme Chun (2011) aponta, no encerramento da Guerra havia um plano das potências europeias para dividir a Albânia entre os seus vizinhos novamente. Em 1918, os membros da Vatra publicaram uma declaração com os seguintes dizeres:

[...] o desejo unânime de todos os albaneses é que, quando a sua independência [da Albânia] for restaurada, lhe seja atribuída a assistência e cooperação de uma grande nação sem ambição de subserviência e sem desejo de conquista territorial [...] os Estados Unidos parecem ser a única nação para a qual os albaneses podem olhar com confiança (CHUN, 2011).

Já durante a Conferência de Paz de Paris, uma delegação albanesa apresentou um pedido para que os Estados Unidos estabelecessem um mandato oficial na Albânia. De acordo com Cicani (2001), também nos círculos políticos norte-americanos essa ideia tinha alguma ressonância. Inclusive, à época, os Estados Unidos chegaram a enviar emissários para a região, e um deles concluiu: “a primeira escolha, universal em toda a Albânia, sem

exceção, é o controle administrativo americano”. Contudo, a ideia de um mandato na região não chegou a se realizar. Ainda de acordo com Cicani (2001), por duas razões. Primeiro, porque os Estados Unidos pareciam preocupados com a percepção das grandes potências europeias a respeito do possível estabelecimento de uma esfera de influência norte-americana no continente europeu e, que por isso, teriam apoiado um eventual mandato italiano na região. Segundo, porque quando se encerra a Primeira Guerra Mundial, há uma tendência na própria política externa norte-americana para o isolacionismo. Fato é que o presidente Woodrow Wilson vetou o plano das potências europeias na Conferência de Paz de Paris em 1919, e concluiu que a integridade territorial da Albânia deveria ser preservada. Os achados da presente pesquisa são insuficientes para atestar se, de fato, a Vatra teve papel importante na decisão de Wilson (Cicani, 2001). Esse é o primeiro registro de apoio diplomático dos Estados Unidos aos albaneses (Chung, 2011).

Anos mais tarde, já durante a Segunda Guerra Mundial em 1941, o então Reino da Iugoslávia foi invadido pelas potências do Eixo, em uma campanha militar que culminou na rendição do exército iugoslavo e na anexação daqueles territórios nos domínios do Eixo. Assim, parte significativa do território do Kosovo ficou sob o controle da Itália nazifascista, enquanto outra parcela permaneceu controlada pela Alemanha e Bulgária. A ocupação também sucedeu na Albânia. Nesse período, as contradições se acentuaram. Embora em grande parte da população albanesa não se registrasse simpatia pela ocupação alemã e italiana, a maioria dos albaneses do Kosovo considerava-a preferível ao regime sérvio. Inclusive, há registro de grupos de albaneses que colaboraram com o regime nazifascista em perseguições contra os sérvios, que acabaram em campos de concentração em Pristina e Mitrovica (Elsie, sem data). Por outro lado, também surgiu nesse período um importante movimento de libertação do Kosovo, de orientação marcadamente marxista, que se juntou aos *partisans* sob comando do Marechal Tito Josip Broz, no sentido de liberar os territórios da ocupação nazifascista, vislumbrando não apenas a autonomia com relação à Sérvia, como também a unificação com a Albânia.

No final de novembro de 1944, os *partisans* iugoslavos retomaram o controle do território contra as potências do Eixo, e a região foi devolvida à administração sérvia. Os comunistas sob liderança de Tito prometeram inicialmente deixar a população do Kosovo decidir se desejavam fazer parte da Albânia ou da Iugoslávia, conforme se revelou na Conferência de Bujan, que teve lugar entre dezembro de 1943 e janeiro de 1944. Nesta Conferência, estiveram presentes 49 delegados do Partido Comunista da Albânia e do Partido Comunista da Iugoslávia. O principal objetivo político dos albaneses do Kosovo à época era

a autodeterminação, manifestada em três possíveis soluções: 1) A construção de uma República com *status* igual ao das outras repúblicas no âmbito da Federação Iugoslava e completamente independente; 2) A consolidação de um Estado próprio do Kosovo; 3) Unificação com a Albânia (Kelmendi, 2018).

Novamente, havia uma aspiração política a se consolidar entre os albaneses do Kosovo, que era senão a unificação do Kosovo com a Albânia, ao menos direito de autodeterminação com relação à Sérvia. Contudo, Tito renunciou à proposta, sob alegação de que a "solução marxista" para a questão do Kosovo não seria aceita pelos grupos de sérvios, dados os discursos de que a Sérvia possuía laços históricos com o Kosovo (Elsie, sem data; Robertson, 2018). Em 1945, Kosovo foi incorporado na Iugoslávia socialista na condição de região autônoma da República Socialista da Sérvia contra a expressa vontade da população albanesa, fator que levou à radicalização de alguns grupos que disputavam a autonomia⁷⁸ (Kelmendi, 2018; Meier, 2005).

Cabe mencionar que, neste período, do ponto de vista da arena internacional, a política norte-americana para os Bálcãs era marcada pelos dilemas da Guerra Fria e, sendo Kosovo parte da república da Sérvia a partir de então, as relações com os Estados Unidos estavam condicionadas às das Iugoslávia e, conseqüentemente, ao conflito bipolar. Nos anos imediatos pós-Segunda Guerra Mundial, a literatura sobre a política externa norte-americana para a Iugoslávia indica que havia grande desconfiança com relação ao papel de Tito. Isto porque, o líder iugoslavo parecia ser um grande aliado do bloco soviético, apesar da independência com relação à URSS. De modo que, entre 1945 e 1948, Estados Unidos e a Iugoslávia eram marcadamente antagonistas (Wooldridge, 1971).

Um episódio em 1946 contribui para ilustrar as tensões entre os dois países. Em

⁷ Este é o caso do Movimento Revolucionário para a União dos Albaneses, fundado por Adem Demaçi em 1963, sob orientação do Marxismo-Leninismo (ROBERTSON, 2018).

⁸ Entre alguns círculos de comunistas na Iugoslávia na Albânia e na Bulgária, o arranjo que resultou na incorporação do Kosovo à Iugoslávia não era percebido como um ponto de conflito inicialmente. Isso porque, estes vislumbravam que o território do Kosovo poderia operar como uma espécie de "ponte" entre a Albânia e a Iugoslávia, no âmbito de uma eventual Federação Comunista dos Balcãs. Quando, em 1948, Marechal Tito também rompe relações com a Albânia após Enver Hoxha se aliar a Josef Stálin, esta possibilidade política foi enterrada e se tornou claro que Kosovo permaneceria um ponto de conflito⁸. O projeto de uma Federação dos Bálcãs também não era, à época, uma novidade. Desde o final do século XIX, circulava entre os partidos políticos e grupos de esquerda nos Bálcãs a ideia de criação de um bastião socialista ou comunista nos Bálcãs. A ideia passou, ao longo de décadas, por reformulações. Mas, como objetivo central, estes grupos advogavam pela criação de uma república federal comum balcânica, fundamentada no internacionalismo, no socialismo, na solidariedade entre as classes trabalhadoras e na igualdade econômica. Após a ruptura das relações entre Albânia e Iugoslávia, também os movimentos sociais no Kosovo passaram a se dividir em duas alas principais, que vão se manifestar também nos anos 1990: a ala "moderada" (iugoslava) e uma ala "radical" (hoxhaista), simpatizante do regime na Albânia (Robertson, 2018)

agosto daquele ano, dois aviões de transporte americanos desarmados que sobrevoavam a Iugoslávia foram forçados a descer por caças do governo de Marechal Tito em um intervalo de dez dias (United States Department of State, 1946). Um deles foi completamente destruído. O outro, conseguiu pousar e os passageiros foram mantidos em custódia pelo governo iugoslavo. Após o incidente, o governo americano enviou um ultimato com prazo de 48 horas para a Iugoslávia liberar os americanos sob custódia, iniciar as investigações sobre o incidente e garantir acesso dos EUA à aeronave. O governo iugoslavo respondeu às demandas antes do encerramento do prazo solicitado. Mas, a partir daí ambos os governos culpavam um ao outro pelo incidente e as relações permaneceram deterioradas (Wooldridge, 1971).

FIGURA 10 – Publicação em jornal sobre os ataques aos aviões americanos pela Iugoslávia, 1946



Fonte: Trove, 1946

O antagonismo entre os dois países muda, contudo, quando em 1948 Marechal Tito rompe as relações com a União Soviética. Estados Unidos e outras potências ocidentais, tais como o Reino Unido, passam a apoiar financeiramente e materialmente a Iugoslávia, já que a independência e estabilidade do país interessavam as potências ocidentais no sentido de evitar uma intervenção da URSS na região. A possível instabilidade iugoslava, em razão das disputas entre diferentes nacionalismos, era fonte de temor entre *policy makers*, que se preocupavam que o país poderia entrar em colapso, chamando uma intervenção da URSS, ou ainda, abandonar o seu estatuto de país não-alinhado, caso surgisse uma liderança de

orientação pró-soviética em resposta ao declínio econômico ou à instabilidade social e política (Unkovski-Korica, 2019; King, 2021; United States Department Of State, 1960). Assim, conforme Vladimir Unkovski-Korica (2019) indica, o apoio das grandes potências ocidentais à Iugoslávia era direcionado à grupos internos que pudessem colocar em marcha reformas liberais ou, pelo menos, impedir a orientação pró-soviética⁹.

Um documento do governo americano elaborado em junho de 1960, intitulado “Plano de operações para a Iugoslávia” (*Operations plan to Yugoslavia*, em inglês) declara como um dos objetivos da política externa norte-americana para a região a condução de esforços para a liberalização do sistema econômico. Dentre as observações feitas, está o fato de que, apesar do encaminhamento de algumas reformas liberais no país, a ideologia marxista segue difundida. Assim, a orientação de liberalização também se estende ao próprio sistema político. Dentre as muitas soluções propostas no documento estão: 1) Incentivo para o desenvolvimento de laços culturais mais estreitos entre a Iugoslávia e as “nações do Mundo Livre”, especialmente as da Europa Ocidental; 2) facilitação da emissão de vistos para cidadãos iugoslavos, especialmente representantes de empresas; 3) incentivo à visitas de americanos influentes à Iugoslávia, tais como funcionários do governo e indivíduos conhecidos nos campos da arte e ciência; 4) incentivo à programas de intercâmbio entre organizações não-governamentais (conduzidos pela Fundação Ford); 5) incentivo à circulação de filmes e publicações norte-americanas; 6) promoção de atividades culturais para retratar as “conquistas americanas”; 7) promover o apoio à exportação de empresas dos EUA para a Iugoslávia, bem como missões comerciais e participação do setor privado norte-americano em feiras no país, entre outros (United States Department Of State, 1960).

Importante notar, portanto, que durante a Guerra Fria, os esforços norte-americanos estavam concentrados na contenção do bloco soviético e na difusão de valores liberais nos Bálcãs, e a questão do Kosovo ocupava lugar de menor importância nas preocupações de formuladores da política externa dos Estados Unidos. Ao que a literatura indica, manter a coesão territorial e garantir reformas econômicas e políticas liberais, independente do custo político e social para os grupos locais, era a prioridade dos governos ocidentais preocupados com o possível avanço soviético na região (Maurer, 1985). Mais uma vez, aqui, se manifestam os interesses das grandes potências em disputar espaço de influência nos Bálcãs,

⁹ Nos Bálcãs, a Iugoslávia não foi o único alvo das grandes potências no sentido de conter o bloco soviético. Em 1946, Estados Unidos e Reino Unido lançaram a Operação *Valuable*, para uma tentativa de derrubar o governo comunista na Albânia. O plano fracassou e agentes da CIA e do serviço de inteligência britânico acabaram mortos ou presos <https://www.bbc.co.uk/programmes/p0452f00>.

e prevaleceram os contornos das unidades políticas e o projeto de Estado segundo as disputas internacionais.

Assim como se sucedeu no início do século XX, desde a incorporação do Kosovo à Iugoslávia, novas demandas por autodeterminação foram feitas pelos grupos de albaneses e, em 1974, após intensa repressão contra estas manifestações, uma reforma constitucional na Iugoslávia concedeu a autonomia parcial da região. Com a Constituição de 1974, Kosovo alçou o *status* de província, o ensino de Albanês foi permitido e o grau de autonomia política também aumentou significativamente. A partir desse momento, criava-se ainda uma classe política albanesa nas próprias instituições iugoslavas. Ao que parece, a decisão de Marechal Tito tratava-se menos de uma simpatia pela causa dos albaneses do Kosovo, e mais uma concessão no sentido de garantir a estabilidade e coesão territorial da Iugoslávia, de acordo com os interesses colocados pela conjuntura internacional. Kosovo permaneceu, então sob controle central da Sérvia e as condições de vida, bem como a perseguição policial deteriorou na região (Robertson, 2018; Koinova, 2003).

5 GUERRA E INTERVENÇÃO (1981-1999)

A partir do levantamento histórico apresentado no último capítulo, a presente pesquisa buscou demonstrar que as disputas entre as grandes potências e os processos conflituosos em torno da questão do Kosovo não eram, na década de 1990, uma novidade. Na verdade, desde a desintegração do Império Turco Otomano ao final do século XIX, a questão do Kosovo era motivo de rivalidade entre as grandes potências e grupos locais. Pela lente das grandes potências, a preocupação desde a desintegração do Império Turco-Otomano esteve concentrada nas disputas de ganhos políticos e econômicos na região. Pela lente dos grupos locais, desde as primeiras guerras internacionais no processo de desintegração do Império Turco-Otomano, diferentes projetos de Estados foram objeto de disputa, fomentados pela ingerência das grandes potências. Mais tarde, os arranjos que resultaram dos processos internacionais de intervenção seguiram colocando diferentes projetos de Estado em rota de colisão.

Por esta razão, portanto, avaliamos que existem elementos de continuidade entre os esforços intervencionistas no decorrer do século XX, em que processos violentos se manifestam no processo de construção de Estados, e tanto grupos locais, como as grandes potências rivalizam interesses materiais e espaço de influência nestes processos. Nos anos 1990, contudo, o *modus operandi* destes processos parece ter sido reeditado a partir de uma mudança fundamental na arena internacional: a mudança da ordem internacional pós-Guerra Fria que culminou com a entrada dos Estados Unidos nos Bálcãs.

No presente capítulo, a pesquisa avança nos desdobramentos da questão do Kosovo a partir da década de 1990, quando se intensificam as tensões na região, e que terá como fim o projeto internacional de *state-building*. Nos apoiando na literatura especializada em Kosovo, no delineamos as condições locais e internacionais que levaram à guerra e a intervenção da OTAN em 1999, que abriram as portas para o processo de *state-building*. Entendemos a escalada dos processos de violência na década de 1990 como a etapa inaugural das missões internacionais, isto é, uma etapa destrutiva que favoreceu a consolidação econômica, política e militar dos Estados Unidos nos Bálcãs a partir da liderança da intervenção da OTAN e do projeto internacional de *state-building*.

Para a construção da narrativa histórica do presente capítulo, partimos do ano de 1981, compreendido pela literatura especializada como o marco temporal para a desestabilização da questão do Kosovo que precede a intervenção internacional em 1999 e os projetos de *state-building*. Portanto, iniciamos a contextualização situando o lugar que o

Kosovo ocupava na Iugoslávia na década de 1980, para revelar as variáveis que levaram à escalada de violência. Também destacamos os fatores internacionais que contribuíram para as tensões na região. Na sequência, trataremos da radicalização do conflito, cujo ponto de virada foi a Conferência de Dayton, em que as potências buscavam uma saída para a crise da Bósnia (1992-1995) e, ainda que cientes da violência no Kosovo, negligenciaram a questão do Kosovo. A deterioração da situação do Kosovo leva à intervenção da OTAN, protagonizada pelos Estados Unidos e, ao avançarmos para essa fase do conflito, destacamos o papel central que a ação militar desempenhou para a consolidação política, econômica e militar dos Estados Unidos nos Balcãs.

5.1 O lugar do Kosovo na Iugoslávia e o início da crise

A década de 1980, após a morte de Marechal Josip Broz Tito, testemunhou o início de crises econômicas, políticas e sociais subsequentes na Iugoslávia. Conforme debatemos no capítulo anterior, Kosovo gozava de um *status* de província da República Sérvia na RFSI, garantido pela constituição de 1974. Assim, ainda que não possuísse o mesmo *status* das outras seis repúblicas, a região operava como uma entidade política, já que tinha um parlamento, um governo e polícias próprias, que garantiam relativa autonomia à maioria albanesa (Judah, 2008).

MAPA 4 – Divisão político-territorial da Iugoslávia



Fonte: Encyclopædia Britannica, sem data.

Com a morte de Tito, albaneses passaram a temer a reversão de seus direitos pelo governo na Sérvia. E, dada a insatisfação com a desigualdade política do Kosovo, bem como com as crises econômicas que se aprofundavam na Iugoslávia, movimentos sociais ganham terreno na década de 1980, sob liderança das classes trabalhadoras (especialmente rural), estudantis e das elites intelectuais de albaneses na Universidade de Pristina (UP), na capital. Além disso, a diáspora albanesa pelo mundo – especialmente em países como a Suíça, a Alemanha e os Estados Unidos - também passou a se radicalizar. Em março de 1981, protestos irrompem na cantina da UP, inicialmente em razão das condições econômicas e da precariedade das acomodações estudantis (Kossev, 2021; Hetemi, 2020; Archer, 2022). Rapidamente, o movimento ganhou suporte de trabalhadores, que deram início a greves. Em poucos dias, os protestos escalaram em alcance e nas demandas. Os movimentos sociais passaram a demandar a elevação do status do Kosovo à República na RFSI e, havia aqueles que ainda demandavam a unificação do Kosovo com a Albânia. Os protestos foram duramente reprimidos pelas forças de segurança iugoslavas/sérvias, e resultaram na morte e prisão de inúmeras pessoas (Arhsien, Howells, 1986).

FIGURA 11 – Manifestações estudantis na Universidade de Pristina



Fonte: Memory, 2021

Estas manifestações são compreendidas pela literatura como um ponto de virada para a radicalização das demandas de autonomia no Kosovo contra a Iugoslávia/Sérvia. Em resposta à repressão das forças iugoslavas/sérvias, discursos que demandavam a autonomia política e econômica do Kosovo começaram a se proliferar, como saída aos problemas da violência praticada pelas forças de segurança e às dificuldades econômicas. “Somos albaneses, não iugoslavos”, “queremos uma Albânia unificada” tornaram-se slogans comuns à época (Judah, 2008, tradução nossa). Muitos daqueles que acabaram presos nos protestos dos anos 1980, formariam, mais tarde, os movimentos de independência do Kosovo, dentre os quais figurava o próprio Exército de Libertação do Kosovo (Robertson, 2018). Nesse período também se consolidou a ala política interpretada pela literatura como “moderna”, associada às classes intelectuais da UP e que marcavam presença nas instituições políticas do sistema iugoslavo, responsável por protagonizar esforços internacionais para o reconhecimento do Kosovo pela via institucional.

À essa altura, já havia uma diáspora de albaneses do Kosovo e da Albânia significativa pelo mundo, fruto de um intenso fluxo de migração pós-Segunda Guerra Mundial. Tais grupos se dispersaram em diversos países, mas tiveram como destinos principais os Estados Unidos, a Turquia, a Itália, a Alemanha e a Suíça. E, nas diásporas, também surgiram lideranças que protagonizavam esforços de articulação. Foi o caso de Jusuf Gërvalla, que dentre muitos outros se destacou na mobilização política da diáspora albanesa na Alemanha. Jusuf e seu irmão eram conhecidos pela atuação no financiamento de celebrações culturais, shows e eventos para discussão de ações políticas. Em janeiro de 1982, após um encontro político em Stuttgart, os irmãos Jusuf foram assassinados. As recentes análises sobre o nacionalismo albanês têm concordado que o episódio gerou repercussão no movimento de diáspora e fortaleceu as ações para resistência à presença de forças sérvias no Kosovo. É na esteira desses acontecimentos, ainda em 1982, que surge o Movimento Popular do Kosovo (LPK), partido de orientação marxista, majoritariamente composto por trabalhadores e estudantes albaneses em exílio na Suíça (Perritt, 2008). O LPK contava com forte suporte dos albaneses no Kosovo, especialmente no próprio movimento estudantil da Universidade de Pristina (União Independente de Estudantes em Pristina, tradução nossa), que àquela altura encontrava-se fortemente mobilizado em torno de demandas por melhores condições de vida para os estudantes e para a população do Kosovo.

Cabe o destaque, também, ao caso de Joseph DioGuardi, que nasceu em 1940, nos Estados Unidos, filho de uma geração de albaneses que havia migrado para Nova Iorque ao final da década de 1930. DioGuardi frequentou a Escola de Administração de Negócios da

Universidade Fordham, no Bronx - bairro marcado pela presença de imigrantes - principalmente albaneses (Sabbagh, 2011). Nos anos 1960, foi reservista do exército norte-americano e, posteriormente, trabalhou como contador público. Foi na década de 1980 que DioGuardi decidiu seguir carreira política e se candidatou para um mandato na Câmara dos Deputados pelo Partido Republicano - eleito para o mandato de 1985-1989 (AACL, sem data).

A entrada de Joe DioGuardi no Congresso norte-americano representou um passo importante, tanto para sua carreira, quanto para a causa do Kosovo. Durante seu mandato, DioGuardi já chamava atenção constantemente para os temas de política externa relacionados aos Bálcãs. No entanto, é logo após o fim de seu mandato, em 1989, que o congressista consolida uma posição de porta-voz da causa kosovar na Casa Branca, através da criação da Liga Cívica Albanesa Americana (AACL), organização para finalidade de *lobby* em torno da causa albanesa nos Estados Unidos. É nesse período que DioGuardi se aproxima, por exemplo, de Joseph Biden, à época, Senador (AACL, sem data).

Já em 1989, após quase uma década de instabilidade política para a sucessão de Tito, Slobodan Milošević assume o governo central em Belgrado e a situação se deteriora rapidamente. As tensões sociais que tinham lugar no Kosovo assumiram uma nova dimensão. O então presidente propôs emendas à Constituição da Iugoslávia que retiravam parte da autonomia das autoridades locais, garantida até então pela Constituição de 1974. A medida encontrou forte resistência e inaugurou um período de greve geral no Kosovo, novamente liderada por estudantes da Universidade de Pristina e trabalhadores da mina de *Trepča*, então principal complexo de mineração da Iugoslávia.

Foi neste contexto que o governo central de Belgrado colocou em marcha uma série de mudanças que culminaram com o encerramento de instituições de educação superior e de saúde na região. Também neste momento, houve um programa de demissão em massa de funcionários albaneses de instituições públicas, frequentemente referido como “expurgo” e ficava proibido o ensino do idioma Albanês em escolas e universidades (Hetemi, 2020; Robertsen, 2018). Além disso, a repressão policial aumentou significativamente. Na literatura, é comum a referência a este período como o momento em que estabeleceu um estado de *apartheid* (Booth, 2001). Assim, neste período, também se observou-se a proliferação de partidos políticos e organizações que buscavam maior autonomia para o Kosovo (Pula, 2004; Hetemi, 2017; Nelsson, 2019). É o caso da Liga Democrática do Kosovo (LDK), criada em 1989 por Ibrahim Rugova, um intelectual de Pristina. Sobre a biografia pregressa de Rugova, cabe alguns comentários.

FIGURA 12 - Reunião da Liga Democrática do Kosovo

Fonte: Gazetta Dielli, 2021.

Rugova nasceu em 1944, no contexto da Segunda Guerra Mundial, período em que Kosovo estava ocupado pelas forças nazifascistas. O pai e seu avô de Rugova foram executados no ano seguinte ao seu nascimento, em janeiro de 1945, por comunistas iugoslavos. Ao finalizar os estudos no colégio, ingressou na Universidade de Pristina e foi aluno da Faculdade de Filosofia do Departamento de Estudos Albaneses, participando ativamente das atividades dos movimentos estudantis. Já durante os anos de estudo de doutorado, passou dois anos na *École Pratique des Hautes Études* da Universidade de Paris (*Sorbonne*), onde foi orientado por Roland Barthes, reconhecido por suas contribuições no campo da sociologia, filosofia e semiótica. Quando retornou ao Kosovo, trabalhou como jornalista e ingressou no Partido Comunista Iugoslavo. E, em 1988, antes de liderar a criação do LDK, foi eleito presidente da União dos Escritores do Kosovo. Através de sua trajetória, é possível inferir que Rugova fazia parte de uma pequena, nascente, elite cultural e intelectual do Kosovo, composta por jornalistas (Qirezi, 2006), artistas e acadêmicos que faziam oposição às ideias difundidas pelo governo iugoslavo através, por exemplo, de instituições como a Academia Sérvia de Ciências e Artes

(*Serbian Academy of Science and Arts*, em inglês) (Serbian Academy of Sciences and Arts, 1986).

Assim, se, por um lado, o governo central em Belgrado vinha atuando no sentido de encerrar a provisão de serviços básicos e retirar a autonomia política no Kosovo no sentido de fortalecer o controle sérvio, por outro lado, não tardou para que os movimentos sociais e as classes políticas locais, tais como o grupo liderado por Rugova, se rearticulassem e se radicalizassem em atividades no sentido de difundir renovadas demandas por autonomia e prover estes mesmos serviços à população. Dados os expurgos das instituições do sistema iugoslavo e a radicalização internacional da questão do Kosovo, a Liga Democrática cresceu rapidamente. De acordo com Robertson (2018), em 1991, a organização contava com aproximadamente 700.000 membros (Robertson, 2018). Conforme avaliado pela literatura, a LDK rapidamente deixou de ser um partido político propriamente, para se constituir *de facto* como a voz dos movimentos pela autodeterminação do Kosovo pela via pacifista (Clark, 2000, p. 84).

Em 1991, Ibrahim Rugova e os membros do LDK lideraram esforços, junto a outros partidos políticos de menor representatividade, para consolidação de um governo “paralelo” albanês, que apoiava a independência do Kosovo (Kuleuven, sem data). Foi realizado um referendo pela independência, aprovado por ampla maioria. Rugova foi eleito presidente e um governo paralelo foi estabelecido. O governo foi dividido em dois países: enquanto Rugova ficava no Kosovo, Bujar Bukoshi, eleito Primeiro-Ministro, desempenhava atividades da Alemanha. A eleição foi considerada ilegal pelo governo em Belgrado e a polícia foi enviada para barrar as atividades dos grupos políticos¹⁰ (Rfe-RI, 1999; Schmidt, 1999). Ainda assim, o que se observa a partir de então é o surgimento de redes de assistência social locais, a continuidade de aulas da Universidade de Pristina nas casas de albaneses, o estabelecimento de clínicas de saúde e a consolidação, inclusive, de fundos para coleta de impostos mantidos pela diáspora albanesa pelo mundo e pelos movimentos de resistência locais, incluindo o LDK (Pula, 2004, Hetemi, 2020). Eram as chamadas “instituições paralelas”, mantidas para consolidar a resistência frente às pressões sérvias pelo controle do território.

Em 1994, Hafiz Gagic, diretor da Liga Democrática do Kosovo (LDK) baseado em Stuttgart, estimava que a população albanesa na Alemanha havia saltado de aproximadamente 100.000 para 250.000 pessoas em um intervalo de 4 anos. No mesmo período, a diáspora cresceu em cidades como Viena, Melbourne, Tirana, Toronto, Zagreb, Estocolmo, Istambul,

¹⁰ O Governo no Exílio chegou a receber reconhecimento oficial do regime na Albânia

Bruxelas e Oslo. A partir da diáspora, a transferência de recursos para contribuir com as ações políticas em Kosovo era corrente e acontecia através dos “Bancos *Hawala*”, também empregados por outros movimentos de resistência, tais como o Exército Republicano Irlandês (IRA) e a Organização para a Libertação da Palestina (OLP). Mensalmente, os membros dos movimentos na diáspora destinavam 3% de seus salários para o fundo *Homeland Calling*, destinado à causa da independência.

Nesse mesmo período, crises políticas, sociais e econômicas também irromperam em toda Iugoslávia, com os processos de independência na Eslovênia, na Croácia e a condução de uma política de genocídio na Bósnia, reconhecida como uma das maiores catástrofes humanitárias do século XX (Banac, Magas, Bujic, Hardy, 1993). Ao mesmo tempo em que se tornavam cada vez mais visíveis as tensões sociais regionais e no Kosovo, o clima internacional passava por marcadas transformações, que influenciariam a escalada das tensões nos Bálcãs. A década de 1990, pós-Guerra Fria, ficou marcada pela crise do mundo socialista e a difundida percepção de vitória do liberalismo democrático e dos Estados Unidos. A Rússia, sucessora da União Soviética, reaparecia internacionalmente e as suas políticas na região ficaram moldadas pela sua relação com as potências da Europa Ocidental. Ao que parecia, o governo em Moscou estava menos interessado na expansão de sua influência, e mais preocupado em garantir estabilidade política e integridade territorial. Do ponto de vista da arena internacional, portanto, o governo russo estava concentrado apenas ser aceito no “clube” das grandes potências (Samokhvalov, 2019).

Ao que parecia, albaneses avaliavam o contexto com otimismo. Utilizando-se de diferentes estratégias, os albaneses buscavam chamar atenção internacional para a questão do Kosovo. E, até então, grande parte dos esforços estavam concentrados nas tratativas diplomáticas. Contudo, a Conferência de Dayton, que pôs termo à Guerra da Bósnia em 1995, minou tais expectativas, fator que contribuiu consideravelmente para a escalada da violência em curso (Hürner, 1997; Buja, 2011; Carson, 2013).

5.2 Em Dayton, nenhuma palavra sobre Kosovo

A literatura que dialoga com os fatores internacionais da Guerra do Kosovo e busca explicar a escalada de tensões na década de 1990 é marcada pelo consenso de que os Acordos de Dayton, que tiveram lugar entre os dias 1 e 21 de novembro de 1995 e colocavam termo à Guerra da Bósnia, representaram um ponto de virada para a eclosão da crise em 1998-1999 no Kosovo (Hürner, 1997; Buja, 2011; Carson, 2013). Os acordos foram firmados entre a

Croácia, a República Socialista Federativa da Iugoslávia e a República da Bósnia e Herzegovina, com o envolvimento dos Estados Unidos, Rússia e outras lideranças internacionais e estabeleceram um quadro-comum para uma paz na Bósnia e Herzegovina, que incluía a criação de um Estado multiétnico, dividido em duas entidades - a Federação da Bósnia e Herzegovina e a *Republika Srpska* - com um governo central tripartite, para além das intervenções para manutenção da paz e reconstrução do Estado pós-conflito.

FIGURA 13 – Assinatura dos acordos de Dayton



Fonte: BBC, 2020.

Apesar das críticas recentes aos Acordos de Dayton, na época de sua assinatura, estes foram celebrados como um sucesso da comunidade internacional nos esforços de garantir a paz nos Bálcãs em definitivo, e o encerramento do conflito na Bósnia viu a chegada de um conjunto de missões de militares e de administração internacional voltadas à manutenção da paz e reconstrução de Estado (Carson, 2013). Se nessa ocasião as grandes potências buscavam o fim das guerras que marcaram a desintegração da Iugoslávia e lograram um acordo de paz para o conflito na Bósnia, os albaneses, especialmente aqueles alinhados ao grupo de Rugova, mantinham a expectativa de que a questão do Kosovo também seria objeto de discussão, fato que não se sucedeu (Onu, 1995).

Surpreende a constatação de que, àquela altura, membros da alta cúpula do governo norte-americano já mantinham relações próximas com a elite albanesa que liderava os já referidos esforços de independência da Sérvia e já tinham ciência da crise no Kosovo. O ano de 1989, por exemplo, ficou marcado pela fundação da Liga Cívica Albanesa Americana (AACL), organização de *lobby* fundada por albaneses-americanos que voltava sua atuação no congresso dos EUA em favor da independência do Kosovo com relação à Sérvia/RFI e chamava atenção para as violações cometidas pelas forças de segurança sérvias/iugoslava (AACL, sem data).

Em agosto de 1990, uma delegação dos EUA liderada pelo Senador Robert Dole também se encontrou com líderes em Pristina, capital do Kosovo, para discutir os desdobramentos da crise já em curso. Na ocasião, mais de 5.000 albaneses protestaram contra o governo sérvio/iugoslavo ao lado de fora do hotel em que estava hospedada a delegação norte-americana. Entre os albaneses do Kosovo, Ibrahim Rugova já era reconhecido como a força de interlocução internacional e frequentemente figurava em encontros com membros dos governos da França, Suíça e Reino Unido (Freedom House, 2007, p. 6).

Antes mesmo de Dayton, entre 1991 e 1995 as lideranças internacionais protagonizaram encontros, conferências e debates para tratar das crises na Iugoslávia, nas quais as lideranças de albaneses alinhadas com o grupo de Rugova já demandavam uma solução para a crise do Kosovo (Buja, 2011). Por exemplo, na figura abaixo é possível ver Bujar Bukoshi, Primeiro-Ministro do governo paralelo do Kosovo, apertando as mãos de Van den Broek, político holandês que, à época, liderava a pasta de Relações Exteriores, Política Externa Comum e Negociações para Alargamento no âmbito da Comissão da União Europeia (European Communities, 1994). E, na ocasião das negociações, albaneses-americanos foram para Ohio, local de encontro entre as lideranças políticas, e organizaram protestos chamando atenção para a questão do Kosovo (Sullivan, 2004, p. 91).

FIGURA 14 - Visita de Bujar Bukoshi à Comissão Europeia em 1994



Fonte: European Commission, 1994

Na época, se a partir destes indícios as expectativas eram de que houvesse um esforço diplomático em Dayton no sentido de também resolver a questão dos albaneses no Kosovo, os acordos frustraram esta possibilidade (Bekaj, 2010). Não apenas o tema do Kosovo não foi alvo de debates e resoluções entre as potências, como também os próprios termos da paz foram percebidos com pessimismo por albaneses, especialmente entre aqueles alinhados ao grupo de Rugova (Perritt, 2008). Através dos termos de Dayton, as sanções comerciais, outrora estabelecidas contra o governo central em Belgrado, foram retiradas e as relações diplomáticas normalizadas, com reconhecimento do Estado da Sérvia pós-guerra (Carson, 2013). Ainda, como argumenta Perritt (2008), a ausência de um questionamento do controle da Iugoslávia sobre os albaneses nos fóruns internacionais de diálogo representou um momento de inflexão nas tensões que já marcavam a região (Perritt, 2008).

Isso porque, até então, entre as lideranças que buscavam a independência do Kosovo com relação à Sérvia, predominava o entendimento de que este objetivo poderia ser alcançado por uma via de resistência pacifista, através do engajamento de grupos locais e a interlocução com lideranças internacionais. A percepção era de que os esforços pacifistas seriam reconhecidos e recompensados pelas grandes potências. Após Dayton, entretanto, estas lideranças colocaram em questão se a via de engajamento até então era adequada, já que ficou claro que, ao final da Guerra da Bósnia, a *Republika Srpska* foi legitimada pelos acordos internacionais de paz após a violência armada protagonizada por sérvios. Os

albaneses do Kosovo passaram a duvidar que a resistência pacífica tenha sido a melhor tática adotada até então (Buja, 2011) e, portanto, Dayton também teve um efeito negativo na liderança de Ibrahim Rugova como interlocutor internacional das demandas pela independência, que pareciam surtir pouco ou nenhum efeito no apoio à questão do Kosovo (Pettifer, 2012; Perritt, 2008).

Em *“Be not afraid, for you have sons in America”*, Stacy Sullivan (2004) revela em uma passagem, por exemplo, como Florin Krasniqi, albanês-americano que somava aos esforços de reconhecimento do Kosovo a partir dos Estados Unidos, adotou uma posição cética após Dayton. Até então, Krasniqi contribuía com parte de seus rendimentos no fundo internacional dos 3%, como forma de apoiar os movimentos de resistência no Kosovo. Em 1995, o empresário parou sua contribuição. Mais tarde, declarou:

Dayton me fez perceber que a luta armada era o único caminho [...] A resistência pacífica não nos trouxe nada, todas as outras minorias insatisfeitas na Iugoslávia - os eslovenos, croatas e bósnios - lutaram por suas independências e conseguiram. Os albaneses escolheram o caminho pacífico e foram ignorados. (Sullivan, 2004, p. 3, tradução nossa).

Esta leitura a respeito da indiferença internacional durante os Acordos de Dayton e o questionamento de albaneses do Kosovo quanto à tática pacifista ficou clara em 1996, em um encontro entre a presidência da Liga Democrática do Kosovo e Rudolph Perrina, chefe da missão diplomática dos EUA em Belgrado, que participou das negociações para a paz na Bósnia. Na ocasião, Ibrahim Rugova questionou por que a questão do Kosovo não foi alvo de debate em Dayton. Em resposta, o representante norte-americano declarou que os acordos tinham convidado à mesa aqueles que lutavam. Sendo um acordo de paz, foi assinado por aqueles envolvidos na Guerra da Bósnia e da Croácia (Buja, 2011). Mais tarde, em 1997, John Kornblum, Secretário de Estado Assistente dos EUA, declarou após encontro com Rugova que o futuro do Kosovo era possível mesmo sob controle da Sérvia e que esta seria uma contribuição para a paz na região. Declarações como estas se tornaram comuns e, de certo modo, revelavam esforços das lideranças dos EUA em manter o ordenamento firmado em Dayton como saída para a paz na região (Pettifer, 2012).

Ainda que seja difícil precisar as razões pelas quais as lideranças dos Estados Unidos e de outras grandes potências pareciam negligenciar a situação no Kosovo, a literatura do tema traça algumas hipóteses. A primeira delas diz respeito justamente à necessidade de inclusão de Milošević nas negociações e o temor de que a inclusão do Kosovo pudesse minar

os termos já aceitos com relação à paz na Bósnia. A prioridade se tornou, por uma razão pragmática, os territórios nos quais o conflito armado já estava em curso (Carson, 2013). A segunda explicação deriva de um possível erro de cálculo e interpretação dos acontecimentos no Kosovo por parte das lideranças norte-americanas. Para estes autores, ao que parece, Croácia, Bósnia e Sérvia eram casos de Estados emergentes, produtos da dissolução da Iugoslávia, enquanto a situação no Kosovo foi lida como uma questão de direitos de uma minoria em uma entidade soberana. Portanto, para essa segunda leitura, o entendimento de que a questão do Kosovo não estava no rol de uma questão internacional afetou diretamente o modo através do qual as potências agiram a respeito do tema (Carson, 2013). Por fim, uma terceira hipótese diz respeito a uma dimensão política nos EUA. Em 1996, as eleições presidenciais se aproximavam, e Bill Clinton gozava de prestígio pelo resultado da paz na Bósnia. Uma desestabilização nos acordos de paz poderia representar um movimento político arriscado para sua reeleição (Carson, 2013).

Talvez mais importante do que eleger uma única razão para a negligência dos Estados Unidos e de outras potências com relação aos albaneses do Kosovo, seja perceber como os acordos de Dayton, ao estabelecerem um ordenamento para a paz na Bósnia, confirmaram o poder de ingerência dos Estados Unidos na região do Balcãs, a ponto que os próprios grupos locais dificilmente buscavam uma saída para a situação no Kosovo em que as lideranças norte-americanas não tivessem um papel central. E a luta armada parecia ser o caminho para engajara grande potência no conflito.

Assim, após Dayton, duas percepções pareciam marcadas em definitivo entre os albaneses do Kosovo. A primeira, de que a luta armada poderia ser uma tática com objetivo de chamar atenção internacional para a questão do Kosovo. Essa possibilidade não era, em si, uma novidade entre a resistência de albaneses, dado o crescente uso de violência repressiva por parte das forças sérvias/iugoslavas. Mas, até Dayton, predominavam os grupos pacifistas e, a partir daí a luta armada não apenas se tornou uma clara opção, como também foi amplamente encorajada e apoiada por outros grupos que até então estavam associados à ala pacifista (Buja, 2011). E, a segunda, de que uma saída para a crise no Kosovo só era possível com apoio dos Estados Unidos.

5.3 O nascimento do Exército de Libertação do Kosovo e a intensificação do conflito

Dois meses após os Acordos de Dayton, em fevereiro de 1996, granadas atingiram

seis residências de sérvios no Kosovo. Dias depois, uma organização que ninguém conhecia assumiu a responsabilidade pelos ataques, declarando que se tratava apenas do começo de uma campanha para libertar o Kosovo dos sérvios. Este episódio, contado por Stacy Sullivan (2004), em “*Be not afraid, for you have sons in America*”, descreve a consolidação de uma nova força militar nos Bálcãs: o Exército de Libertação Kosovo (ELK) (Sullivan, 2004, p. 92). A literatura no tema ainda diverge sobre o momento de nascimento do ELK. Enquanto alguns autores indicam que o grupo tenha aparecido pela primeira vez em 1994, outros indicam que surgiu oficialmente em 1996, após o episódio acima mencionado. Há, ainda, alguns autores indicando que foi apenas em 1997 (Bekaj, 2010; Perritt, 2008; Sullivan, 2004).

A incerteza possui um fundamento. É importante retomar que, mesmo antes de Dayton, grupos isolados já mantinham uma percepção de que a guerra pela libertação do Kosovo seria uma possibilidade, dada a crescente repressão contra albaneses pelas forças sérvias/RFI enviadas por Milošević. Este foi o caso do já mencionado Movimento pela Libertação do Kosovo (*Lëvizja Kombëtare për Çlirimin e Kosovës*, em Albanês), fundado em 1993, como parte da dissidência do Movimento Popular do Kosovo (*Lëvizja Popullore e Kosovës* - LPK, em Albanês), e que colocava ênfase no preparo da população para uma possível resistência armada (Bekaj, 2010). Contudo, antes de 1995, tais grupos ainda eram pouco representativos e ainda eram poucas as pessoas que acreditavam na possibilidade real de uma resistência armadabem-sucedida.

Quando, em 1996, dois meses após Dayton, ocorreu o primeiro ataque reconhecido por uma organização formada por albaneses do Kosovo, alguns grupos desconfiavam que estes episódios tinham sido protagonizados, na verdade, por oficiais sérvios buscando uma forma de justificar a repressão contra os albaneses (Bekaj, 2010). Enquanto outros acusavam, ainda, o presidente da Albânia de financiar e orquestrar uma rebelião no Kosovo (Sullivan, 2004). Até então, ninguém nunca tinha visto um membro do ELK, ainda que circulassem boatos a respeito de sua existência (Perritt, 2008).

Para além de Dayton, outro fator decisivo para a possibilidade da via armada pela independência do Kosovo e da posterior consolidação do ELK foi o colapso econômico na Albânia em 1997. Desde 1992, quando teve lugar a abertura do regime socialista, estava em curso um conjunto de políticas liberalizantes no país. A economia da Albânia já dava os primeiros indícios de colapso pós-abertura. Mas, em 1997, a dimensão do problema se aprofundou. Naquele ano, foi descoberto um esquema de pirâmides orquestrado pelas elites nacionais, que levou à falência diversas empresas, deixou centenas de famílias sem suas

poupanças e promoveu o subsequente colapso econômico do país como legado (Qori, 2022). Protestos, greves e repressão contra civis se tornaram a ordem do dia. Com a deterioração na situação política, econômica e social, membros das forças armadas e dos corpos policiais desertaram, armas foram saqueadas, e grupos armados passaram a controlar áreas do país, especialmente no Sul. Em resposta, o então presidente, Sali Berisha, ordenou a abertura dos depósitos de armas do exército na porção Norte do país, para controlar a violência do Sul (CPDE, Saferworld, 2005).

Uma estimativa feita pela OTAN mostra que, após a decisão de Berisha, mais de 600.000 armas foram levadas por civis, para além dos mais de 800.000 cartuchos de munição e 16 milhões de explosivos (Otan, 2011; Taylor, 2020). Mais de 1.500 pessoas morreram e muitas mais ficaram feridas nos episódios de violência. Em março de 1997, o CSONU aprovou a Resolução 1101, sob o capítulo VII, para envio de ajuda humanitária à Albânia, com o objetivo de cessar as hostilidades (ONU, 1997).

FIGURA 15 – Repressão das forças de segurança contra manifestantes na Albânia



Fonte: BBC, 2017.

Para além dos efeitos políticos e sociais na Albânia, o colapso econômico de 1997 parece ter sido fundamental para a consolidação da luta armada protagonizada pelo ELK. Isso porque, antes da crise, o estoque de armas no Kosovo ainda era consideravelmente baixo. Após os protestos de 1981, as armas do corpo de Defesa Territorial do Kosovo foram confiscadas e os poucos grupos de resistência que planejavam uma via armada pela

independência do Kosovo, contavam com poucos recursos para obter os equipamentos necessários. Havia algum armamento disponível após o encerramento dos conflitos na Bósnia e na Croácia. E, há indícios, inclusive, de que sérvios do Kosovo vendiam algum armamento para albaneses até o início dos anos 1990 (Bromley, 2007). Contudo, o cenário mudou drasticamente após a crise de 1997 na Albânia. Parte substancial dos estoques de armas em posse de civis cruzaram as fronteiras com o Kosovo. As AK-47 produzidas na China começaram a proliferar pela região. Nesse período, estima-se que o preço de uma Kalashnikov tenha caído para aproximadamente US \$100 dólares. E, nessa época, muitos jovens albaneses cruzavam as fronteiras do Kosovo com a Albânia para realizar treinamentos militares (Sullivan, 2004).

Não tardou, assim, para que o ELK fizesse sua primeira aparição pública, durante o funeral de uma professora assassinada pelas forças sérvias de segurança em 1997 (Koha, 2022). Na ocasião, três membros do grupo apareceram vestindo uniformes militares e leram uma declaração, em que chamavam a população albanesa para a luta armada contra os “invasores sérvios” (Buxhovi, 2022). De acordo com a literatura, o nascente ELK era orientado por duas correntes de pensamento: o marxismo-leninismo e o nacionalismo albanês¹¹ (Perritt, 2008). Dada a própria tradição dos movimentos estudantis e a orientação pró-Hohxaísta de alguns membros do grupo, a questão da solidariedade internacional marcou parte importante das estratégias de organização do grupo, apesar do também reivindicado nacionalismo albanês frente às forças sérvias (Robertson, 2008).

FIGURA 16 – Membros do ELK, em primeira aparição pública, lendo declaração durante funeral de professora assassinada pelas forças sérvias em 1997



¹¹ Para alguns autores, o ELK também era orientado pelo Islã, ainda que em menor medida (Perritt, 2008).

Contudo, não encontramos indícios de que a variável religiosa tenha, de fato, desempenhado um papel relevante na atuação do ELK.

Fonte: Koha, 2022.

A crise da Albânia em 1997, portanto, coincidiu com o fortalecimento do apoio popular à luta armada após Dayton. Membros do ELK passaram a enviar agentes em missões ao redor de Kosovo e da Macedônia para identificar e recrutar novas pessoas para a luta armada. Parte da diáspora na Suíça, Alemanha, Croácia e Estados Unidos também retornou para a construção da mobilização política no Kosovo. Inclusive, uma parte significativa dos combatentes que vieram dos Estados Unidos se reuniu na “Brigada Atlântica” (Oculus News, 2019). Na figura abaixo, é possível ver membros da brigada segurando as bandeiras do ELK e dos Estados Unidos.

FIGURA 17 – Membros da Brigada Atlântica



Fonte: Ocnal, 2019.

Entre muitos que entraram para as fileiras do ELK destacamos os casos de Ramush Haradinaj, Hashim Thaçi, Adrian Krasniqi e Florin Krasniqi são nomes relevantes entre aqueles que retornaram da diáspora para a luta armada. Nos anos 1960, por exemplo, o tio de Haradinaj tinha conhecido e trabalhado com Jusuf Gërvalla, um dos irmãos assassinados pelas forças iugoslavas na Alemanha em 1982. Sua família, portanto, era antiga opositora das forças sérvias. Na sua trajetória, chegou a compor o serviço militar obrigatório iugoslavo e, mais tarde, migrou para a Suíça, onde trabalhou como segurança e carpinteiro. Na Suíça, também se juntou aos movimentos de resistência na diáspora e ingressou no Movimento Popular do Kosovo (*People's Movement of Kosovo*, em inglês), organização política a que muitos atribuem as origens do ELK. Em 1996, Haradinaj migrou para a Albânia e passou a

ajudar no contrabando de armas na fronteira e, mais tarde, participar de treinamentos militares do ELK. Já Hashim Thaçi, nos 1980, foi estudante da Universidade de Pristina no Departamento de Filosofia e História e fazia parte da classe estudantil que liderou os protestos nos anos 1980. Assim como Haradinaj, migrou para a Suíça e, de lá, seguiu envolvido nas atividades políticas. Entre 1997 e 1998, retornou para a Albânia, onde era responsável por recrutar novos membros para o ELK.

FIGURA 18 – Hashim Thaçi e combatentes do ELK, sem data



Fonte: Euractive, 2020.

O caso dos Krasniqi é particularmente interessante. Adrian Krasniqi era, no início dos anos 1990, um estudante de engenharia da Universidade de Pristina. Envolvido com as dinâmicas políticas, perdeu a crença na possibilidade na via pacifista lograr a independência do Kosovo e o fim da opressão do Estado sérvio no Kosovo. Krasniqi decidiu, então, juntar-se ao ELK. Atuava, em grande medida, contribuindo para o fornecimento de bens e armas para a condução da luta armada. Em 1997, Krasniqi e outros membros do ELK atacaram uma estação de polícia sérvia, em um ataque que foi amplamente noticiado. Na ocasião, Adrian foi o primeiro membro do ELK morto (Kosova Press, 2023). Durante seu envolvimento no grupo, Adrian buscava manter a discrição com relação às suas atividades, mesmo entre os membros da família. Contudo, não tardou para que um de seus primos, Florin Krasniqi notasse suas atividades (Perritt, 2008).

Florin, mencionado no capítulo anterior como albanês-americano que apoiou a luta

armada do Kosovo, migrou para os Estados Unidos ainda nos anos 1980 junto a seu pai, um professor albanês. Em Nova Iorque, fundou uma empresa de construção civil, a *Triangle General Contractors*. Logo, começou a colher os frutos de sua empreitada. Após ter ciência do envolvimento de seu primo Adrian com o ELK em 1997, para além de simpatizar com a possibilidade da luta armada, Florin passou a, de fato, ajudar o grupo a conduzir suas atividades (Sullivan, 2004).

Nos Estados Unidos, Florin se articulou com a comunidade albanesa e levantou aproximadamente US\$ 30 milhões para as atividades ELK. No entanto, o financiamento não foi a única via de contribuição. Krasniqi também foi uma figura central no suporte logístico, envio de armas e equipamentos para o Kosovo. Nos Estados Unidos, Florin fundou um clube de caça de elefantes, com uma sede também na Albânia. Dessa forma, usava o clube para comprar armamento e equipamentos legalmente da *Barrett Firearms* e *Schwarzman Surplus* nos Estados Unidos. Após a compra, Krasniqi enviava as armas para o clube de caça fictício na Albânia e, posteriormente, as cargas eram distribuídas pelos campos ou lagos na fronteira entre o Kosovo e Albânia (Sullivan, 2004). Em um trecho do documentário “*The Brooklyn Connection*” (2005), que conta sua trajetória de apoio ao ELK, é possível ver Florin despachando as armas pelo balcão de *check in* do aeroporto. Além das armas, Krasniqi também enviava botas, fardas, rádios para comunicação e outros equipamentos logísticos necessários. Florin chegou a viajar outros estados americanos e, inclusive, para o Paquistão para comprar armamentos para o grupo (Quirijns, 2005).

Apesar da relativa facilidade com que Florin contribuía para o ELK, a esta altura o grupo ainda era relativamente desconhecido internacionalmente. Em fevereiro de 1998, o diplomata norte-americano Robert Gelbard havia declarado publicamente que o ELK era um grupo terrorista (Erlanger, 1998). Gelbard não foi o único nos círculos americanos a condenar o grupo. Poucos dias após sua declaração, agentes do FBI foram até a empresa de Krasniqi em Nova Iorque. Os agentes disseram ao empresário que sabiam de seu envolvimento com o ELK e que, em algum tempo, o Departamento de Estado dos EUA incluiria o grupo na lista de organizações terroristas. Assim, suas atividades seriam consideradas ilegais. Recomendaram, então, que Krasniqi interrompesse seus esforços. De acordo com o relato de Stacy Sullivan (2004). Florin imediatamente ligou para Joseph DioGuardi, ex-congressista americano-albanês que tinha relações próximas com Joe Biden, que marcou reuniões no Capitólio para tratar dos interesses dos albaneses (Sullivan, 2004).

FIGURA 19 – Florin Krasniqi comprando armamentos para o ELK nos Estados Unidos



Fonte: Quirijns, 2005

Cabe mencionar que, ainda que o papel das mulheres na luta armada não tenha recebido ênfase na literatura, esse período também registrou um crescimento importante na participação feminina no ELK. Foi o caso de mulheres como Linda Muriqi e Mirvete Hasani. Linda era uma jovem albanesa-americana de 16 anos em 1998, quando decidiu deixar os estudos na *Columbus High School*, no Bronx, para ingressar no ELK. Os comandantes do ELK garantiram aos pais dela que Linda seria mantida longe da linha de frente, trabalhando na logística e apoio ao grupo. Uma vez no Kosovo, entretanto, ela também abriu caminho para o combate (Sullivan, 2004). Já Mirvete era uma estudante da Universidade de Pristina, que decidiu entrar para o ELK após o episódio que ficou conhecido como massacre da família de Jassari. Adem Jassari ficou conhecido por sua longa trajetória de embate com as forças sérvias e foi um dos fundadores do grupo. Em março de 1998, as forças sérvias assassinaram 58 membros de sua família. O episódio gerou forte comoção entre os albaneses e o ELK cresceu exponencialmente (Patrisp, 2021).

FIGURA 20 – Mirvete e combatentes do ELK (desconhecidas), em 1998



Fonte: Exit News, 2021.

Com o crescimento do grupo, os elos transnacionais e a multiplicidade de atividades exercidas passaram a proliferar. Para as atividades de insurgência, os fundos enviados pela diáspora tiveram um papel fundamental. Ainda que as estimativas sejam imprecisas, para se ter uma ideia, Perritt (2008) indica que uma quantia entre US\$ 75 milhões e US\$ 100 milhões vieram da diáspora albanesa na Suíça, Estados Unidos e Alemanha (Perritt, 2004). Além dos fundos financiados, há indícios de que parte do financiamento do grupo também foi proveniente de atividades como comércio de drogas, especialmente de heroína. Em 2000, por exemplo, um artigo publicado pelo *The Mother Jones* chamava o ELK de “*The Heroin Heroes*”, tratando dos possíveis elos do ELK com a droga (Klebnikov, 2000). Na reportagem, de acordo com a Polícia Federal Alemã, os albaneses do Kosovo importavam 80% de toda a heroína da Europa. Contudo, estes indícios permanecem contestados (Perritt, 2008).

FIGURA 21 – combatentes do ELK em 1998

Fonte: Reddit, 2020.

O aumento das atividades de insurgência levou à intensificação da repressão pelas forças sérvias e a taxa mortalidade do conflito cresceu significativamente. Membros do ELK acabaram presos, assassinados e alguns seguem desaparecidos até o presente momento. Nesse período, também se intensificaram as hostilidades interétnicas e fluxo de refugiados aumentou atingiu cifras que impressionavam o mundo que acompanha o conflito pelas transmissões dos principais jornais do mundo.

Por fim, cabe mencionar que, quando em 1997, os soldados do ELK fizeram sua primeira aparição pública oficial, para além de consolidar a via armada como possibilidade real para a autonomia do Kosovo, sob a perspectiva local, o episódio também teve o efeito de minar a credibilidade da elite política associada a Ibrahim Rugova. Àquela altura, já havia um ressentimento entre as classes políticas albanesas que depositaram no LDK as expectativas de independência, especialmente após os acontecimentos em Dayton. Para estes grupos, a passividade de Rugova não logrou os êxitos desejados. Contudo, a adesão ao ELK também gerava desconfiança entre as elites das classes políticas, ainda que a população

albanesa no Kosovo entendesse, cada vez mais, a via armada sob liderança do ELK como a via desejável (Perritt, p. 33).

No sentido de solucionar a questão do apoio das elites albanesas, o grupo rapidamente buscou suporte de lideranças políticas, locais e internacionais, capazes de dar legitimidade ao grupo. O primeiro procurado foi Adem Demaçi, conhecido à época como símbolo da resistência albanesa contra os Sérvios, fundador do Movimento Revolucionário pela Unidade Albanesa nos anos 1960, e que foi preso em diversas oportunidades (Perritt, 2008). Demaçi chegou a ser considerado um dos principais dissidentes políticos de Josip Tito na Iugoslávia (Elsie, 2010). Em 1998, Demaçi decidiu se juntar ao ELK e se tornou o porta-voz do grupo. Com seu apoio, tanto a população albanesa quanto as elites políticas passaram a respeitar o ELK como um grupo legítimo para representação dos interesses pela independência do Kosovo (Perritt, 2008). Internacionalmente, o ELK seguiu procurando apoio nos Estados Unidos. Para além do papel desempenhado por Joseph DioGuardi e Shirley Crowes, um encontro com o embaixador norte-americano Richard Holbrooke se revelaria de grande valia para os planos futuro para o Kosovo, conforme veremos no próximo capítulo.

Por isso, é importante reiterar, a ação armada do ELK seguiu fazendo parte de uma estratégia mais ampla, de chamar as grandes potências para uma intervenção em apoio às aspirações albanesas (Perritt, 2008; Robertsen, 2018). Isso significa que, mesmo com a ascensão do grupo e o forte apoio popular, as atividades de articulação política transnacional seguiram acontecendo em paralelo. Em 1996, nos Estados Unidos, por exemplo, albaneses americanos fundaram em Washington o *National Albanian American Council* (NAAC), uma organização para *lobby* dos interesses albaneses nos Estados Unidos. Na figura abaixo é possível notar a semelhança entre o símbolo do recém-criado NAAC (à direita) e a Vatra (à esquerda), criada por albaneses americanos no início do século, que sugere, ao menos, a percepção de certa continuidade histórica entre os movimentos pela autonomia do Kosovo. Dada a influência dos esforços de articulação, o tema do Kosovo passou a figurar nos debates do Congresso e Senado norte-americano e, logo, a questão se converte em tema na agenda internacional.

FIGURA 22 - Símbolos da Vatra e da NAAC



Fonte: Wikipedia, sem data.

5.4 A intervenção da OTAN na Iugoslávia: estabelecendo as bases para o projeto internacional de *state-building* e a consolidação norte-americana no Kosovo

5.4.1 O caminho para a intervenção

O recrudescimento da crise em 1998 provocou, internacionalmente, reações das mais distintas ordens. Se, de um lado, ainda havia grupos que, desde Dayton, mantinham o posicionamento de que a crise do Kosovo se tratava de uma questão de ordem interna a ser tratada pela interlocução de atores locais, havia aqueles que, após a intensificação das hostilidades, se repositionaram e passaram a falar na crise do Kosovo enquanto uma questão internacional, com potencial desestabilizador da ordem, especialmente na Europa Ocidental. Assim, foi apenas em 1998 que a questão do Kosovo se tornou, de fato, uma agenda internacional.

Em março daquele ano, a procuradora-chefe do Tribunal Penal Internacional (TPI), Louise Arbour, foi a público para declarar que os casos de violações de direitos humanos relatados no Kosovo estavam no âmbito da jurisdição da Corte e que poderiam ser investigados. Naquele mês, o CSONU também passou a Resolução 1160, condenando o uso da força excessiva pela polícia sérvia, determinando um embargo de armas à Iugoslávia e autorizando investigações por parte do TPI (Boelaert-Suominen, 2000; ONU, 1998). A situação do conflito permaneceu escalando e, em 12 junho de 1998, as grandes potências do Grupo de Contato se encontram em Londres para debater a questão do Kosovo. Após conversas, as potências publicaram um documento, em que declaravam que as partes

deveriam tomar medidas para encerrar a violência e encontrar uma solução política para a crise, pediam diálogo do governo sérvio/iugoslavo com as lideranças albanesas, e autorizavam um conjunto de instituições e organizações de direitos humanos a exercerem seus mandatos no Kosovo (United States Department of State..., 1998).

Em junho de 1998, o então diplomata Richard Holbrooke, enviado especial de Bill Clinton para os Bálcãs, foi até o Kosovo, na região próxima à fronteira com a Albânia para encontrar publicamente com membros do ELK. Na época, o grupo já controlava cerca de 40% do território do Kosovo. No encontro, estavam presentes, além de membros do ELK, representantes do LDK, Christopher Hill (à época, embaixador norte-americano na Macedônia) e Tina Kaidanow (então assistente de Hill). Holbrooke questionou o ELK a respeito de seus objetivos políticos que, de acordo com alguns relatos, não pareciam estar claros naquele momento.

Em relatos após o encontro, publicados no jornal *Balkan Insight* e que reproduzimos parcialmente aqui, Hajdin Abazi, ex-combatente do ELK que aparece na figura abaixo, conta que respondeu ao diplomata que “para sermos francos, queremos nos livrar do regime de ocupação da Sérvia no Kosovo. Queremos divórcio da Sérvia para sempre”. Em resposta, Holbrooke disse que, caso desejassem o apoio ocidental à causa, deveriam renunciar a laços com *mujahideens*. Ao que Abazi respondeu que não se tratava de uma questão religiosa, mas de uma demanda por liberdade. Contudo, ao que parece, Holbrooke buscava apenas confirmar os boatos de que o ELK era apoiado por grupos *mujahideens* estrangeiros. Conforme visto no último capítulo, pouco antes do encontro, em fevereiro do mesmo ano, o também diplomata norte-americano Robert Gelbard havia declarado publicamente que o ELK era um grupo terrorista (Erlanger, 1998; Press Conference: Robert Gelbard, 1998). Por fim, Abazi salientou: “os albaneses do Kosovo sempre alinharam e continuarão a alinhar os interesses com o Ocidente, especialmente com os Estados Unidos”. Por fim, antes de Holbrooke deixar a casa onde o encontro ocorreu, se apoiando na AK-47 de Abazi, declarou: “É melhor você segurar isso porque a única linguagem que Milošević entende é o poder da arma” (Hartwell, 2021). À época, a foto abaixo circulou pelas principais mídias do mundo, e foi suficiente para consolidar o ELK como um grupo legítimo no Kosovo, com aparente suporte dos Estados Unidos.

FIGURA 23 – Richard Holbrooke em encontro com Hajdin Abazi, combatente do ELK



Fonte: AFP, 1998.

Em tom de resposta às grandes potências, os então presidentes da Rússia, Boris Yeltsin, e da Iugoslávia, Slobodan Milošević, enviaram uma carta de declaração conjunta ao Secretário-Geral das Nações Unidas em 17 de junho, reafirmando suas posições de manutenção da preservação da integridade territorial e respeito à soberania da Iugoslávia, condenando “todas as formas de terrorismo, separatismo e atividade armada que afeta a população civil (ONU, 1998). Na carta, ambos se comprometeram a buscar uma solução via cooperação multilateral e chamaram, inclusive, negociações com a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) para estabelecimento de uma missão no Kosovo, bem como o restabelecimento da República Federal da Iugoslávia como membro da OSCE. Pouco tempo depois, em setembro daquele ano, foi votada no CSONU a Resolução 1119, que chamou um cessar-fogo imediato no Kosovo, com a presença internacional da Organização para Cooperação e Segurança na Europa (OSCE) em missão de observação, bem como a retirada de “forças de segurança utilizadas para a repressão civil” da região, e o diálogo sobre a solução política para o Kosovo (ONU, 1998). A Resolução foi aprovada com amplo apoio das grandes potências, incluindo o voto favorável da Rússia. Na ocasião, a China se absteve.

Para além do fato de que tais episódios demonstram a conversão do Kosovo em uma questão internacional, chama atenção mais dois elementos que serão importantes para os acontecimentos subsequentes. Primeiro, o fato de que as grandes potências do Grupo de

Contato, sob liderança dos Estados Unidos, pareciam dispostas a buscar uma solução para a questão do Kosovo fora do âmbito do multilateralismo onusiano em 1998 - ainda que não a via onusiana não tenha sido completamente abandonada. Embora chamassem por uma solução política pacífica na região, fato é que o Grupo era formado pelas potências com maior participação militar na OTAN e, inclusive, no CSONU. Os diálogos do Grupo de Contato - às margens do sistema onusiano - pareciam provocar desconfianças por parte do governo em Belgrado e pela Rússia que, no contexto de expansão da OTAN na década de 1990, temia uma ação militar que pudesse representar um precedente para renovadas interferências no “quintal” de sua esfera de influência (Menezes, 2019). Enquanto isso, a resposta do governo iugoslavo e da Rússia foi, portanto, buscar o respaldo no multilateralismo no âmbito das Nações Unidas, reiterando suas posições de não-agressão à soberania da Iugoslávia. Este parece ser um elemento central de análise, pois revela duas vias distintas de tentativa de solução para a crise ainda em 1998, protagonizadas tanto pela liderança dos Estados Unidos, quanto pela liderança da Rússia. E é a segunda via, sob liderança norte-americana, que será reafirmada mais tarde.

O segundo aspecto que chama atenção nos episódios que converteram o Kosovo em um tema na agenda internacional é que, apesar dos esforços para a paz a partir de vias distintas, a Resolução 1199 (1998), aprovada no âmbito do CSONU, marcou um momento em que Rússia e Estados Unidos adotaram a mesma posição no que tange ao entendimento sobre o conflito. Uma rápida análise do texto aprovado naquela ocasião revela que o documento se tratava, em grande parte, de recomendações feitas pelo Grupo de Contato, e que não passou por objeções por parte do governo russo ou do governo iugoslavo.

Este dado contribui para questionar uma premissa amplamente aceita quando tratamos da intervenção militar da OTAN na Iugoslávia em 1999. Qual seja, de que os Estados Unidos e a Rússia tinham, necessariamente, posições diametralmente opostas a respeito do conflito no Kosovo e que, de certo modo, a Rússia oferecia suporte político ao governo iugoslavo para a manutenção do regime repressivo de Milošević, operando como um bastião frente às grandes potências aliadas dos Estados Unidos. Por um lado, a respeito do suporte político, ainda é difícil concluir a partir da literatura se, de fato, a Rússia ofereceu suporte ao regime de Milošević. Por outro lado, ao votar favoravelmente as Resoluções 1160 e 1199 (1998), o governo russo endossou o consenso internacional de que as forças de segurança sérvias/iugoslavas vinham cometendo abusos no Kosovo, levando a mortes, desaparecimentos e ao intenso afluxo de refugiados (ONU, 1998).

Isto é, importante notar que não havia um questionamento quanto ao fato dos abusos

perpetrados pelas forças sérvias/iugoslavas no Kosovo. Este era um consenso internacional, endossado, inclusive, pela Rússia. O que havia, na verdade, era um questionamento a respeito das possíveis saídas para o conflito. Enquanto o governo russo demandava uma solução pela via da não-agressão no âmbito onusiano, lideranças dos Estados Unidos - ao mesmo tempo que não abandonaram a via onusiana por completo - concentravam esforços nas conversas em arranjos informais com membros da OTAN em que já falavam, inclusive, na possibilidade de uma intervenção militar.

A respeito dos efeitos da Resolução 1199 (1998) no Kosovo, esta desempenhou um papel pouco significativo no refreamento das hostilidades. Pouco tempo após a aprovação do texto, o ELK anunciou um cessar-fogo unilateral, declarando que o grupo havia decidido abandonar todas as atividades militares e chamando pelo monitoramento internacional das hostilidades, conforme previsto pela Resolução 1199 (1998). Mas reiteravam que, se atacados pelas forças sérvias/iugoslavas, não hesitariam em se defender. Enquanto isso, Milošević resistia em declarar o cessar-fogo.

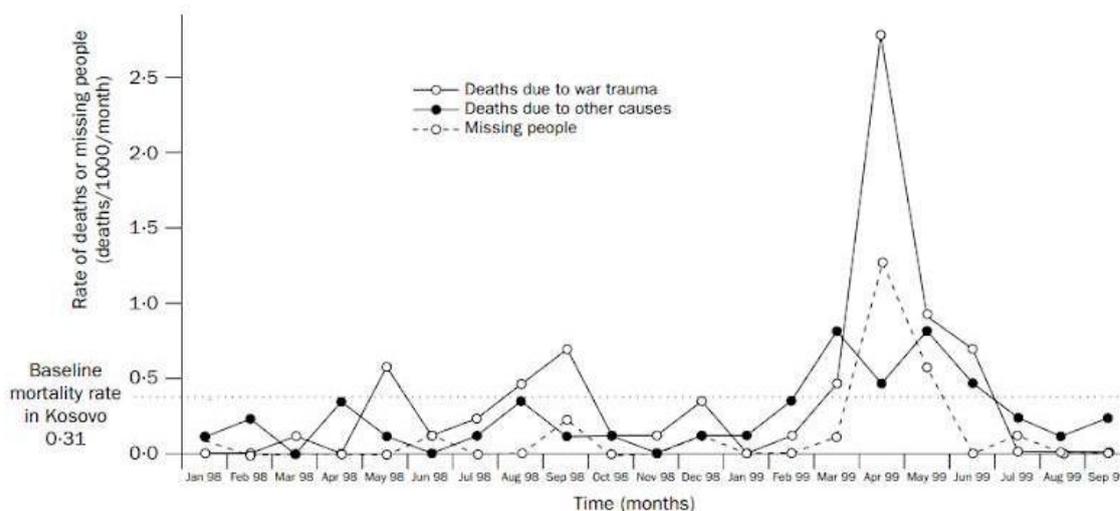
À época, a então Secretária de Estado dos Estados Unidos, Madeleine Albright, alertava que o tempo de Milošević havia acabado, e que a OTAN poderia ordenar ataques aéreos dentro de alguns dias. O Secretário-Geral da OTAN, Javier Solana, também declarou que a OTAN estava pronta e, quando questionado se uma eventual intervenção militar deveria passar pelo CSONU, respondeu que “a OTAN toma decisão por conta própria” (CNN, 1998). Enquanto isso, nos bastidores, havia dissidências entre os próprios membros da OTAN, que ainda acreditavam que a solução para o Kosovo poderia ser política e deveria passar pelo CSONU. Era o caso da Itália e da Alemanha. Pouco após as declarações de Albright, o Primeiro-Ministro da Itália foi a público dizer que “qualquer intervenção militar na Sérvia teria que ser legitimada pelo CSONU”. Na Alemanha, algumas lideranças demonstraram resistência a conceder este mandato à OTAN (CNN, 1998).

As tensões continuaram a subir até o fim de 1998 e, no início de 1999, já estava consolidado internacionalmente o consenso de que a crise do Kosovo havia se convertido em uma catástrofe humanitária. Ainda que os números de mortos, feridos e desaparecidos durante o conflito nesse período permaneça fortemente contestado, a literatura aponta que, já nos primeiros meses de 1999, houve uma intensificação da campanha de limpeza étnica no Kosovo, perpetrada pelas forças enviadas por Slobodan Milošević. Do mesmo modo, o ELK, mais armado e mais bem equipado, também se tornou responsável pelo aumento significativo das hostilidades. No gráfico abaixo, que ilustra as taxas de mortalidade e desaparecimentos no período entre janeiro de 1998 e setembro de 1999, é possível observar que, desde o

encerramento do cessar-fogo declarado pelo ELK em dezembro de 1998, as taxas de mortos em razão do conflito e desaparecidos voltaram a crescer rapidamente.

Importante mencionar que, apesar do diálogo da Casa Branca com o ELK, conforme exemplificado pelo episódio em que Holbrooke se encontrou com um membro do grupo em 1998, até este período alguns membros da administração Clinton seguiam designando o ELK como uma organização terrorista. Mesmo em 1998, as Resoluções 1160 e 1199 do Conselho de Segurança da ONU também denunciaram “atos de terrorismo perpetrados pelo ELK”, bem como o “apoio externo ao terrorismo, incluindo financiamento, treinamento e fornecimento de armas” (ONU, 1998).

FIGURA 24 – Taxa de mortalidade durante a Guerra do Kosovo, entre janeiro de 1998 e setembro de 1999



Fonte: Spiegel, Salama, 2000.

Se, antes de 1999 havia dúvidas e questionamentos quanto ao conjunto de soluções possíveis à mesa para a crise no Kosovo, após 15 de janeiro daquele ano, parece que líderes das grandes potências aliadas dos Estados Unidos passaram a convergir para o entendimento de que a intervenção se constituía como a saída necessária para a crise. Isso porque, naquela data, 45 albaneses foram assassinados à queima roupa por oficiais das forças sérvias/iugoslavas na vila de Račak, sul do Kosovo. Após o ocorrido, as notícias sobre o Kosovo se espalharam pelo mundo e comoveram a opinião pública, que passou não só a apoiar a intervenção, como também demandar uma ação mais contundente das potências (Hammond, Hermann, 2000). A percepção dominante era de que o espaço para um diálogo no sentido de

resolver a crise haviase encerrado. À época, estava em curso a Missão de Verificação do Kosovo, aprovada pelo CSONU através da Resolução 1203 em 24 de outubro de 1998 e chefiada pelo embaixador norte-americano William Walker. A missão, que estava sob o guarda-chuva da Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), enviou membros para uma visita ao local. Os participantes da missão realizaram autópsias, investigações e, na ocasião, condenaram os ataques, ao lado do CSONU, Conselho da Europa, UE e OTAN (OSCE, 1999).

FIGURA 25 – Caixões envoltos na bandeira albanesa atravessam a vila de Račak



Fonte: the strategy bridge, 2021.

No episódio, parece que William Walker desempenhou papel fundamental. O então embaixador norte-americano e chefe da missão da OSCE também participou das visitas à Račak. Ao retornar da vila, Walker foi a público em uma conferência de imprensa dizer que as cenas vistas consistiam em uma "atrocidade indescritível", e chamou os assassinatos de "um crime contra a humanidade" (PBS, sem data). Por fim, responsabilizou o governo sérvio pelos ataques. Em resposta, o governo iugoslavo declarou que Walker era, na verdade, um agente da CIA, e que estava "protegendo os terroristas" [do ELK] (James, 1999). Em sequência, Belgrado declarou Walker *persona non grata* (ONU, 1999). Este parece ter sido outro ponto de virada para a ação das grandes potências, pois além do relato de Walker, as imagens de Račak correram o mundo e provocaram consternação internacional (Washington

Post, 1999; CNN, 1999).

Tendo em vista a deterioração da crise no Kosovo, em uma alegada estratégia de diplomacia combinada com ameaça do uso da força, a Secretária de Estado dos Estados Unidos, Madeleine Albright, se encontrou com o Ministro de Relações Exteriores da Rússia, Ivanov. Após o encontro, que ocorreu em 26 de janeiro de 1999, as lideranças pediram comprometimento da Sérvia com os princípios até então adotados pelo CSONU. No dia seguinte ao encontro, os Estados Unidos anunciaram uma abertura para um acordo político, sob mediação do Grupo de Contato, com apoio da OTAN. Em adição, o Secretário Geral do Conselho do Atlântico Norte declarou que a OTAN estava aumentando suas capacidades defensivas, no sentido de garantir que os termos da comunidade internacional fossem aceitos. Assim, o Grupo de Contato, após reuniões em 29 de janeiro, insistiu que o acordo político para a crise do Kosovo deveria incluir os princípios determinados pelo Grupo, e decidiu convocar as lideranças sérvias/iugoslavas e albanesas do Kosovo para iniciar as negociações em Rambouillet, França, em 6 de fevereiro.

Após a decisão de convocar a conferência de Rambouillet, o Grupo de Contato enviou um documento às partes negociadoras, contendo os princípios gerais para um acordo político quanto ao conflito. Dentre os termos do texto, estavam: 1) fim das hostilidades e respeito ao cessar-fogo; 2) manutenção da integridade territorial da Iugoslávia e países vizinhos; 3) envolvimento internacional e cooperação para a implementação do acordo; 4) estabelecimento de um autogoverno no Kosovo, com corpos institucionais independentes, 5) respeito aos princípios de direitos humanos das convenções internacionais, entre outros (Weller, 1999; Estados Unidos, 1999b).

As delegações enviadas pela Sérvia/Iugoslávia foram compostas por representantes que incluíam algumas minorias do Kosovo, como parte do esforço para mandar um sinal de que as questões do Kosovo deveriam ser resolvidas pela República Sérvia. Enquanto isso, a delegação albanesa do Kosovo estava representada por membros do ELK, do grupo de Rugova e outros grupos políticos menores. Após uma série de negociações entre janeiro e fevereiro, em 18 de março, a delegação albanesa do Kosovo anunciou a assinatura do Acordo de Rambouillet. Até então, o governo sérvio não havia se pronunciado. Foi quando, em 22 de março, Richard Holbrooke viajou à Sérvia, no sentido de pressionar o governo em Belgrado pela assinatura (Weller, 1999). No dia seguinte, o parlamento em Belgrado votou contra o acordo. Negociadores da Sérvia/Iugoslávia alegavam que o texto se tratava, na verdade, de uma imposição ocidental (Hosmer, 2001). Ao que parece, foi tal recusa que abriu margens aos Estados Unidos e aliados para iniciarem sua campanha.

5.4.2 A Intervenção

Após os sérvios recusarem os termos de Rambouillet, Richard Holbrooke retornou para Bruxelas, para a sede da OTAN, que autorizou a ação militar (Weller, 1999). Quando Bill Clinton foi à televisão para anunciar publicamente o início do bombardeio à Iugoslávia pela OTAN, em 24 de março de 1999, o então presidente norte-americano chamou a atenção do mundo para as atrocidades cometidas pelas forças sérvias no Kosovo contra os albaneses de etnia albanesa. Traçando as suas raízes no paradigma do internacionalismo liberal, o seu discurso ressoou como a luta de uma "civilização" contra a "barbárie", e enfatizou o papel dos EUA como potência líder na garantia da paz e dos direitos humanos na região dos Bálcãs. Na ocasião, Clinton declarou: “acabar com essa tragédia é um imperativo moral” (CNN, 1999). Tendo em vista o precedente da Bósnia entre 1992 e 1995 e a responsabilidade internacional de proteger, Clinton chamou as grandes potências militares da OTAN à ação e obteve o apoio necessário para conduzir a intervenção, uma vez que a eventual inação ocidental àquela altura poderia ser considerada como um sinal de apoio ao genocídio no Kosovo (WSWS 1999). Não só entre as lideranças de potências o discurso de Clinton surtiu efeito positivo. À época, a opinião de *policy makers*, acadêmicos e sociedade civil também ficou marcada pelo consenso de que apenas uma intervenção militar colocaria termo aos abusos cometidos por Milošević no Kosovo.

Jürgen Habermas (1999), por exemplo, publicou um artigo intitulado “Bestialidade e Humanidade – uma guerra na fronteira entre a lei e a moralidade” (tradução nossa) no jornal alemão Die Zeit, em que expôs reflexões a respeito da Guerra do Kosovo logo em seus primeiros dias. No texto, declarava: “A ‘precisão cirúrgica’ dos ataques aéreos e a proteção programática de civis têm um alto valor legitimador” (Habermas, 1999). Ulrich Beck, sociólogo alemão, foi outra figura relevante que saiu em defesa da intervenção e falava no “novo humanismo militar” da OTAN. Na própria disciplina das Relações Internacionais, o argumento em prol da intervenção também se refletiu nas análises. Em 25 de março de 1999, por exemplo, apenas um dia após o discurso de Clinton, Mary Kaldor (1999) escreveu um artigo para o The Guardian, no qual apelava aos líderes dos EUA para que enviassem tropas para deter os assassinatos contra albaneses no Kosovo (Kaldor, 1999).

Importante dizer que a ação da OTAN impôs dilemas, inclusive, para a esquerda global, pois por um lado havia informações claras sobre a catástrofe humanitária em curso no Kosovo e, por outro lado, havia a posição histórica e tradicional de não agressão contra nações soberanas. Quando a intervenção teve início, muitos partidos da esquerda europeia, por exemplo, suavizaram seus discursos contra a intervenção internacional na Iugoslávia, passando do tradicional pacifismo ou de posições de não-intervenção para a aceitação da ação ocidental (Pratschke, 1999, p. 15; Noctiummes, Page, 1999). Havia dissonâncias. Em 1999, sete intelectuais assinaram um manifesto conjunto no jornal francês *Le Monde*. No texto, intitulado “o que é humanitarismo?” declararam:

Diante do drama dos Bálcãs, são necessárias todas as energias e todos os meios. Isso não significa, porém, que os papéis de todos sejam idênticos ou que os mandatos dos vários atores possam ser confundidos. A ação humanitária deve ser realizada de forma pacífica e com a humanidade. Matar ou tentar matar, mesmo com vontade de “parcimônia”, para salvar centenas de milhares de pessoas não pode ser qualificado como humanitário (Bettati et al, 1999).

De modo semelhante, Noam Chomsky, Edward Said, Eric Hobsbawm, Pierre Bourdieu e Immanuel Wallerstein também faziam oposição à ação da Aliança. Em uma entrevista concedida ao *Democracy Now!* a respeito da intervenção com Edward Said e Noam Chomsky por exemplo, Said (1999) declarou:

[...] I see the evils of ethnic cleansing and forced dispossession which is taking place, by the forces of Serbia under Milošević, and there’s obviously a parallel there between what happened to Palestinians in 1948 [...] But one should remember that these are not things that happened out of context, and just suddenly, we suddenly discovered the monstrosity of these regimes [...] I mean, the Dayton Accord made a point of really sort of sidelining the Kosovars¹² and dealing with Milošević (Democracy Now, 1999)

Noam Chomsky (1999) acrescentou:

I think the first thing we ought to do when facing this — it’s a difficult and complicated issue, but the first thing we at least ought to agree is to be honest. If we don’t want to be honest, then let’s just stop the discussion. If we’re willing to be honest, we see instantly that it cannot possibly be an operation resulting from humanitarian concerns. I mean, that’s just trivial (Democracy Now, 1999).

Já Wallerstein, importante sociólogo norte-americano, conhecido pela sua

¹² O termo “kosovar”, como empregado aqui, se refere aos cidadãos do Kosovo, como forma de representação no espaço público. Contudo, esta representação ainda é fortemente contestada, já que persistem os laços étnicos de identificação. Em 2007, por exemplo, em entrevista para o *The New York Times*, Migjen Kelmendi, escritor no Kosovo, declarou que: “quando você pergunta a um kosovar: ‘Você é kosovar?’, eles respondem: ‘Não, eu sou albanês’. Se você perguntar a um sérvio: ‘Você é kosovar?’, ele responderá: ‘Não, eu sou sérvio’”. Também em 2007, Hashim Thaci, ex-primeiro-ministro do Kosovo, declarou publicamente que, em sua percepção, “não existe uma identidade kosovar” (Bilefsky, 2007).

contribuição para a teoria do sistema-mundo na área de Relações Internacionais, por exemplo, publicou o artigo “*Bombs away!*”, em que condenava a ação da OTAN por três óticas: jurídica, política e moral (Bilefsky, 2007). No texto, declarava:

When a war breaks out, and this is a war, there are three levels at which to judge it: juridically, morally, and politically. Juridically, the bombing is an act of aggression. It is totally unjustified under international law. The Yugoslav government did nothing outside its own borders. What has been going on inside its borders is a low-level civil war into which the U.S. and other powers intruded themselves as mediators. The mediation took the form of offering both sides an ultimatum to accept a truce on dictated terms, to be guaranteed by outside military forces [...] The juridical situation tells us nothing about the moral situation [...]. So let us talk about the moral rights and wrongs [...] if Serb behavior in Kosovo is to be reprimanded, then the moral authorities who take it upon themselves to enforce moral law must explain why they have been unwilling to intervene in Sierra Leone or Liberia, in northern Ireland, in Chile under Pinochet, in Indonesia under Sukarno, in Chechnya, or even for that matter in the Basque country [...] So, in the end, we are thrown back on a political analysis. Perhaps the political issue for the U.S. is precisely the need to justify the very existence of NATO, which no longer has an obvious role as such now that the Russian army seems to be so much weakened. But why would the U.S. want to have NATO at all? There seem to me to be two main reasons. One is that its existence in turn justifies the current military expenditures and indeed build-up in the U.S., which has economic and internal political advantages for the government. The second is that NATO is necessary to prevent the west Europeans from straying too far from U.S. control and above all from establishing an autonomous armed structure separate from NATO. The Yugoslav imbroglio seems ideal for both purpose [...] We have all entered the bramble bush. The Yugoslavs will be bombed until it hurts. The Kosovars will be driven out of their homes. Many will die. Neighboring countries may be drawn into the armed conflict directly. And if the war is prolonged, there will be internal social turmoil in the U.S. and western Europe. "Bombs away" may have been worse than a crime; it may have been a folly (Wallerstein, 1999).

Contudo, estas denúncias pouco ressoavam frente às imagens que chegavam todos os dias nas TVs e rádios pelo mundo e provocavam consternação internacional (Pesmazoglou, 2004). O argumento liberal-humanista presente do discurso de Clinton encontrou tamanha aceitação internacional naquele contexto, que se tornou predominante.

O contexto foi fundamental para que a percepção humanista a respeito do conflito tivesse adesão. No fim da Guerra Fria, que marca o início da década de 1990, a percepção do "triunfo" dos EUA sob a União Soviética significou, simultaneamente, o triunfo do internacionalismo wilsoniano. A primeira prova da ordem liberal emergente foi a Guerra do Golfo em 1991, na qual grandes potências militares entraram em guerra contra o Iraque de Saddam Hussein, sob a premissa de estabelecer princípios de direito internacional e assegurar a integridade territorial do Kuwait (Losurdo, 2018, p. 272). Assim, a Guerra do Golfo abriu uma nova era, na qual as grandes potências passaram a empreender suas capacidades militares através de intervenções em todo o mundo para garantia da ordem liberal. Pela

primeira vez, argumentaram alguns, a humanidade foi bem-sucedida no empreendimento de uma guerra não-destinada a destruir, mas sim a estabelecer uma ordem mundial pacífica.

Isto é, a ordem pós-guerra Fria inaugurou mudanças nos princípios de ações internacionais, inclusive no seio das Nações Unidas. Desde 1945, nos termos da Carta da ONU, os Estados-membros reafirmaram seus compromissos com o princípio da soberania dos Estados (ONU, 1945). Ainda que, é verdade, tenha se registrado uma série de intervenções militares nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, a maioria delas foram condenadas pela ONU (Roberts, 1993, p. 433). Nos anos 1990, contudo, as intervenções militares não só se tornaram amplamente aceitas, como também se tornaram uma peça fundamental das ações humanitárias (Kaldor, 2000, p. 110) Assim, a década registrou um aumento, tanto quantitativo, quanto de escopo, das intervenções militares internacionais sob o caráter de "missões humanitárias" (Roberts, 1993).

Para além do triunfo da ordem mundial liberal e do "humanismo militar" amplamente aceito (Chomsky, 2002), os precedentes da Guerra da Bósnia (1992-1995) e do massacre de Srebrenica (1995) também desempenharam um papel fundamental na legitimação do argumento liberal para a ação da OTAN, pois trouxeram à tona debates sobre o fracasso da comunidade internacional em impedir a ocorrência de genocídios (Chomsky, 2002; Bellamy, 2002, p. 207). De modo que, embora a ação militar que fora anunciada por Clinton para o Kosovo não estivesse ancorada na aprovação do CSONU, foi justificada e em grande parte considerada legítima, ainda que ilegal, pois estava ancorada no imperativo universalmente aceito dos direitos humanos (Habermas, 1999; Wheeler, 2000). Em vez de uma ação imperialista dos EUA, argumentam alguns, a ação estava fundamentada em valores superiores contra o nacionalismo sérvio (Hardt, 1999).

O que se seguiu à declaração de Bill Clinton foram 78 dias de bombardeios, que buscavam enfraquecer as capacidades militares sérvias, concentrando ataques em prédios públicos, quartéis-generais, infraestrutura, prédios de mídias locais, entre outros, especialmente nas cidades de Belgrado e Novi Sad. Os números ainda são contestados. Mas, neste período, se estima que 720 aeronaves da OTAN sobrevoaram a região, em aproximadamente 38 mil ataques: uma média de 455 a cada 24h. 23.614 munições aéreas foram lançadas. Mais de 6000 toneladas de munição foram utilizadas. Para a OTAN, a operação custou aproximadamente US\$45 bilhões. Estima-se que 1.000 membros das forças de segurança iugoslavas tenham morrido durante a campanha, além de 500 civis, de acordo com a *Human Rights Watch*. Mais de 800 civis ficaram severamente feridos. De acordo com dados disponibilizados por Fenrick (2001), a proporção de civis mortos por toneladas de bombas durante a intervenção no

Kosovo é bastante similar à campanha US Linebacker II no Norte do Vietnã em 1972¹³ (Fenrick, 2001).

FIGURA 26 – Protesto contra os bombardeios da OTAN em Belgrado, na Sérvia



Fonte: BBC, 2021.

Um relatório elaborado pelo Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia um ano após o encerramento da ação militar concluiu que, durante a campanha de bombardeio da OTAN, foram utilizados projéteis de urânio empobrecido e *cluster bombs* por aeronaves (TPI, 2000). Para além do número de mortos, feridos, desaparecidos e expulsos, houve danos significativos à infraestrutura local. Informações do Departamento de Defesa dos Estados Unidos dão conta de que a ação da OTAN destruiu 100% da capacidade de produção e refino de petróleo da Iugoslávia, além de 65% da capacidade de produção de munição da Sérvia, 70% dos equipamentos de aviação, 100% das linhas férreas e 50% das linhas rodoviárias. Todo o sistema de comunicação foi afetado. 45% da infraestrutura de comunicação de TV e

¹³ A ação militar no Vietnã ficou conhecida como os “atentados de Natal”. Foram mais de 200 bombardeiros em incursões, com 20.000 toneladas de bombas durante um período de 12 dias. Nas palavras do então Conselheiro de Segurança Nacional, Henry Kissinger, foi um ataque “destinado a abalar os vietnamitas até o âmago”. Estima-se que 1.600 vietnamitas foram mortos, em uma operação comparada por alguns aos ataques de Hamburgo da Segunda Guerra Mundial (Lendon, 2022).

rádio foi destruída (Fenrick, 2001). Além disso, a intervenção provocou danos significativos ao meio ambiente. Foi relatado que ataques a instalações industriais, como fábricas de produtos químicos e instalações de petróleo, causaram a liberação de poluentes, embora a extensão exataseja desconhecida (TPI, 2000).

FIGURA 27 – Sérvios protestam nos Estados Unidos contra a intervenção da OTAN



Fonte: BBC, 1999.

Em resposta à intervenção, durante os primeiros dias da ação militar, a TV Sérvia transmitia filmes sobre a vitória *partisan* contra os nazistas na Segunda Guerra Mundial, bem como o filme *Wag the Dog*, de Robert de Niro, em que os Estados Unidos fabricam uma notícia falsa sobre uma guerra na Albânia com o objetivo de distrair as atenções de escândalos sexual envolvendo o presidente dos Estados Unidos. As forças sérvias também intensificaram suas incursões no Kosovo. Nas fronteiras com a Albânia, Macedônia e Montenegro chegavam relatos de que as forças de segurança estavam queimando casas, realizando execuções sumárias e cometendo abusos sexuais contra crianças e mulheres (Sullivan, 2004).

FIGURA 28 – Prédio central da TV estatal sérvia em chamas após bombardeio da OTAN



Fonte: Mikovic, 2022

Estes dados nos ajudam a demonstrar, entre outras coisas, que durante a crise do Kosovo, o pico de mortes foi registrado justamente durante os bombardeios da OTAN, e que o rastro de sua destruição inviabilizou o modo de vida na região. Ao recuperarmos o gráfico apresentado no início do presente capítulo, que mostra o número de mortes durante o conflito, fica claro que a intervenção contribuiu para o aprofundamento da crise (Spiegel, Salama, 2000). Assim, é importante desvelar os discursos que buscavam - e buscam até hoje - legitimar a intervenção com base na garantia dos direitos humanos frente aos abusos cometidos pelas forças iugoslavas. Isto porque, a intervenção cujo objetivo parecia ser o de pôr termo à violência protagonizada por Milošević parece, na verdade, ter contribuído para acentuar a catástrofe humanitária em curso. Não apenas em razão dos bombardeios, que atingiram milhares de sérvios e albaneses, como também, em retaliação à ação da OTAN, as forças sérvias/iugoslavas aumentaram a repressão contra os albaneses no Kosovo (Sullivan, 2004).

Importante mencionar que, durante a intervenção, houve relatos de que a OTAN estava em coordenação com o ELK, inclusive via contato telefônico, enquanto jornais relataram que a

OTAN vinha lançando bombardeios com o objetivo de ajudar as tropas do ELK a se movimentar pelo território do Kosovo (Priest, Finn, 1999). Inclusive, em abril de 1999, o senador Joseph Liebermann declarou que "os Estados Unidos da América e o ELK defendem os mesmos valores e princípios humanos", acrescentando: "Lutar pelo ELK é lutar pelos direitos humanos e os valores americanos" (Wheeler, 1999). No mesmo mês, um artigo publicado no *The New York Times* por dois professores e pesquisadores das Relações Internacionais advogava abertamente pelo armamento do ELK (Doyle; Holmes, 1999).

FIGURA 29 – Artigo publicado no *The New York Times* com o título “Arme o ELK”

The New York Times | <https://www.nytimes.com>

Arm the K.L.A.

By **Michael W. Doyle and Stephen Holmes**

May 25, 1999

Fonte: NY Times, 1999.

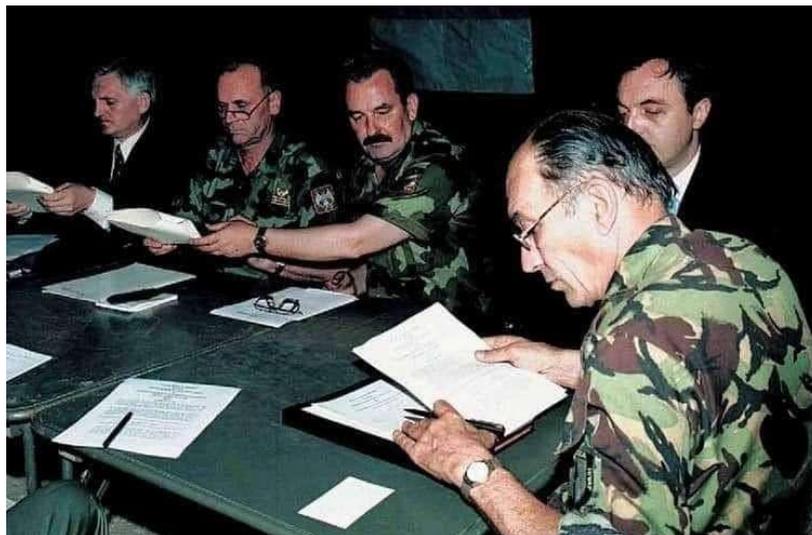
5.4.3 O início do processo de paz e a consolidação norte-americana nos Balcãs

Em 9 de junho de 1999, o Acordo *Kumanovo* foi assinado pelo general das forças Iugoslavas, Svetozar Marjanović, o general da polícia, Obrad Stevanović, e o general britânico Michael Jackson, e marcou o fim dos bombardeamentos da OTAN. O documento estabelecia diretrizes para um acordo militar e técnico entre o Exército Iugoslavo e a OTAN e previa: 1) o fim das hostilidades entre as forças da OTAN e as forças de segurança da Iugoslávia; 2) a saída das forças iugoslavas e da polícia da Sérvia do território do Kosovo e 3) o estabelecimento de uma zona de segurança a partir da fronteira administrativa do Kosovo (Serbian Daily, 2022). No dia seguinte, foi aprovada a Resolução 1244 no CSONU, que estabelecia a Missão Interina das Nações Unidas para Administração do Kosovo (UNMIK),

fundando o processo de paz (ONU, 1999)¹⁴. Nos termos da Resolução 1244/1999, se estabelecia um arranjo de quatro pilares, nos quais estes atores receberam lugares específicos dentro da hierarquia da UNMIK (Gajić, 2017), organizados da seguinte forma:

- Pilar I: Administração civil, liderada pela ONU;
- Pilar II: Assistência Humanitária, liderada pelo escritório do Alto Comissariado para Refugiados (ACNUR);
- Pilar III: Democratização e construção de instituições, liderada pela Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE);
- Pilar IV: Reconstrução e desenvolvimento econômico, administrado pela União Europeia.

FIGURA 30 – Assinatura dos Acordos de Kumanovo



Fonte: serbian daily, 2022.

Com a assinatura dos acordos que colocavam termo ao conflito, as tropas terrestres internacionais da OTAN foram rapidamente deslocadas para o Kosovo e, logo na chegada dos comboios, já era possível observar alguns dos resultados da intervenção da OTAN. Enquanto os albaneses aguardavam com expectativa e celebração a chegada dos soldados Aliados, do lado da Sérvia e da Rússia, as tensões voltaram a se manifestar. E, em junho de 1999, um famoso episódio no aeroporto de Pristina representou uma possibilidade de

¹⁴ O brasileiro Sergio Vieira de Mello foi apontado como Representante Especial da Secretário-Geral da ONU no início da missão. Ver: SUTTERLIN, James. **Interview with Sergio Vieira de Mello /: by James S. Sutterlin.** 1998. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/519108>. Acesso em: 8 nov. 2023.

enfrentamento entre Estados Unidos e Rússia desde o encerramento da Guerra Fria (Confrontation ..., 2000).

Isso porque, os termos do acordo de paz estabeleciam uma força internacional composta pelos membros da OTAN e Rússia no território do Kosovo, para garantir o fim das hostilidades. De modo que, assim como os membros Aliados, a Rússia esperava um setor independente para controle, fato que não sucedeu. Ao tomar conhecimento do arranjo, o governo russo enviou tropas que estavam estacionadas na força de paz da Bósnia para o Kosovo. As tropas tinham como destino o Aeroporto de Pristina, em que as tropas da OTAN também deveriam estacionar. As tropas russas, contudo, chegaram antes dos Aliados e bloquearam as estradas que levavam ao aeroporto. O incidente levou à escalada de tensões e, após dias de negociações, um acordo que permitia a atuação da Rússia dentro dos setores da OTAN, mas independente, foi alcançado.(BBC, 1999).

FIGURA 31 – Entrada das tropas da OTAN no Kosovo



Fonte: the strategy bridge, 2021.

Com o fim da intervenção, a presença da OTAN e aliados seria uma constante no Kosovo, já que asseguraram um papel de liderança no estabelecimento de novas instituições políticas, da infraestrutura local, do policiamento e do treinamento de novas instituições militares. Ao final da intervenção na Iugoslávia, o Kosovo estava territorialmente dividido entre as cinco principais potências envolvidas na campanha da OTAN - EUA, Reino Unido, Alemanha, Itália e França - cada uma delas responsável pelo destacamento das suas próprias forças da OTAN para governar a região, em uma estrutura administrativa que se assemelha

muito à da Alemanha pós II Guerra Mundial.

FIGURA 32 – Divisão territorial das forças de segurança internacionais no Kosovo



Fonte: BBB, 1999

Quanto à responsabilidade internacional pelo policiamento da região, resultava não apenas a manutenção da presença militar da OTAN, como também o estabelecimento de novas forças de segurança regionais no Kosovo, caso do Corpo de Proteção do Kosovo (KPC), força armada estabelecida a partir da reintegração de antigos combatentes do ELK nos moldes da Guarda Nacional Americana (*U.S. National Guard*, em inglês) (Sullivan, 2004). Preocupadas com a continuidade da luta armada do ELK, as organizações internacionais destacavam frequentemente o papel da OTAN na garantia da participação dos combatentes nas estruturas do KPC. Assim, os líderes internacionais dos EUA e da Europa Ocidental investiram capital e esforços na formação e supervisão das forças recém-criadas.

Além do destacamento de forças internacionais, da responsabilidade pelo treino de novas forças de segurança e divisão territorial do Kosovo, quando o bombardeamento terminou, a administração norte-americana estabeleceu o *Camp Bondsteel* no território do Kosovo, para abrigar das tropas da OTAN, construído em parceria com a *Kellogg Brown & Root*, uma subsidiária privada da *Halliburton* época (KBR, 2017). A empresa construiu estradas, sistemas geração de energia, água e esgoto, moradias, campo de aviação para helicópteros e um centro de detenção. Tamanho foi o investimento feito que o *Camp*

Bondsteel é considerado a maior e mais cara base militar desde o Vietnã. De acordo com uma reportagem publicada pelo *The Guardian* em 2004, a base foi construída no caminho do projeto de oleoduto transbalcânico Albânia-Macedônia-Bulgária, que ligaria a região rica em petróleo do Mar Cáspio ao resto do mundo e cujo projeto inicial de viabilidade para a construção da Ambo foi feito pela própria *Kellogg Brown & Root* (Reporter, 2004). Previa-se que o gasoduto custasse cerca de 1,5 milhões de dólares e teria uma capacidade de transporte 750 mil barris de petróleo por dia e seria operado pela *Albanian Macedonian Bulgarian Oil Corporation (AMBO)*, empresa registrada nos Estados Unidos (Wood, 2004).

FIGURA 33 – Camp Bondsteel, base da KFOR (OTAN), no Kosovo



Fonte: wikipedia, sem data.

Juntamente com o crescimento das forças de ocupação internacionais e das recém-criadas forças de segurança, o Kosovo do pós-guerra também ficou marcado pelo crescimento da indústria PMSC, que se tornou não só um novo e rentável mercado na região como parte do fluxo crescente de capital para reconstruir os Bálcãs, mas também permitiu o estabelecimento de empresas transnacionais de setores, uma vez que passaram a desempenhar um papel fundamental na manutenção da propriedade privada (Paoliello; Rosa, 2019).

O número crescente de forças de ocupação militar do pós-guerra, forças de segurança

locais e empresas de segurança privadas revela a dimensão coerciva - e talvez mais visível - de um leque mais vasto de transformações do pós-guerra, centrais para a produção de uma ordem liberal nos Bálcãs, que incluíram a reconstrução da infraestrutura, a expansão de instituições democrático-liberais, a presença da UE e a expansão da OTAN à Leste.

Alegadamente, a intervenção internacional possuía 3 objetivos centrais. Em discurso ao Senado sobre o Kosovo em 14 de outubro de 1999, William Cohen e Henry Shelton declararam que os objetivos estratégicos da intervenção eram: 1) Demonstrar a seriedade da oposição da OTAN à agressão de Belgrado nos Bálcãs; 2) Impedir Milošević de continuar e intensificar seus ataques contra civis e criar condições para reverter a política de limpeza étnica; e 3) Prejudicar a capacidade militar da Sérvia, para evitar novas guerras contra o Kosovo e outros vizinhos no futuro (Fenrick, 2001). Esta era, contudo, a versão pública dos fatos. Os arquivos desclassificados dos EUA do Departamento de Estado da era Clinton revelam que, nos bastidores, o objetivo da intervenção militar internacional era, na verdade, a mudança de regime na Iugoslávia. Em 19 de maio de 1999, ainda durante a campanha da OTAN, Madeleine Albright, Richard Holbrook, James Dobbins, William Cohen e outros se reuniram para discutir a situação em Kosovo. Uma das conclusões entre os membros do governo Clinton, declarada no resumo final da reunião, foi que parte dos esforços da intervenção da OTAN deveriam estar concentrados em enviar mensagens mais contundentes sobre uma “mudança de regime”, principalmente através do relacionamento com autoridades sérvias, grupos da elite econômica, da oposição e público.

Um memorando escrito por Richard Holbrooke em 20 de abril de 1999 para o Departamento de Estado, o Secretário de Defesa e o Conselheiro de Segurança Nacional afirmou que o verdadeiro objetivo da campanha da OTAN deveria ser encorajar uma mudança de regime na região. Para isso, a mídia internacional e os membros do governo dos EUA conseguiram retratar a imagem de Milošević como a de um inimigo. Mais importante do que a própria capitulação de Milošević, entretanto, era a mudança do regime, para a disseminação de instituições democráticas liberais na região dos Bálcãs Ocidentais, e Milošević forneceu a imagem perfeita para os EUA e Aliados de um 'inimigo' de ordem liberal. De qualquer modo, parece que, através da intervenção internacional da OTAN, os Estados Unidos lograram um objetivo muito maior do que a visionada mudança de regime: a consolidação de sua influência a longo prazo em uma região de histórica presença russa, enfraquecendo o papel da potência nas definições dos rumos dos Bálcãs, bem como o fortalecimento das bases da ordem liberal nos Bálcãs.

Por fim, é importante notar que, na história da OTAN, Kosovo representou um ponto de virada em sua existência, e não somente pelo fato de que se tratou da primeira ação da Aliança contra uma nação soberana. É simbólico que, durante a intervenção, em 23 de abril de 1999, lideranças internacionais tenham se reunido em Washington na 16ª cúpula da OTAN, para comemorar os 50 anos de existência da Aliança e celebrar uma revisão de seu conceito estratégico, que passou a incluir um “amplo espectro de possíveis ameaças aos interesses comuns da Aliança” (OTAN, 1999). Além disso, o documento que resultou do encontro menciona a necessidade de maior integração entre os europeus dentro da OTAN, através do desenvolvimento de uma Identidade Europeia de Segurança e Defesa dentro da Aliança e a contínua abertura para expansão ao Leste (Estados Unidos, 1999a). Se, nos pós-Guerra Fria, havia questionamentos quanto à atuação da OTAN em um mundo em que o bloco soviético havia desmoronado, Kosovo (e, de modo geral, os Balcãs) foi fundamental no sentido de consolidar sua razão de existir. São comuns declarações que afirmam que Kosovo passava por uma crise, e a OTAN foi a responsável pela solução. Na verdade, conforme Hammond e Hermann (2000) colocam, a OTAN tinha um problema, e o Kosovo foi a solução (Hammond; Hermann, 2000).

FIGURA 34 – Conferência de Washington, em comemoração aos 50 anos da OTAN



Fonte: Wikipedia, sem data.

5.4.4 Considerações sobre a intervenção da OTAN na Iugoslávia

Neste capítulo buscamos reforçar, portanto, nossos questionamentos quanto às percepções dominantes da intervenção da OTAN na Iugoslávia. De modo que, demonstramos que um conjunto de opções para resolução da crise do Kosovo estavam em disputa antes de 1999, quando ocorreu a ação militar. Desde o início da década de 1990, atores locais buscavam alternativas políticas à crise. Não só buscaram diálogo com lideranças internacionais, como também pressionaram por acordos diplomáticos, como em Dayton, conforme discutido no item 5.2 da presente pesquisa. Mesmo no período em que as hostilidades cresceram significativamente, lideranças locais mostraram disposição em aceitar os termos das potências, conforme revela o caso do cessar-fogo declarado pelo ELK após a aprovação da Resolução 1199 (1998). E, mesmo em 1998, grandes potências ainda afirmavam que uma saída política para crise não apenas era possível, como também desejável.

Contudo, avaliamos que, apesar das opções políticas à mesa, nenhuma delas parecia garantir aquilo que as lideranças dos Estados Unidos almejavam: a mudança de regime da Iugoslávia e a consolidação de sua influência nos Bálcãs. Ao que parece, a crise no Kosovo representava, para os Estados Unidos, uma renovada oportunidade para a consolidação da ordem liberal e, simultaneamente, para a garantia de influência em uma região de histórica presença russa. A conjuntura parece ter sido um fator chave para que esta empreitada intervencionista fosse bem-sucedida. Conforme observado anteriormente, na década de 1990, as intervenções militares internacionais não só se tornaram amplamente aceitas, como também se tornaram uma peça fundamental das ações humanitárias. Esta mudança legitimou um conjunto de ações que, ao que pareciam, não estavam destinadas a destruir, mas sim a estabelecer uma ordem mundial pacífica, da qual os Estados Unidos atuavam como guardiões (Tharoor, 2017).

O precedente da Bósnia também desempenhou um papel fundamental para legitimar a intervenção, na medida em que colocava em xeque a capacidade da comunidade internacional em lidar com genocídios e catástrofes humanitárias. E, por fim, tratava-se de um momento em que a Rússia se encontrava enfraquecida militar e economicamente, apesar do desconforto como papel buscado pela OTAN nos assuntos de segurança na Europa e em uma região de histórica influência russa (Headley, 2008; Latawski; Smith, 2003). Portanto, o desfecho da intervenção da OTAN marcou a consolidação da ordem liberal e da influência dos Estados Unidos nos Bálcãs. De modo que, o uso da violência pelo Estado através da ação militar foi apenas etapa inaugural de um longo processo de estabelecimento e reificação do

novo ordenamento - que seria colocado em marcha através do projeto internacional de *state-building* no Kosovo. No próximo capítulo, abordaremos os desdobramentos da intervenção da OTAN, que revelam um processo de estabelecimento de infraestruturas, novas instituições políticas e um conjunto de reformas que contribuirão para a consolidação da ordem liberal e da presença dos Estados Unidos nos Bálcãs.

FIGURA 35 – Estátua de Bill Clinton na avenida principal de Pristina, capital do Kosovo



Fonte: Reddit, sem data.

6. O PROJETO INTERNACIONAL DE *STATE-BUILDING* SOB LIDERANÇA DOS ESTADOS UNIDOS

No último capítulo, debatemos como a crise entre 1998 e 1999 e a intervenção da OTAN na Iugoslávia representaram, para os Estados Unidos, uma oportunidade para a consolidação da ordem liberal e, simultaneamente, para a garantia de influência em uma região de histórica presença europeia, marcada pelas disputas com a Rússia à Leste. A conjuntura parece ter sido um fator chave para que esta empreitada intervencionista fosse bem-sucedida. Conforme observado anteriormente, na década de 1990, as intervenções militares internacionais não só se tornaram amplamente aceitas, como também se tornaram uma peça fundamental das ações humanitárias. Esta mudança legitimou um conjunto de ações que, ao que pareciam, não estavam destinadas a destruir, mas sim a estabelecer uma ordem mundial pacífica, da qual os Estados Unidos atuavam como guardiões no pós-Guerra Fria (Tharoor, 2017). Ao final da empreitada, os Estados Unidos lograram presença militar, econômica e política no Kosovo. Era o momento de colocar em marcha o projeto liberal, através do *state-building*.

O objetivo do presente capítulo é articular a consolidação do projeto de *state-building*, liderado pelos Estados Unidos, que revela o avanço de uma ordem liberal na região do Kosovo, bem como as redes de interação que permitiram o avanço desse ordenamento pós-conflito. Conforme indicado no capítulo 2, sobre o estado da arte, ainda que não haja consenso a respeito dos elementos que constituem estes projetos, entendemos *state-building* como um processo liderado por forças internacionais (Estados, organizações, instituições, doadores, outros) que incluem a criação e implementação de instituições, leis, regulamentações e uma burocracia estatal associadas à “boa governança”. Além disso, há uma importante dimensão associada à reconstrução da infraestrutura local, necessária tanto para viabilizar as condições de vida, quanto para assegurar a circulação do capital internacional. E, por ordem liberal, entendemos a difusão das normas e dos valores políticos e econômicos liberais; mobilidade de capital internacional através do livre mercado; incentivo ao multilateralismo; princípio de segurança coletiva; promoção de um regime global de direitos humanos.

Avaliamos que, no caso do projeto de *state-building* no Kosovo, sob liderança dos Estados Unidos, todas essas dimensões se manifestaram na Resolução 1244 que estabeleceu a UNMIK e, de fato, seguem informando a atuação de instituições internacionais, organizações, doadores e outros *policy makers* ao longo das últimas duas décadas. Assim, ainda que a literatura comumente divida o *state-building* em diferentes fases (Zaum, 2009),

apresentaremos o presente capítulo levando em conta os principais pilares da ordem liberal consolidada no Kosovo pós-conflito através do projeto de *state-building* liderado pelos Estados Unidos.

Ao longo do capítulo, para além do projeto internacional, enfatizaremos as redes de interações que resultaram do pós-conflito e viabilizaram este ordenamento. Também buscamos ilustrar as contradições dos esforços intervencionistas, que resultaram em arranjos políticos instáveis, reificação de processos de violência, dificuldades no estabelecimento dos arranjos territoriais e na obtenção de reconhecimento internacional, para além da contínua dependência econômica internacional das classes locais.

4.5 Reconstrução, abertura de mercado e consolidação das instituições liberal-democráticas

Em junho de 1999, em meio ao encerramento da ação da OTAN e no encontro do G8, líderes da Inglaterra, Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Estados Unidos e Rússia negociaram um pacote bilionário de ajuda para os Bálcãs. O chamado Pacto de Estabilidade para o Sudeste Europeu envolveu a Comissão Europeia, o Banco Mundial, o FMI, o Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento e o Banco Europeu de Investimento, e previa recursos destinados ao desenvolvimento econômico e democrático da região (Stability Pact for Southeast Europe, 1999). Através do Pacto, União Europeia destinou 2,8 mil milhões de dólares para programas não militares no Kosovo em 1999 e 2000, enquanto os deram uma contribuição de aproximadamente \$ 817 milhões. O pacote foi apenas o primeiro de um intenso fluxo de investimentos econômicos promovidos no Kosovo pós-conflito (Seymour, 2000).

A guerra e a intervenção da OTAN tinham deixado um rastro de destruição, para além das muitas e irreparáveis perdas humanas. Conforme destacamos no capítulo anterior, a infraestrutura local, tais como estradas, pontes, sistemas de abastecimento de água e energia, tinha sido destruída. A rede de telecomunicações, escolas e serviços de saúde também estavam inoperantes. O setor agrícola, principal fonte de renda do Kosovo, tinha sofrido danos significativos (Earnest, Dickie, 2012). Não tardou, portanto, para que as organizações e instituições internacionais passassem a negociar os rumos do processo de reconstrução.

FIGURA 36 – Cidade de Pristina, no Kosovo, pós-intervenção da OTAN em 1999

Fonte: Hammond, 2019.

Sob os termos da Resolução 1244, foi determinado que a economia do Kosovo deveria ser construída de forma a ser compatível com as economias de mercado da União Europeia, sob a direção do bloco (ONU, 1999). No entanto, ao final da guerra, Kosovo ainda não tinha instituições ou o quadro jurídico para regular a entrada do capital estrangeiro destinado à criação de um sistema regulador do princípio. Assim, se tratava de um projeto ambicioso, que não se tratava apenas de implementar reformas. E, inicialmente, o USAID, se converteu na agência doadora, destinada a formular o programa econômico de reconstrução que seria colocado em marcha, em parceria com doadores (Skogstad et al., 2003). Em 1999, a agência divulgou o Programa de Reconstrução Econômica, centrado em quatro áreas prioritárias: formulação de políticas fiscais, estabelecimento de um setor bancário e financeiro, criação de marcos do direito comercial e, finalmente, privatização e comércio. Mas, para que esse projeto econômico pudesse vigorar, era necessário, antes, constituir um quadro político para sustentar sua operação. E, nesse aspecto, a UNMIK tinha um desafio a frente.

Diferente do que sucedeu com o encerramento da Guerra na Bósnia em 1995, o conflito no Kosovo encerrou sem uma definição a respeito de seu *status* político. De fato, o texto acordado pela Resolução 1244 previa a *suspensão* (grifo nosso) da autoridade da Sérvia (à época, constituída ainda como República Federativa da Iugoslávia) no território do Kosovo,

transferindo-a para a UNMIK. De acordo com o texto da própria Resolução:

[...] Authorizes the Secretary-General, with the assistance of relevant international organizations, to establish an international civil presence in Kosovo in order to provide an interim administration for Kosovo under which the people of **Kosovo can enjoy substantial autonomy within the Federal Republic of Yugoslavia (grifo nosso)**, and which will provide transitional administration while establishing and overseeing the development of provisional democratic self-governing institutions to ensure conditions for a peaceful and normal life for all inhabitants of Kosovo; [...] Decides that the main responsibilities of the international civil presence will include: (a) Promoting the establishment, pending a final settlement, of substantial autonomy and self-government in Kosovo, taking full account of annex 2 and of the Rambouillet accords (S/1999/648) (ONU, 1999).

Desde 1999, a UNMIK, KFOR e instituições e organizações internacionais sob o guarda-chuva da missão internacional passaram a gozar de competências quase que exclusivas para planejamento e implementação de novas instituições pós-conflito. Assim, era necessário colocar em marcha um quadro jurídico-institucional mínimo, que permitisse o avanço do projeto internacional de *state-building*.

Em dezembro de 1999, foi criado o Conselho para Transição do Kosovo (*Kosovo Transitional Council - KTC*, em inglês), órgão consultivo subordinado à UNMIK, composto por lideranças locais internacionais. Dentre os membros que compuseram o KTC estavam Bernard Kouchner, Ibrahim Rugova, Hashim Thaçi e Xhavit Haliti. Com o fim do conflito, as alas políticas e paramilitares do Kosovo se reorganizaram em partidos políticos e recém-criadas instituições de segurança. Desde o princípio da administração estava claro, portanto, que os aliados dos Estados Unidos ganhariam espaço significativo na administração do recém-criado protetorado e, futuramente, Estado. Além destes, também havia representantes sérvios, outras minorias étnicas (turcos e bósnios, por exemplo), membros da sociedade civil e de comunidades religiosas. E, em maio de 2001, o KTC promulgou o primeiro esboço de um quadro constitucional para o Kosovo, intitulado “*Constitutional Framework for Provisional Self-Government*” em que se estabeleciam as bases para uma burocracia estatal. Dentre os princípios norteadores da Carta, constavam o estabelecimento de uma democracia parlamentar; governança democrática; promoção do Estado de Direito, estabelecimento de uma economia de mercado; respeito às convenções de direitos humanos estabelecidas internacionalmente, entre outros (UNMIK, 2001). A partir da promulgação da Carta, as primeiras eleições parlamentares foram realizadas. O recém-criado partido de Rugova (LDK) angariou 47 dos 120 assentos, seguido pelo partido de Hashim Thaçi, o Partido Democrático

do Kosovo (Democratic Party of Kosovo - DPK), com 26 assentos¹⁵ (OSCE, 2001). Tendo um quadro jurídico-institucional provisório, o projeto internacional começava a dar sinais de que caminharia conforme os interesses dos EUA e aliados, em articulação com os atores locais.

Com o estabelecimento das *PISGs*, autoridades internacionais deixaram claro que a abertura dos mercados e a privatização das grandes empresas do Kosovo seria a principal estratégia econômica da operação de *state-building*. Assim, logo foram criados investimentos em educação pública, para produção e difusão de estudos e campanhas cujo objetivo era sensibilizar a população no Kosovo sobre os benefícios das privatizações. O financiamento de pesquisas pelo Banco Mundial, FMI e USAID também fez parte da estratégia dos programas (Knudsen, 2013).

Como parte da estratégia de privatização das grandes empresas e no sentido de viabilizar a entrada de capital estrangeiro, umas das primeiras – e principais – iniciativas foi a criação, em 13 de junho 2002, da *Kosovo Trust Agency* (KTA), organismo responsável pela supervisão dos processos de privatização na região (UNMIK, 2002). A agência passou a ter plena personalidade jurídica para firmar contratos, adquirir, manter e dispor de propriedade no Kosovo (UNMIK, 2002). O principal objetivo da KTA era privatizar as *Socially Owned Enterprises* (SOEs), empresas que durante o regime iugoslavo eram compartilhadas por trabalhadores, localidades e Estado (Riivest, 2015; Zogjani, Marku, 2017). Além da KTA, outras instituições para regular o setor financeiro foram criadas, tais como a Autoridade Fiscal Central e a Autoridade Bancária do Kosovo. Cabe mencionar que, à época, o Marco Alemão vinha sendo utilizado no Kosovo como moeda oficial e, desde 2002, foi substituído pelo Euro, moeda de forte circulação nos mercados europeus e no mundo. Uma vez aberto espaço e marcos reguladores para o capital privado, os principais contratos para reconstrução do Kosovo passaram a ser concedidos à grupos internacionalizados. Dentre os setores alvo da primeira onda de privatizações pela KTA, em 2003, figurava a construção civil, energia e hotelaria (KTA, sem data).

A partir de 2003, aos poucos, a UNMIK passou a transferir as competências das *PISGs* para atores locais, como parte de esforços referidos como “*standards before status*”, em que

¹⁵ Mesmo após o estabelecimento das missões internacionais e da criação das *PISGs*, a Sérvia, manteve diversas instituições administrativas, judiciárias, de segurança e de serviços públicos no território do Kosovo, especialmente ao Norte, que vieram ser conhecidas internacionalmente como “estruturas paralelas” (OSCE, 2003). Não por acaso, o nome remonta às práticas dos albaneses no início dos anos 1990, fato que sugere alguma tolerância das autoridades internacionais, em nome da estabilidade do Kosovo.

se acordou que o *status* do Kosovo só poderia ser discutido caso os requerimentos do projeto de *state-building* avançassem. Tais requisitos, naturalmente, incorporavam os princípios da “boa governança” associados aos regimes liberal-democráticos. Assim, entre 2003 e 2008, mesmo com a transferência gradual de competências às autoridades locais, a UNMIK manteve o controle de áreas-chave, tais como: 1) formulação de política externa; 2) proteção das fronteiras; 3) estruturas de segurança; 4) direito de veto sobre todas as decisões importantes do Parlamento; 5) nomeação de candidatos a juízes e os aspectos administrativos do funcionamento dos tribunais e dos gabinetes do Ministério Público do Kosovo, entre outras. Cabe mencionar que, no ano de 2003, as tropas da Rússia estacionadas em missão no Kosovo segundo o arranjo de 1999 deixaram a KFOR, apesar dos pedidos do governo sérvio pela sua permanência (Krstic, 2008; Otan, 2003).

Em novembro de 2005, o Grupo de Contato, composto pelos Estados Unidos, França, Alemanha, Itália, Reino Unido, Itália e Rússia divulgou os “Princípios Orientadores” para a resolução do futuro *status* do Kosovo. Dentre os princípios mencionados na carta, estava a preservação das fronteiras do Kosovo (sem divisões ou união com Estados vizinhos). Mais tarde, em 2007, o Enviado Especial da ONU, o finlandês Martti Ahtisaari elaborou uma proposta para a resolução do *status* do Kosovo a ser submetido ao CSONU, documento que ficou conhecido como *Comprehensive Proposal for the Kosovo Status Settlement* (CSP). Popularmente, a proposta ficou conhecida como Plano Ahtisaari e, de modo geral, o texto incluía temas como disposições constitucionais, sistema de governo e justiça, forças armadas, presença de missões internacionais no território, entre outros.

Enquanto no Kosovo, em alguns círculos, a proposta foi bem recebida, na Sérvia, o plano Ahtisaari provocou reações adversas. O governo sérvio alegou que o texto abria margem para a independência do Kosovo e em comunicado divulgado após encontro com o enviado da ONU, declarou que o país “jamais aceitará a independência do Kosovo” (Deutsche Welle, 2007). Após a publicação do texto, a Rússia também manifestou que vetaria a proposta no Conselho da ONU, alegando que o texto possuía “trechos inaceitáveis” (BBC Brasil, 2007)

Mesmo com a rejeição sérvia à proposta de Ahtisaari, pouco menos de um ano depois da publicação do texto, em 17 de fevereiro de 2008, o Parlamento kosovar votou pela independência do país em relação à Sérvia, ação que contou com reconhecimento imediato de países como Estados Unidos, Alemanha e Reino Unido. O governo Sérvio considerou a medida ilegal e chegou a solicitar um parecer consultivo na Corte Internacional de Justiça (CIJ) da ONU. Em 2010, a Corte respondeu com o seguinte parecer, após votação:

[...] the adoption of the declaration of independence of 17 February 2008 did not violate general international law because international law contains no 'prohibition on declarations of independence', nor did the adoption of the declaration of independence violate UN Security Council Resolution 1244, since this did not describe Kosovo's final status, nor had the Security Council reserved for itself the decision on final status.

Na ocasião em que o caso foi para a Corte, o Brasil, representado pelo Embaixador José Artur Denot Medeiros, declarou que apoiava a integridade territorial da Sérvia, colocando-se contra a independência do Kosovo. Apesar das contestações ao processo, desde então, Kosovo foi reconhecido por mais de 100 países, incluindo a grande parte dos membros da União Europeia. Países como a Rússia e a China não reconheceram a autonomia do governo em Pristina até o presente momento (Garding, 2021).

Com a declaração de independência, o processo de *state-building* ganhou novos contornos. Especialmente no que diz respeito aos projetos econômicos para o Kosovo, as burocracias criadas para lidar com o tema da liberalização econômica no âmbito da UNMIK deram lugar à consolidadas agências sob administração local. Ainda que com alguma supervisão internacional, essa mudança significou o aprofundamento de processos de privatização, renovadas campanhas para promover a propriedade privada e maior poder nestas instituições para lidar com a agenda. Foi o caso da *Privatization Agency of Kosovo* (PAK), criada em substituição à antiga KTA, para lidar com as concessões privadas na região.

Desde a criação da PAK em 2008, diversos setores entraram em disputa, especialmente as indústrias de infraestrutura. Em 2010, por exemplo, foi inaugurado um dos grandes projetos de reconstrução de infraestrutura do Kosovo. Naquele ano, o grupo norte-americano *Bechtel* ganhou uma licitação para a construção de uma estrada da rede rodoviária no Kosovo de 65km, que ligaria o país com a Albânia e seguiria até a Macedônia do Norte (Bechtel, sem data). Já em 2012, o jornal *New York Times* publicou uma matéria intitulada: “*That Crush at Kosovo’s Business Door? The Return of U.S. Heroes*”. Na matéria, o jornalista Matthew Brunwasser (2012) revelou como antigos diplomatas e políticos americanos estavam retornando ao Kosovo para conduzir negócios. Em sua matéria, mencionava o caso da licitação recebida pela *Bechtel*, que teria recebido ajuda Mark Tavlarides, que atuou como diretor legislativo do Conselho de Segurança Nacional durante a intervenção no Kosovo em 1999. De acordo com o jornalista, um relatório apresentado ao governo dos Estados Unidos em 2010 mostra que Tavlarides fez *lobby* em nome da *Bechtel* no Kosovo sobre “questões relacionadas com estradas” enquanto trabalhava para a *Van Scoyoc Associates*, uma empresa de *lobby* com sede em Washington (Brunwasser, 2012). Vale lembrar que a mesma empresa

foi contratada após a Guerra do Golfo no Kuwait, para restaurar campos de petróleo danificados pelas forças iraquianas (Wald, 1991).

FIGURA 37 – Estrada da rede rodoviária no Kosovo construída pela Bechtel



Fonte: Bechtel, sem data.

O setor energético também foi foco de disputa de diversos atores privados. Em 2009, uma das maiores corporações para geração de energia na Europa, a alemã *RWE*, produziu um relatório no qual estabelecia uma estratégia de longo prazo para a reconstrução do setor da energia no Kosovo. O relatório indica que a empresa realizou pesquisas sobre o potencial econômico do lignite, mineral utilizado na geração de energia a gás, e desenvolveu um programa de 15 anos para operação das minas. Um programa de investimento e custos da operação foram calculados. De acordo a empresa, os resultados contidos no relatório formariam a base para formulação da política energética para o Kosovo (RWE, 2009).

Alguns anos mais tarde, em abril de 2013, o governo do Kosovo aprovou uma alteração na lei de mineração, com o objetivo de permitir a concessão de direitos de pesquisa de carvão lignite sem licitação pública em alguns casos. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Econômico, estima-se que as bacias do Kosovo possuem 12 bilhões de toneladas do mineral (KMED, 2013). Uma investigação da Rede de Relatórios Investigativos

dos Balcãs (BIRN) e do Projeto de Relatório de Crime Organizado e Corrupção (OCCRP), divulgada em setembro de 2016, revelou que apenas um mês depois da alteração na lei, a canadense *Envidity Energy Inc.* solicitou o direito de buscar carvão lignite em mais de um terço do território kosovar e teve a solicitação aprovada (Prebreza, 2016). Na época, a *Envidity Energy Inc.* era presidida pelo general Wesley Clark, comandante da campanha da OTAN de 1999 (BIRN; OCCRP, 2016).

Outro caso de destaque foi a fábrica de minério *Ferronikeli*, uma das principais exportadoras do Kosovo, que consta na lista de empresas privatizadas pela PAK. O minério extraído pela empresa é vendido em todo o mundo, incluindo em países como a China e Coreia (PAK, 2010). A empresa foi comprada em 2006 por cerca de 30 milhões de euros pela britânica *Alferon Management Limited*. O grupo é um dos maiores no ramo da mineração e adquiriu muitas operações de mineração em países como Cazaquistão, Zâmbia, Congo, Indonésia e Rússia. Na época em que a operação de venda estava em curso, foram registradas manifestações de trabalhadores, em razão do baixo preço da venda (Zogjani, Marku, 2017).

O setor de telecomunicações do Kosovo também foi alvo do processo de privatização com capital estrangeiro. Na mesma matéria que tratava sobre o caso da rodovia construída pela Bechtel, Brunwasser (2012) denunciava que a principal empresa de telecomunicações no Kosovo, PTK, estavam à venda e que antigos membros do governo norte-americano disputavam entre si as licitações (Brunwasser, 2012). Uma das ofertas era proveniente de um fundo criado pela ex-secretária de Estado Madeleine K. Albright, a *Albright Capital Management*. Fundada em 2005, a empresa é definida em seu próprio site como uma companhia de investimento privado centrada nos “mercados emergentes globais”. Ao final, a empresa de Albright ganhou a licitação para participação de 75% da PTK. Outra oferta pelo setor de comunicações havia sido feita por James W. Pardew, um dos enviados especiais da era Clinton aos Balcãs.

FIGURA 38 – Albright Capital Management



Fonte: Jake Group, sem data.

Ao que parece, a aliança entre as autoridades americanas e os albaneses do Kosovo logrou frutos para ambas as partes. Para além dos ganhos econômicos associados à essas articulações, também houve ganhos políticos. O documentário “*The Brooklyn Connection*”, produzido por Klaartje Quirijns (2005) oferece indícios importantes de que os projetos dos Estados Unidos para o Kosovo aproximaram as elites políticas albanesas e norte-americanas (Quirijns, 2005). Por exemplo, em dado momento do filme, há uma filmagem de um evento beneficente em Nova Iorque para arrecadação de fundos para a campanha à presidência de John Kerry em 2004. No evento, é possível ver *slogans* como “*Albanian Americans for John Kerry*”. Nas filmagens, é possível ver o próprio John Kerry, Richard Holbrooke, e Wesley Clark, este responsável pelo comando da *Allied Force Operation* no Kosovo, ao lado de Florin Krasniqi, o americano-albanês que contribuiu com o ELK entre 1998-99. Além de Krasniqi, outros ex-membros do ELK aparecem nas filmagens, trajando, inclusive, acessórios com as insígnias do grupo. No vídeo, é possível ver Florin apresentando os outros membros do ELK ao Wesley Clark: “Sr. Clark. Este é o seu grupo, o seu ELK” (Rogow, sem data; *albanian americans for john kerry for presidente*, 2004).

Na ocasião, Clark fez um discurso em que mencionava o fato de Kosovo ter perdido recursos na política externa após o 11/09, e que as demandas feitas pelos albaneses tinham sido ignoradas pela administração Bush. Prometeu, assim, que a administração Kerry colocaria Kosovo novamente na agenda norte-americana. Ao final do evento, estima-se que os albaneses tenham arrecadado U\$ 510.000 para a campanha de Kerry, aproximadamente U\$ 1 milhão em valores corrigidos para 2023, segundo estimativas nossas. Outro evento para arrecadação de fundos foi organizado pelos albaneses-americanos para a campanha de Bush, no sentido de garantir que teriam apoio caso este fosse reeleito. Contudo, ao que parece, os

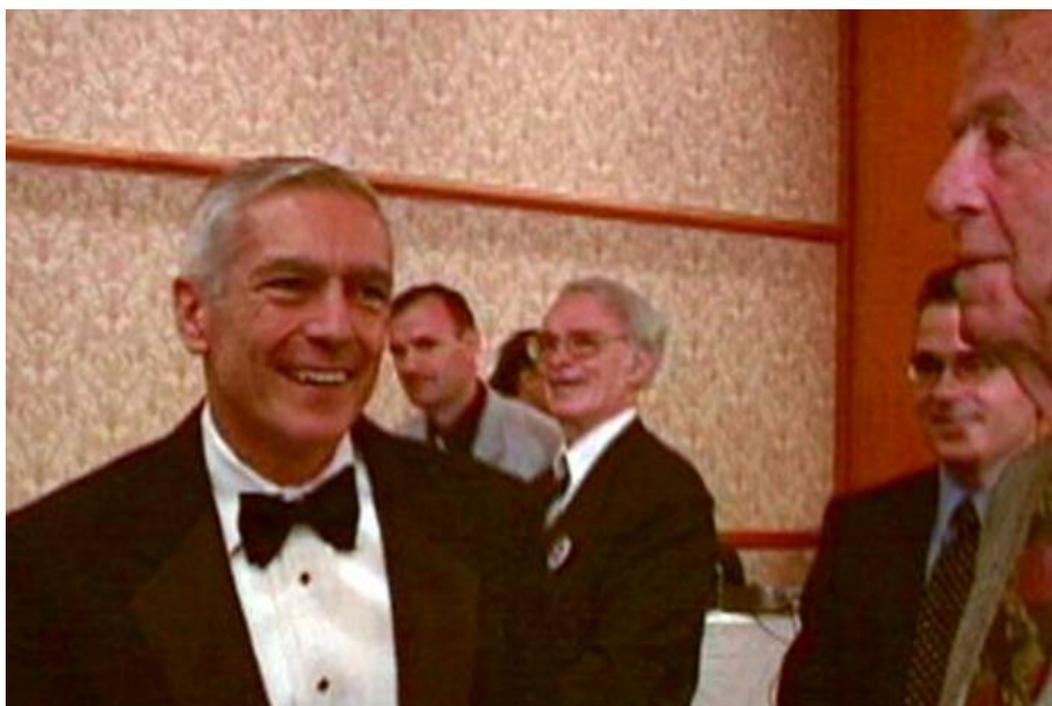
valores arrecadados foram muito menores, já que os albaneses tinham preferência pelo candidato democrata. De acordo com Stacy Sullivan, a respeito dos eventos, Florin declarou: “Assim funciona nos Estados Unidos: você dá o dinheiro a eles e, quando são eleitos, eles te pagam de volta” (Sullivan, 2005).

FIGURA 39 – John Kerry ao lado de Florin Krasniqi em evento para arrecadação de fundos na campanha presidencial de 2004



Fonte: Quirijns, 2005

FIGURA 40 - General Wesley Clark no evento de arrecadação para a campanha de John Kerry organizado pelos albaneses-americanos



Fonte: Quirijns, 2005

O capital americano, contudo, não foi o único beneficiado pelos processos de privatização no Kosovo pós-conflito. Em 2007, juntamente com a empresa francesa *Aéroport Lyon*, a *holding Limak*, ganhou a concessão do aeroporto de Pristina (Aeroporto Internacional Adem Jashari) (Limak, sem data). O fundador da companhia é Nihat Özdemir, famoso empresário turco e ex-presidente da Federação Turca de Futebol (2019-22), que apareceu na lista da Forbes em 2011 entre os maiores bilionários do mundo. Em alguns círculos da Turquia, informalmente, Özdemir é lembrado por compor “a gangue dos 5” (*the gang of five*, em inglês), os cinco empresários donos dos maiores conglomerados da Turquia, aliados de Recep Tayyip Erdoğan (Yildiz, 2021; TM, 2020).

A *Limak* opera nos setores de infraestrutura, energia, transporte e outros em diversos países, tais como Kuwait, Egito, Paquistão, Ucrânia e Rússia. No início dos anos 2000, a companhia tinha adquirido *Banka Kombetare Tregtare*, que opera na Albânia e no Kosovo e a *ALBtelecom*, a mais antiga operadora de telefonia fixa e provedora de internet da Albânia. E, em 2012, concluiu a construção de uma usina de energia elétrica no Iraque. Vale mencionar que a *Limak* também foi responsável pela construção do gasoduto *Trans-Anatolian Natural Gas Pipeline*, que transporta o gás natural produzido no Mar Cáspio para a Turquia e a Europa, em parceria com a indiana Punj Lloyd (Forbes, 2023).

FIGURA 41 - Nihat Özdemir e Recep Tayyip Erdoğan em encontro na Turquia

Fonte: TFF, 2019

Mas, o Aeroporto de Pristina não seria o único negócio de Nihat Özdemir. Em outubro de 2012, o Ministério do Desenvolvimento Econômico assinou um acordo com a Limak para início das operações da *holding* após a compra da KEDS (*Kosovo Electricity Distribution and Supply Company*), empresa que lidera pela distribuição de energia no Kosovo. A distribuidora foi vendida à época por 26,3 milhões de euros (MED, 2012). Entre 2007 e 2013, período em que a venda da KEDS no Kosovo foi negociada, o CEO da empresa era Berat Albayrak, atual ministro das finanças e do tesouro na Turquia e genro de Recep Tayyip Erdoğan (Bar’el, 2018). No início dos anos 2000, período em que o grupo registrou enorme crescimento, a *holding* adquiriu o *Banka Kombetare Tregtare*, que opera na Albânia e no Kosovo e a *ALBtelecom*, a mais antiga operadora de telefonia fixa e provedora de internet da Albânia. Em 2012, a *Çalık Holding* também concluiu a construção de uma usina de energia no Iraque (Çalik, 2012).

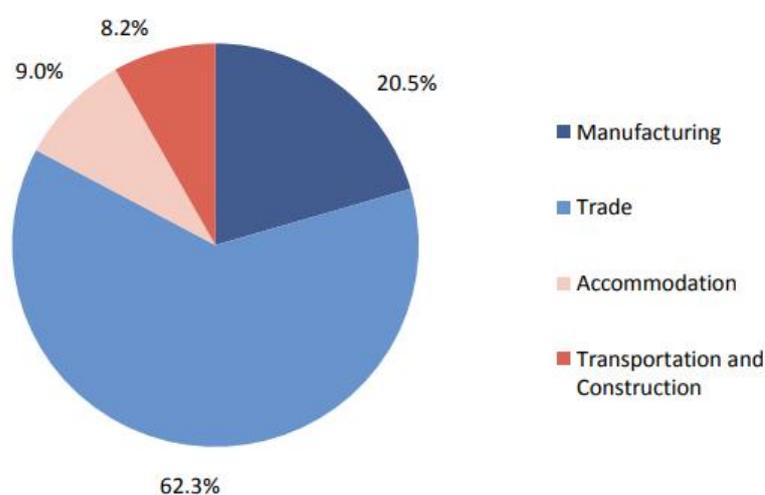
Os efeitos destes processos de privatizações são fortemente contestados ainda hoje. A literatura que trata do caso do Kosovo pós-conflito é taxativa com relação à estagnação econômica do país, e tradicionalmente atribuiu este fenômeno a relações de patronagem, clientelismo e corrupção por parte das elites locais. Chama atenção, contudo, o fato de que, desde o princípio, os maiores beneficiados economicamente pelo processo de *state-building* tenham sido autoridades políticas internacionais, ainda que com articulação local.

Uma pesquisa conduzida pela UNODC em 2012 investigou os setores mais afetados por

casos de corrupção no Kosovo. Dentre os achados da pesquisa, constava que os quatro primeiros setores com maior índice de suborno eram, respectivamente: indústria (especialmente a transformadora), comércio, acomodação/hotelaria e transporte/construção civil. O relatório ainda cita o setor de alimentação e restaurantes como um dos prioritários para combate à corrupção (UNODC, 2013).

Importante notar que, de certa forma, todos estes setores estão associados ao processo de reconstrução do Estado, bem como à presença das missões internacionais. Este dado contribui para revelar que, na contramão dos argumentos que atribuem às elites políticas locais a responsabilidade pelas disfunções econômicas locais, as missões internacionais e as autoridades políticas que lideraram estes processos têm um papel central na definição dos rumos econômicos da região. Desde o princípio, o projeto internacional de *state-building* se revelou uma empreitada lucrativa às autoridades internacionais.

FIGURA 42 – Distribuição de todas as propinas pagas por setor econômico, Kosovo



(2012)

Fonte: UNODC, 2013.

Para além da dimensão econômica, não tardou para que, internacionalmente, o projeto de *state-building* revelasse suas fragilidades políticas. A primeira delas, e talvez a mais contestada, relacionada ao próprio *status* internacional do Kosovo e as disputas entre as grandes potências. Mesmo com as incertezas sobre o futuro do Kosovo marcadas no processo, de paz, EUA e potências aliadas davam claros sinais de que, qualquer que fosse o

arranjo formulado para a região, este incluiria a entrada do país na esfera de influência Euro-Atlântica. Isto é, desde os processos de paz, *policy makers* vislumbravam e falavam abertamente sobre a expansão da OTAN e da UE para os Bálcãs e, mais especificamente, para o Kosovo.

Sobre os esforços de expansão da OTAN, na Rússia, estes têm sido percebidos como um rompimento das promessas de não-expansão da Aliança militar no pós-Guerra Fria (Averre, 2005). Desde o encerramento do conflito bipolar, a OTAN promoveu esforços no sentido de expandir suas fronteiras de atuação para o Leste do continente, conforme atesta a figura abaixo (Figura 43), em que constam os membros da OTAN nos Bálcãs. De modo que, desde meados dos anos 2000, lideranças da Rússia – incluindo o presidente Vladimir Putin - têm manifestado reiterada a oposição à expansão da Aliança. Em 2007, por exemplo, durante um encontro de alta cúpula na Alemanha, Putin declarou ”é óbvio que a expansão da OTAN não tem qualquer relação com a modernização da aliança ou com a garantia da segurança na Europa. Pelo contrário, representa uma provocação grave que reduz o nível de confiança mútua.” (McBride, 2022; Masters, 2022).

FIGURA 43 - Países dos Bálcãs que fazem parte da OTAN (atualizado em 2023)



Fonte: CFR, 2022.

Enquanto isso, para as lideranças ocidentais, a expansão da OTAN das instituições do bloco europeu para os Bálcãs opera como um mecanismo de contenção da influência russa na região. Há dissonâncias, já que mesmo no bloco europeu e na OTAN ainda há países que não reconhecem a independência do Kosovo (Mexhuani, 2023). E, com os desafios do não-reconhecimento sérvio do processo de independência do Kosovo, o *status* futuro do recém-criado país ainda é indefinido.

De todo modo, a OTAN segue no território do Kosovo através da presença da KFOR (ainda que com uma presença de tropas reduzida) e, de modo semelhante, o bloco europeu e suas instituições também têm implementado reformas no âmbito da governança local, no sentido de garantir que as instituições do Kosovo estejam estruturadas e operem segundo as expectativas políticas e econômicas da União Europeia. É o exemplo da Missão Europeia para o Estado de Direito, a EULEX, implementada no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa da União Europeia ainda em 2008, com o objetivo de implementar e monitorar “as melhores práticas” – especialmente no sistema de justiça – em acordo com as normativas e diretrizes da UE (Eulex, sem data). Além disso, as dificuldades de obtenção de reconhecimento de sua independência têm representado desafios ao ingresso do Kosovo na ONU (Efevwerhan, 2012).

De um lado, todas estas contradições revelam que o projeto político norte-americano de influência nos Bálcãs através do projeto de *state-building* pode ser considerado bem-sucedido se levarmos em conta o fato de que a Rússia perdeu significativa capacidade de influenciar nos rumos políticos e econômicos da região, enquanto os Estados Unidos e aliados lograram ganhos políticos, econômicos e militares. De outro lado, se considerarmos os aspectos sociais, políticos, e econômicos para as dinâmicas locais, o custo desta empreitada intervencionista tem se revelado alto. Para além da já mencionada dependência econômica internacional e dos dilemas quanto ao *status* futuro do Kosovo, os arranjos políticos do Kosovo, frequentemente referidos como instáveis, estão diretamente associados às disputas das grandes potências e, quando estas oscilam, a estabilidade regional é colocada em xeque. A própria configuração das burocracias estatais pós-conflito, que privilegiaram as relações sociais previamente estabelecidas, não lidou com questões subjacentes ao pós-conflito, tal como a justiça de transição. De modo que, episódios de hostilidade entre as comunidades sérvias e albanesas do Kosovo ainda são frequentes, dados os remanescentes discursos das disputas étnicas que seguem mobilizando parte da população, marcada pela memória do conflito (Hammond, 2019). Assim, mais de duas décadas da intervenção da

OTAN e do início dos esforços de *state-building*, Kosovo permanece uma rota de coalizão de interesses locais e internacionais, cujo futuro é incerto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa, buscamos traçar uma narrativa histórica capaz de incluir o projeto de *state-building* no Kosovo em uma dimensão temporal e espacial mais ampla da política internacional. No capítulo 4, por exemplo, debatemos como disputas em torno do Kosovo já ocupavam as preocupações de grupos locais e grandes potências desde, pelo menos, o final do século XIX (Batt et al, 2008). Isto é, a presença das grandes potências na questão do Kosovo e as disputas pelo controle da região podem ser traçadas, pelo menos, desde o final do século XIX. Conforme observamos, tratava-se, inicialmente, de um tema iminente europeu, centrado nas disputas entre as grandes potências do velho continente.

Após a Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos mantiveram algum grau de articulação com grupos locais, conforme demonstrado pelo episódio de apoio de Woodrow Wilson aos albaneses durante a Conferência de Paz de Paris em 1919. Àquela altura, tratava-se, entretanto, de um apoio pontual, já que a própria administração norte-americana não parecia se interessar pelo envolvimento direto na questão europeia. Após a Segunda Guerra Mundial, este quadro é revertido e os EUA passam a ter papel importante nos rumos da Iugoslávia, por exemplo. Mas, é na década de 1990, após o envolvimento na Bósnia e, principalmente com a intervenção militar da OTAN e aliados, que os Estados Unidos marcam em definitivo sua influência política, militar e econômica no Kosovo e, de modo geral, nos Bálcãs. Assim, sob uma perspectiva histórica, a dimensão internacional do tema começa muito antes dos principais jornais do mundo tratarem o Kosovo como uma questão.

Esta recuperação histórica permite revelar que a mudança da posição norte-americana quanto ao Kosovo esteve diretamente relacionada com a posição que o país ocupava na política internacional. Se, a princípio, EUA mantinham uma postura isolacionista e os europeus ocupavam espaço de destaque nos Bálcãs, após a Segunda Guerra Mundial, da qual o país saiu vitorioso, representou uma mudança de posicionamento, em que a ingerência norte-americana no continente europeu ganhou novos contornos no âmbito da política de contenção da União Soviética na região. No pós-Guerra Fria, que marca o ponto alto do liberalismo enquanto ideologia difundida internacionalmente e que marca a condição dos EUA como guardião da nova ordem, a empreitada rumo ao Kosovo parecia uma renovada oportunidade para a grande potência no sentido de fazer valer seus interesses em uma região que, até então, ainda era dominada pelas potências europeias, seja pela Rússia, à Leste, ou pelas potências ocidentais. Portanto, a narrativa ilustra a conversão de um tema internacional, europeu, para um tema Euro-Atlântico, em que cada vez mais os EUA desempenham um

papel de liderança.

Para a consolidação norte-americana nos Bálcãs nos anos 1990, o projeto *de state-building* parece ter desempenhado um papel fundamental. A conjuntura favorável a este tipo de empreitada na arena internacional, em nome de propósitos humanitários, favoreceu os discursos pró-intervencionistas, que não apenas legitimaram a intervenção da OTAN sob liderança dos EUA e aliados, como também o conjunto de esforços para transformação política, social e econômica do Kosovo pós-conflito.

Conforme mencionado ao longo da pesquisa, a pergunta principal feita pela literatura sobre *state-building* no Kosovo pode ser resumida sob os seguintes termos: o *state-building* deu certo? Após a elaboração do trabalho, avaliamos que esta resposta depende de uma segunda pergunta: para quem? E para que finalidade? Podemos considerar o projeto internacional de *state-building* no Kosovo uma missão bem-sucedida se levarmos em conta as motivações econômicas e de projeção de influência das grandes potências, especialmente dos EUA. Conforme buscamos demonstrar no decorrer do trabalho, as autoridades norte-americanas envolvidas na intervenção lograram significativos ganhos econômicos e políticos. Os EUA, na condição de grande potência, consolidaram sua influência em uma região de histórica presença russa. A OTAN garantiu sua credibilidade e, a partir da intervenção, pôde reinventar o significado de sua existência no mundo pós-Guerra Fria. As potências da Europa Ocidental, aliadas dos Estados Unidos, ampliaram suas atividades para uma nova região em sua vizinhança. Por fim, para as lideranças albanesas que se mobilizaram pela independência do Kosovo e se articularam com grupos nos EUA também lograram o apoio político necessário para consolidar o histórico projeto de autonomia com relação à Sérvia.

Contudo, se levarmos em conta as dimensões sociais e econômicas do projeto, o de *state-building* se revelou violento e disfuncional desde o princípio. A intervenção militar lançada pela OTAN sob liderança dos EUA e aliados deixou atrás de si uma terra arrasada. Para além do elevado número de mortos, feridos e desaparecidos, toda a infraestrutura capaz de garantir a subsistência da região foi destruída. Conforme demonstramos, indústrias, estradas, sistemas de geração de energia e de telecomunicações, prédios estatais e alvos militares se tornaram o alvo da intervenção, no sentido de limitar a capacidade de reação local e pressionar lideranças locais, vislumbrando a mudança de regime na Iugoslávia. Ao contrário do que analistas tradicionalmente afirmam ao tratarem do Kosovo, a violência constitutiva da intervenção internacional não se trata de um dano colateral, mas parte central do projeto. Conforme buscamos demonstrar, antes da ação militar perpetrada pela Aliança, havia saídas políticas alternativas. Contudo, tais saídas não garantiam, ao que parece, os

interesses políticos e econômicos almejados, tanto do ponto de vista das dinâmicas das grandes potências, quanto do ponto de vista individual, com relação aos ganhos econômicos.

Além disso, a nova ordem produzida no pós-conflito também revelou seu caráter de engenharia social, e produziu um conjunto de disfuncionalidades. Não só o futuro do Kosovo ainda é incerto, como a região permanece sendo rota de coalizão entre grandes potências, episódios de hostilidades ainda são constantes e mesmo após 20 anos do início do *state-building*, as missões internacionais seguem ocupando o território, com prazo de saída indefinido sob alegação das instabilidades remanescentes. De modo que podemos entender o *state-building* no Kosovo como um projeto simultaneamente destrutivo de uma antiga ordem e produtivo de uma nova, de caráter liberal-democrático, que não necessariamente se refletiu no avanço da paz e na consolidação da estabilidade regional. É a partir dessa percepção que entendemos os resultados produzidos não como um desvio dos projetos liberais para o Kosovo, mas a consequência dos esforços internacionalizados de engenharia social na região.

Na disciplina de Relações Internacionais, há uma dicotomia corrente entre a expansão da ordem liberal e a violência. Segundo os ditames da paz democrática, a expansão da ordem liberal é frequentemente associada à garantia da paz e estabilidade na segurança internacional (Owen, 1994). Contudo, através do caso do Kosovo, é possível observar como a expansão da ordem liberal veio acompanhada de um mecanismo violento, que uma vez estabelecido segue constantemente reificado. Não se trata, portanto, de uma contradição. Sob esta perspectiva, os projetos de *state-building* não parecem, necessariamente, tão distintos dos conflitos travados pelas grandes potências nos conhecidos processos de formação de Estados, já que o momento do *state-building* é precedido por um momento de intensa violência, e o mecanismo encontrado pelas grandes potências para inaugurar este processo foi justamente o da destruição. A dimensão de violência, contudo, tem permanecido às margens dos estudos de *state-building* e avaliamos que este ainda é um campo a ser explorado do ponto de vista da disciplina de Relações Internacionais.

Sob a perspectiva das articulações transnacionais, identificamos que aqueles que se engajaram internacionalmente em torno da questão do Kosovo, mantiveram os elos no pós-conflito. E, tais alianças parecem ter levado a possibilidades de ganhos políticos e econômicos para lideranças envolvidas no conflito. Para os albaneses, no Kosovo ou na diáspora, espaços de destaque e liderança foram concedidos nas burocracias estatais. Além disso, estes passaram a circular em espaços políticos e econômicos junto à elite norte-americana. Para as lideranças americanas envolvidas, a empreitada no Kosovo significou a

possibilidade de ganhos econômicos através dos processos de privatização pós-conflito, conforme relevam os contratos bilionários concedidos à políticos, militares e diplomatas da Era Clinton. Assim, tais alianças se revelaram fundamentais para a consolidação de objetivos políticos, econômicos e sociais, de grupos sociais locais e elites transnacionais. Desse modo, avaliamos que a metodologia utilizada na presente pesquisa, para capturar as relações sociais, contribuiu para avançar e responder a quem os projetos internacionais de *state-building* interessam, e por quê. Entendemos que estas são questões centrais na agenda de pesquisa, pois para além da dimensão humanitária frequentemente explorada, as motivações políticas e econômicas desempenham um destacado papel na arena internacional.

REFERÊNCIAS

AACL. **About**, publicado em [aacl.com](http://www.aacl.com), sem data. Disponível em: <https://www.aacl.com/about>. Acesso em 25/04/2023.

AJLABS. Which countries recognise Kosovo's statehood? **Al Jazeera**, [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2023/2/17/mapping-the-countries-that-recognise-kosovo-as-a-state-2>.

AHRSEIN, Patrick; HOWELLS, R. A. Yugoslavia, Albania and the Kosovo Riots **The World Today**. V 37, N. 11. 1981.

ALBANIAN AMERICANS FOR JOHN KERRY FOR PRESIDENT- MAY 24TH, 2004. Youtube, 2005. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=58qrZRFvAbQ>. Acesso em: 9 nov. 2023.

ALFAPRESS. **Keep the Albanian nation alive: The magnificent history of the “Vatra” association in the USA**. 2022. Disponível em: <https://alfapress.al/english/jete/mbajti-gjalle-kombin-shqiptare-historia-madheshtore-e-shoqates-vatra-ne-shb-i23767>. Acesso em: 7 nov. 2023.

ALLISON, John. **State-Building in Kosovo – Challenges of Legitimacy**, publicado em e-ir.info.com, março de 2018, disponível em: <https://www.e-ir.info/2018/03/09/state-building-in-kosovo-challenges-of-legitimacy/>. Acesso em 22/04/2023.

ANDERSON, Jack. *Kosovo and the Legality of NATO's Actions*. **Irish Studies in International Affairs**. V. 11, p. 31-39. 2000.

ARCHER, Rory. Student mobilisation in Kosovo: 1968, 1981 and 1997. **Sprawy Narodowościowe**, [S. l.], n. 54, 2022. DOI: 10.11649/sn.2627. Disponível em: <https://doi.org/10.11649/sn.2627>.

AVERRE, Derek. Russia and the European Union: convergence or divergence? **European Security**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 175–202, 2005. DOI: 10.1080/09662830500336060. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09662830500336060>.

ARMAKOLAS, Ioannis et al. **State- Building in Post-Independence Kosovo: Policy Challenges and Societal Considerations**. Prishtinë: Kosovo Foundation. 2017

BATT et al. **Is There An Albanian Question**. Institute for Security Studies. 2008.

BBC. **confrontation over Pristina airport**, publicado em bbc.com, março 2000, disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/671495.stm>. Acesso em: 10/05/2023.

. **The Balkans on film, 25 years since the Dayton Agreement**, publicado em bbc.com dezembro de 2020, publicado em bbc.com, disponível em <https://www.bbc.com/news/in-pictures-55245355>. Acesso em 01/05/2023

BBC BRASIL. **Rússia ameaça vetar plano para independência de Kosovo.** 2007. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2007/05/070512_kosovopu. Acesso em: 9 nov. 2023.

BECHTEL. **Kosovo Motorway - A Highway to the Future.** [s.d.]. Disponível em: <https://www.bechtel.com/projects/kosovo-motorway/>. Acesso em: 8 nov. 2023.

BECKER. **The Kosovo Conflict: Political and Socio-Economic Aspects**, Journal for Labour and Social Affairs in Eastern Europe, Vol. 1, No. 3. p. 9-17. 1998

BEKAJ, Armend R. **The KLA and the Kosovo War: from intra-state conflict to independent country.** Berlin: Berghof Forschungszentrum für Konstruktive Konfliktbearbeitung, 2010.

BETATTI et al. **Qu'est-ce que l'humanitaire ?**, publicado em lemonde.fr, maio de 1999, disponível em: https://www.lemonde.fr/archives/article/1999/05/15/qu-est-ce-que-l-humanitaire_3547751_1819218.html. Acesso em 20/04/2023.

BIERNAT, Agata. *Albanian Political Activity in Ottoman Empire (1878-1912).* **World Journal of Islamic History and Civilization**, v. 3, p. 1-8. 2013.

BILEFSKY, Dan. **Kosovo: Forging an identity on eve of new era**, publicado em nytimes.com, disponível em: [<https://www.nytimes.com/2007/12/09/world/europe/09iht-kosovo.1.8653760.html>]. Acesso em 18/01/2021.

BOJICIC-DZELILOVIC, Vesna; KOSTOVICOVA, Denida; RAMPTON, David. **State-Building, Nation-Building, and Reconstruction.** In: KALDOR, Mary; RANGELOV, Iavor. *The Handbook of Global Security Policy.* New Jersey: Wiley-Blackwell. 2014

BOOTH, Ken. **The Kosovo tragedy: The Human Rights Dimensions.** [s.l.] : Routledge, 2012.

BORGATTI, S. P., EVERETT, M. G., & FREEMAN, L. C. **Ucinet 6 for Windows: Software for Social Network Analysis.** Harvard, MA: Analytic Technologies. 2002.

BRITANNICA. **Yugoslavia.** [s.d.]. Disponível em: <https://kids.britannica.com/students/article/Yugoslavia/476586>. Acesso em: 9 nov. 2023.

BROWN, J. F. **Kosovo: The Clash of Two Nationalisms.** In: BROWN, J. F. *The Grooves of Change: Eastern Europe at the Turn of the Millennium.* Duke University Press. 2001.

BUJA, Rame. *From Kosovo to Rambouillet.* **ILIRIA International Review**, N 1. 2011.

BUXHOVI, Arsim. **25 vjet nga dalja publike e UÇK-së në skenë, deklarata që atë kohë e kishte lexuar Rexhep Selimi.** [s.d.]. Disponível em: <https://gazetablic.com/25-vjet-nga-dalja-pubbblbbbllike-e-uck-se-ne-skene-deklarata-qe-rexhep-selimi-ate-kohe-e-kishte-lexuar/>. Acesso em: 9 nov. 2023.

BUZAN, Barry; LENE, Hansen. **The Evolution of International Security Studies.** New York: Cambridge University Press, 2009.

CAPLAN, Richard. **United Nations Interim Administration Mission in Kosovo (UNMIK)**. In: KOOPS, J. A.; MacQueen, N.; WILLIAMS, P.D. *The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations*. Oxford: Oxford University Press. 2015

CARSON, Christopher. **The Dayton Accords and the Escalating Tensions in Kosovo**. *Berkeley Undergraduate Journal*, V 26 N 1. 2013.

CICANI. **Albanian-American relations: The past and the future**. 2001. MA Thesis - University of Nevada, [S. l.], 2001.

CHANDLER, D. **From Kosovo to Kabul: Human Rights and International Intervention**. London, Sterling: Pluto Press. 2002

CHANDLER, D.; HYNEK, N. **Critical Perspectives on Human Security: Rethinking Emancipation and Power in International Relations**. London: Routledge. 2012.

. *The uncritical critique of 'liberal peace'*. *Review of International Studies*, V 36 N S1, p. 137-155, 2010.

CHOMSKY, Noam. **El nuevo humanismo militar**. 2002.

CHUN. Kosovo: A New European Nation-State? **JOURNAL OF INTERNATIONAL AND AREA STUDIES**, [S. l.], v. 18, n. 1, 2009. Disponível em: https://space.snu.ac.kr/bitstream/10371/96517/1/5.Kosovo-A-New-European-Nation-State_Kwang-ho-Chun.pdf.

CLARK, Howard. **Civil resistance in Kosovo**. [s.l: s.n.]. DOI: 10.2307/j.ctt18fsc6d. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/j.ctt18fsc6d>.

CNN. **Albanian rebels in Kosovo announce cease-fire**, publicado em [cnn.com](http://edition.cnn.com/WORLD/europe/9810/08/kosovo.03/), outubro de 1998, disponível em: <http://edition.cnn.com/WORLD/europe/9810/08/kosovo.03/>. Acesso em 23/04/2023.

CRAMPTON, Richard. **The Balkans since the second World War**. London: Routledge. 2002.

CORNWELL, Rupert. **Rússia diz que intervenção em Kosovo fará renascer a Guerra Fria**, publicado em [folha.uol.com](https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft20069811.htm), 28 de junho de 1998, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft20069811.htm>. Acesso em 20/03/2021.

DEMETRIOU, Charles. **Charles Tilly and Relational Sociology**. In: DÉPELTEAU, François (ed.). *The Palgrave Handbook of Relational Sociology*. Switzerland: Palgrave Macmillan. 2018.

DEMOCRACY NOW! **Edward Said & Noam Chomsky - NATO Bombings of Yugoslavia - Democracy Now! (1999)**. *Democracy Now*, 1998. Disponível em: https://www.democracynow.org/1999/5/14/edward_said_and_noam_chomsky_speak. Acesso em: 9 nov. 2023.

DER DERIAN, James. **Virtuous war: mapping the military-industrial-media-entertainment-network**. New York: Routledge. 2009.

DEUTSCHE WELLE. Kosovo. dw.com, [S. l.], 2007. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/governo-s%C3%A9rvio-rejeita-plano-da-onu-para-o-kosovo/a-2335702>. Acesso em: 9 nov. 2023.

DEWAR, J. **Our Special Friendship Is Forever”: The Ties Between Albania, Kosovo and the USA**. Penn Political Review. 2020.

DOYLE, Michael; HOLMES, Stephen. **Arm the KLA**. 1999. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1999/05/25/opinion/arm-the-kla.html>. Acesso em: 9 nov. 2023.

Edward Said and Noam Chomsky Speak on NATO Bombings of Yugoslavia. 1999. Disponível em: https://www.democracynow.org/1999/5/14/edward_said_and_noam_chomsky_speak. Acesso em: 8 nov. 2023.

EFEVWERHAN, David. Kosovo’s Chances of UN Membership: A Prognosis. **Goettingen Journal of International Law** 4, [S. l.], v. 1, n. 4, 2012. Disponível em: https://www.gojil.eu/issues/41/41_article_efevwerhan.pdf.

ELBASANI, Arolda. *State-building or state-capture? Institutional exports, local reception and hybridity of reforms in post-war Kosovo*, **Southeast European and Black Sea Studies**, V 18, N 2, p. 149–164. 2018.

ELSIE, Robert. **Historical Dictionary of Kosovo**. [s.l.] : Scarecrow Press, 2010.

ELSIE, Robert. **1944 | Prisoners of the Nazis in Kosovo**. [s.d.]. Disponível em: http://www.albanianhistory.net/1944_
em: http://www.albanianhistory.net/1944_Prisoners-of-the-Nazis-in-Kosovo/index.html. Acesso em: 7 nov. 2023.

ELSIE, Robert. **1944 | The Resolution of Bujan**. [s.d.]. Disponível em: http://www.albanianhistory.net/1944_The-Resolution-of-Bujan/index.html. Acesso em: 7 nov. 2023.

ENR. **ENR 2022 Top 400 Contractors 1-100**. 2022. Disponível em: <https://www.enr.com/toplists/2022-Top-400-Contractors-1-preview>. Acesso em: 9 nov. 2023.

ERLANGER, Steven. **U.S. Meets With Kosovo Rebel Army Leaders**. 1998. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1998/06/28/world/us-meets-with-kosovo-rebel-army-leaders.html>. Acesso em: 8 nov. 2023.

ERNEST, James; DICKIE, Carolyn. **Post-conflict reconstruction--a case study in Kosovo the complexity of planning and implementing infrastructure projects**. 2012. Disponível em: <https://www.pmi.org/learning/library/post-conflict-reconstruction-planning-implementing-6416>. Acesso em: 9 nov. 2023.

ESTADOS UNIDOS. **Statement on Kosovo Statement issued following a meeting of the Foreign Ministers of the Contact Group and the Foreign Ministers of Canada and Japan**, 1998, disponível em: https://1997-2001.state.gov/regions/eur/stm_980612_kosovo.html. Acesso: 04/05/2023.

. **The Washington Declaration**, 1999a, disponível em: <https://clintonwhitehouse5.archives.gov/WH/new/NATO/statement2.html>

. **Rambouillet Agreement Interim Agreement for Peace and Self-Government in Kosovo**, 1999b, disponível em: https://1997-2001.state.gov/www/regions/eur/ksvo_rambouillet_text.html. Acesso em 04/05/2023.

EULEX. **What is EULEX?** [s.d.]. Disponível em: <https://www.eulex-kosovo.eu/?page=2,16>. Acesso em: 9 nov. 2023.

EUROPEAN COMMISSION. **Kosovo**. 2023. Disponível em: https://neighbourhood-enlargement.ec.europa.eu/enlargement-policy/kosovo_en. Acesso em: 6 maio. 2023.

FARIAS, Rogério de Souza. **Biografia como método nas Relações Internacionais: uma abordagem voltada para o ensino**, Meridiano 47, V 18, 2017.

FENRICK, W. J. *Targeting and Proportionality during the NATO Bombing Campaign against Yugoslavia*. **European Journal of International Law**, V 12 N 3, p. 489-502. 2001

FREEDOM HOUSE. **Freedom in the World 2007 - Kosovo [Serbia]**, publicado em refworld.com, abril de 2007. Disponível em: <https://www.refworld.org/docid/473c560d5c.html>. Acesso em: 15/05/2023.

FORBES. **Sezai Bacaksiz**. 2022. Disponível em: <https://www.forbes.com/profile/sezai-bacaksiz/?sh=10e142bf70d8>. Acesso em: 9 nov. 2023.

G1, **Kosovo entrega pedido formal de adesão à União Europeia**, publicado em g1, dezembro de 2022, disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/12/15/kosovo-entrega-pedido-formal-de-adesao-a-uniao-europeia.ghtml>. Acesso em 12/05/2023.

GAWRYCH, George. **The Crescent and the Eagle: Ottoman Rule, Islam and the Albanians, 1874-1913**. [s.l.] : Bloomsbury Publishing, 2006.

GAZETA DIELLI. **32 vjetori i themelimit të Lidhjes Demokratike të Kosovës**. 2021. Disponível em: <https://gazetadielli.com/32-vjetori-i-themelimit-te-lidhjes-demokratike-te-kosoves/>. Acesso em: 9 nov. 2023.

GELLMAN, Barton. **Slaughter in Racak Changed Kosovo Policy**, publicado em washingtonpost.com, abril de 1999, disponível em: <https://www.washingtonpost.com/wp-srv/national/longterm/policy041899.htm>. Acesso em 24/04/2023.

GRAAF, Nana De; APELDOORN, Van Bastiaan. **The Transnationalist US Foreign Policy Elite in exile? A Comparative Network Analysis of the Trump Administration**. 2019.

GOLDENBERG, Mirian. **A Arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais?** Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2004.

GOLDSTEIN, Erik. **Wars and Peace Treaties: 1816 to 1991**. London: Routledge. 2005.

GOLDSTONE, Jack A. A history and sociology of historical sociology. **International Journal of Comparative Sociology**, [S. l.], v. 47, n. 5, p. 359–369, 2006.

DOI: 10.1177/0020715206068618. Disponível em:

<https://doi.org/10.1177/0020715206068618>.

GROMES, Thorsten. **A humanitarian milestone? Nato's 1999 intervention in Kosovo and trends in military responses to mass violence**. Frankfurt am Main: Peace Research Institute Frankfurt. 2019.

GUERRERO, Marta Moreno. **Kosovo issue remains unresolved after 14 years of back and forth**. Atalayar, [S. l.], 2022. Disponível em:

<https://www.atalayar.com/en/articulo/politics/kosovo-issue-remains-unresolved-after-14-years-back-and-forth/20220224160457155255.html>. Acesso em: 7 nov. 2023.

GUEVARA, Berit, GOETZE, Catherine. **International Political Sociology of Peacebuilding**. In: RICHMOND, VISOKA. *The Oxford Handbook of Peacebuilding, Statebuilding, and Peace Formation*. Oxford: Oxford University Press. 2021

HABERMAS J. 1999. *Bestialidade e humanidade: Uma guerra no limite entre direito e moral*. **Cadernos de Filosofia Alemã**, N 5. p. 77-87. 1999.

HAMMOND, Phillip, HERMANN, Edward. **Degraded capability: the media and the kosovo crisis**. London: Pluto Press. 2000.

HAMMOND, Philip. **The tragedy of Kosovo**. 2019. Disponível em: <https://www.spiked-online.com/2019/03/22/the-tragedy-of-kosovo/>.

HARDY, Vesna Domany. **The Bosnian Catastrophe**. 2015. Disponível em: <https://www.nybooks.com/articles/1993/08/12/the-bosnian-catastrophe/>

HARTWELL, Leon. **The soldier in the photograph: in memory of Richard Holbrooke**. 2021. Disponível em: <https://balkaninsight.com/2021/09/06/the-soldier-in-the-photograph-in-memory-of-richard-holbrooke/>.

HAXHIAJ, Serbeze; STOJANOVIC, Milica. **Autonomy Abolished: How Milosevic Launched Kosovo's Descent into War**, publicado em balkaninsight.com, março de 2020, disponível em: <https://balkaninsight.com/2020/03/23/autonomy-abolished-how-milosevic-launched-kosovos-descent-into-war/>. Acesso em 12/08/2022.

HAXHIAJ, Serbeze. **Has the UN's Kosovo Mission Become Obsolete?** 2018. Disponível em: <https://balkaninsight.com/2018/12/18/has-the-un-s-kosovo-mission-become-obsolete-12-17-2018/>. Acesso em: 4 jun. 2023.

HETEMI, Atdhe. *Student Movements for the Republic of Kosovo*. [s.l.: s.n.]. DOI: 10.1007/978-3-030-54952-7. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-3-030-54952-7>.

HILAJ, Arjan. *'The Albanian National Question and the Myth of Greater Albania'*, *The Journal of Slavic Military Studies*, V 26. 2013.

HOCKENOS, Paul. **Homeland Calling: Exile Patriotism and the Balkan Wars**. Nova Iorque: Cornell University Press. 2003.

HOBBSAWN, Eric. *Nações e Nacionalismos*. São Paulo: Paz & Terra. 2012

HOSMER, Stephen. **The conflict over Kosovo: why Milosevic decided to settle when he did**. Santa Monica: RAND Corporation. 2001.

HLC, **About**, publicado em hlc-kosovo.org, sem data, disponível em: <https://hlc-kosovo.org/en/what-we-do#:~:text=War%20Stories,Kosovo%2C%20many%20of%20them%20untold>. Acesso em 25/04/2023.

INGIMUNDARSON, Valur. The 'Kosovo Precedent': Russia's justification of military interventions and territorial revisions in Georgia and Ukraine. **LSE Ideas**, [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.lse.ac.uk/ideas/Assets/Documents/updates/2022-SU-Valur-RussKosovo.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2023.

Is Rama right: What is the difference between Kosovo and Kosova? 2022. Disponível em: <https://www.kosovo-online.com/en/analysis/rama-right-what-difference-between-kosovo-and-kosova-29-3-2023>. Acesso em: 8 nov. 2023.

KOSSEV. **40 years since demonstrations in Kosovo: The breakup of Yugoslavia began in a student cafeteria - KoSSev**. 2021. Disponível em: <https://kossev.info/40-years-since-demonstrations-in-kosovo-the-breakup-of-yugoslavia-began-in-a-student-cafeteria/>.

JAMES, Barry. **U.S. and EU Denounce Massacre in Kosovo as NATO Ponders Next Move**, publicado em nytimes.com, janeiro de 1999, disponível em: <https://www.nytimes.com/1999/01/18/news/us-and-eu-denounce-massacre-in-kosovo-as-nato-ponders-next-move.html>. Acesso em 03/05/2023.

JUDAH, Tim. **Kosovo: What Everyone Needs to Know**. New York: Oxford University Press. 2008.

KAPLAN, Robert. **Balkan Ghosts. A Journey Through History**. New York: Picador USA. 2005.

KARL, Monsma. **A nova sociologia histórica: contextos, trajetórias, eventos e complexidade na análise da mudança social**. In: RIBEIRO, Maria Thereza. *A dimensão histórica da sociologia: dilemas e complexidades*. Curitiba: Appris. 2016.

KTA. **Archive - 2 :: Kosovo Trust Agency :: KTA**. [s.d.]. Disponível em: <http://kta-kosovo.org/html/index.php?module=htmlpages&func=display&pid=134>.

KENKEL, Kai. *Five generations of peace operations: from the "thin blue line" to "painting a country blue"*. **Revista Brasileira de Política Internacional**, V 56 N 1, p. 122-143. 2013.

KELMENDI, Ilir. Bujan Conference Hope for the realization of historical right on national unification. **Social Science Research Network**, [S. l.], 2018. DOI: 10.2139/ssrn.3172070. Disponível em: <https://doi.org/10.2139/ssrn.3172070>.

KING, Charles. U.S. Foreign Policy in Kosovo: A Brief Introduction from Bush to Biden. **Democracy for Development (D4D)**, [S. l.], 2021.

KLEBNIKOV, Peter. **Heroin heroes**. 2000. Disponível em: <https://www.motherjones.com/politics/2000/01/heroin-heroes/>. Acesso em: 7 nov. 2023.

KOINOVA, Maria. Understanding the War in Kosovo, Florian Bieber and Zidas Daskalovski, eds, (London: Frank Cass, 2003), 350 pp. **Nationalities Papers**, [S. l.], v. 32, n. 2, p. 526–529, 2004. DOI: 10.1017/s0090599200013477. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/s0090599200013477>.

KOHA. **25 years since the first appearance of the Kosovo Liberation Army**. 2022. Disponível em: <https://www.koha.net/en/arboretum/354561/25-years-since-the-first-appearance-of-the-Kosovo-Liberation-Army/>. Acesso em: 9 nov. 2023.

KOSOVA PRESS. **26 years since the fall of the martyr Adrian Krasniqi**. 2023. Disponível em: <https://kosovapress.com/en/26-vjet-nga-renia-e-deshmorit-adrian-krasniqi/>. Acesso em: 8 nov. 2023.

KRSTIC, Branislav. Kosovo Serbs call for return of Russian troops. **U.S.**, [S. l.], 2008. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/idUSL27581187>.

KU LEUVEN. **Democratic league of Kosovo**. [s.d.]. Disponível em: <https://soc.kuleuven.be/io/english/european-party-monitor/kosovo/LDK>. Acesso em: 9 nov. 2023.

KUSHI, Sidita. **Divergent Perspectives on the Kosovo Crisis through a Realist Lens**, *SSRN*. 2016.

LAKE, David A.; MARTIN, Lisa L.; RISSE-KAPPEN, Thomas. Challenges to the Liberal Order: Reflections on *International Organization*. **International Organization**, [S. l.], v. 75, n. 2, p. 225–257, 2021. DOI: 10.1017/s0020818320000636. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/s0020818320000636>.

LAYNE, Christopher, SCHWARZ, Benjamin. **The Case Against Intervention in Kosovo**, publicado em thenation.com, abril de 1999, disponível em <https://www.thenation.com/article/archive/case-against-intervention-kosovo/>. Acesso em 10/05/2023.

LAWSON, George. *The promise of Historical Sociology*. **International Studies Review** V 8, N 3. p. 397-423. 2006.

LEMAY-HÉBERT, Nicolas. *State-Building from the Outside-In: UNMIK and Its Paradox*. **Journal of Public and International Affairs**. Vol. 20. p. 65-90. 2009.

.Everyday Legitimacy and International Administration: Global Governance and Local Legitimacy in Kosovo, *Journal of Intervention and Statebuilding*, V 7 N1, p. 87-104, 2013.

LONDON, Brady. **‘Like walking on missiles’: US airman recalls the horror of the Vietnam ‘Christmas bombings’ 50 years on**, publicado em CNN, dezembro de 2022, disponível em: <https://edition.cnn.com/2022/12/17/asia/operation-linebacker-ii-50th-anniversary-intl-hnk-ml-dst/index.html>. Acesso em 02/05/2023.

LINDEN, Marcel van den; MITZMAN, Lee. *Charles Tilly's Historical Sociology* **International Review of Social History**. V 54 (2). 2009.

LIS, Alan. **How are ethnic identities mobilized before and during conflict? Analysis in relation to the Yugoslav Wars**, publicado em ine.org, agosto de 2020, disponível em: <https://ine.org.pl/en/how-are-ethnic-identities-mobilized-before-and-during-conflict-analysis-in-relation-to-the-yugoslav-wars/>. Acesso em 10/05/2023.

MACMILLAN, Margaret. **A Primeira Guerra Mundial: Que acabaria com as guerras**. São Paulo: Globo Livros. 2014.

MALCOLM, Noel. **Kosovo: A Short History**. New York, New York, United States of America: Press New York, 1998.

MASTERS, Jonathan. Why NATO has become a flash point with Russia in Ukraine. **Council on Foreign Relations**, [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.cfr.org/backgrounder/why-nato-has-become-flash-point-russia-ukraine>

MAURER, Pierre. United States - Yugoslav Relations: A Marriage Of Convenience on JSTOR. **Studia Diplomatica**, [S. l.], p. 429–451, 1985. DOI: 10.2307/44835732. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/44835732>.

MCBRIDE, James. Russia’s influence in the Balkans. **Council on Foreign Relations**, [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.cfr.org/backgrounder/russias-influence-balkans>.

MCGLYNN, Jade. For Putin, invading Ukraine is revenge for NATO’s Kosovo war. **Foreign Policy**, [S. l.], 2022. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2022/03/03/putin-ukraine-russia-nato-kosovo/>.

MEIER, Viktor. **Yugoslavia: A History of its Demise**. 1. ed. New York, New York, United States of America: Routledge, 2005.

MEMORIE. **“The League of Communists of Yugoslavia was told to ‘destroy the Stalinist regime in Albania’ and...” Enver’s political diary in May ’81 on the events in Kosovo**. 2021. Disponível em: <https://memorie.al/en/the-league-of-communists-of-yugoslavia-was-told-to-destroy-the-stalinist-regime-in-albania-and-envers-political-diary-in-may-81-on-the-events-in-kosovo/>.

MENEZES, Gustavo Oliveira Telles De. O Brasil e as questões do Kosovo e da Crimeia. **Neiba**, [S. l.], v. 7, 2018.

MENEZES, Gustavo O. T. **A questão da neutralidade nas relações Rússia-Sérvia**. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Programa Interinstitucional de Pós-Graduação San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp, Pucp-SP). Campinas, 2019.

MIKOVIC, Nikola. Putin pulling pages from NATO's Kosovo playbook. *Asia Times*, [S. l.], 2022. Disponível em: <https://asiatimes.com/2022/02/putin-pulling-pages-from-natos-kosovo-playbook/>.

MILLS, Charles W. **Imaginação Sociológica**. São Paulo: Zahar. 1959.

MONTANARO, Lucia. **The Kosovo state-building Conundrum: Addressing Fragility in a Contested State** Madrid: FRIDE 2009.

NAY, Olivier. *Fragile and failed states: Critical perspectives on conceptual hybrids*. *International Political Science Review*, V 34 N3, p. 326–341. 2013.

NEGASH, Mossa H. (2015). *Ethnic identity and conflict: lessons from the Kosovo crisis*. *European Scientific Journal*, V 11 N 8, 2015.

NOCTIUMMES, T. and PAGE, J-P. *Yugoslavia: An imperialist war for a new world order*. *Socialism and Democracy*, V 13 N 2. p. 37-87, 1999.

NORTON-TAYLOR, Richard; WATT, Nicholas. Nato counts £4.8bn price of campaign. *The Guardian*, [S. l.], 1999. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/1999/jun/11/balkans7>.

NY TIMES, **Upheaval in the East: Yugoslavia; 3 More Ethnic Albanians Reported Slain in Southern Province**, publicado em nytimes.com, fevereiro de 1990, disponível em: <https://www.nytimes.com/1990/02/01/world/upheaval-east-yugoslavia-3-more-ethnic-albanians-reported-slain-southern.html>. Acesso em 08/05/2023.

ONU (1998). **Resolução 1160**, publicado em un.org, 1998. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/doc/1160>. Acesso em nov. de 2020.

. (1998) **Resolução 1199**, publicado em un.org, 1998. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/doc/1199>. Acesso em nov. de 2020.

. (1999) **Resolução 1244**, publicado em unscr.org, 1999. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/doc/1244>. Acesso em nov. de 2020.

. **UNTSO fact sheet**, publicado em peacekeeping.un.org, sem data, disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/mission/untso>. Acesso em 06/08/2022.

. **Letter dated 26 March 2007 from the Secretary-General addressed to the President of the Security Council**. 2007. Disponível em: <https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Kosovo%20S2007%20168.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2023.

OSCE. **Kosovo: as seen, as told**. Warsaw: Office for Democratic Institutions and Human Rights. 1999(a).

. **OSCE Chairman-in-Office Comments on the Report by Head of EU Forensic Expert Team on the Racak Atrocity**, publicado em reliefweb.int, março de 1999 (b), disponível em: <https://reliefweb.int/report/serbia/osce-chairman-office-comments-report-head-eu-forensic-expert-team-racak-atrocity>. Acesso em 20/04/2023.

. **Kosovo Assembly Elections 2001 - Certified results**. 2001. Disponível em: <https://www.osce.org/kosovo/20466>. Acesso em: 9 nov. 2023.

. **Parallel structures in Kosovo**, publicado em 2003. Disponível em: <https://www.osce.org/files/f/documents/9/1/42584.pdf>. Acesso em: 15/05/2023.

OTAN. **Russian troops leave**. 2003. Disponível em: <https://www.nato.int/docu/update/2003/07-july/e0702a.htm>. Acesso em: 9 nov. 2023.

QIREZ. **A Man with the Power to Unite** [s.l.] : OSCE, 2008. Disponível em: <https://www.osce.org/files/f/documents/7/0/18256.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2023.

REPORTER, Guardian Staff. Profits of war. **The Guardian**, [S. l.], 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/books/2004/jul/22/usa.politics>.

RFE/RL'S BALKAN SERVICE. Kosovo Calls On Apple To Correct Its Borders On Maps. **RadioFreeEurope/RadioLiberty**, [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.rferl.org/a/kosovo-calls-on-apple-to-correct-its-borders-on-maps/30750919.html>.

RITZER, **Sociological Theory**. New York: Mac-Graw Hill. 2011.

ROGOW, Faith. **The Brooklyn Connection: Discussion guide**. 2021. Disponível em: <https://studylib.net/doc/8768063/discussion-guide>. Acesso em: 9 nov. 2023.

ROSA, Victória P.; PAOLIELLO, Tomaz. O. O Envolvimento de Atores Privados e os Projetos para Reforma no Setor de Segurança no Kosovo sob Ocupação. **Revista De Estudos Internacionais**, v. 10, p. 46-68, 2019.

PARIS, Roland; SISK, Timothy. **The Dilemmas of Statebuilding: Confronting the contradictions of postwar peace operations**. Abingdon: Routledge. 2009.

PATRISP. **War memories of a female KLA fighter: 'Fighting for freedom was my greatest luck' - exit - explaining Albania**. 2021. Disponível em: <https://exit.al/en/war-memories-of-a-female-kla-fighter-fighting-for-freedom-was-my-greatest-luck/>.

PAHUMI, Nevila. **The consolidation of Albanian nationalism: The League of Prizren 1878-1881**. 2007. Thesis - University of Michigan, [S. l.], 2007. Disponível em: http://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/2027.42/55462/1/pahumi_history_honors_thesis_2007.pdf.

PERRITT, Henry. Final Status for Kosovo, Chicago-Kent Law Review, V 80, N 3. 2005

PERRITT, Henry. **Kosovo Liberation Army: Inside an Insurgency**. University of Illinois: Illinois Press, 2008

PETTIFER, James. **The Kosovo Liberation Army: Underground war to Balkan Insurgency**. London: Hurst. 2012.

PESMAZOGLOU, Stephanos. *La guerre de troie n'a pas eu lieu*": Kosovo, supervision and punishment, **Balkanologie**, V 8, N 1. 2004.

PICHLER, Robert; GRANDITS, Hannes; FOTIADIS, Ruza. *Kosovo in the 1980s – Yugoslav Perspectives and Interpretations*, **Comparative Southeast European Studies**, V 69 N 3, 2021.

PINELES, Dean B. **How the ‘Kosovo Precedent’ Shaped Putin’s Plan to Invade Ukraine**. 2022. Disponível em: <https://balkaninsight.com/2022/03/09/how-the-kosovo-precedent-shaped-putins-plan-to-invade-ukraine/>.

PRATSCHKE, J. 1999. Kosovo, Imperialism and the Left: A Stratified Analysis of Responses to NATO's War. **Alethia**, 2(2): 14-19.

PREBREZA, Visar. **Kosovo mulls giving Wesley Clark major stake in coal**. 2018. Disponível em: <https://balkaninsight.com/2016/09/13/kosovo-mulls-giving-wesley-clark-major-stake-in-coal-09-12-2016/>.

PRESIDENT OF RUSSIA. **Address by the President of the Russian Federation**. 2022. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/67843>. Acesso em: 8 nov. 2023.

QORI, Arlind. **How Neoliberal Shock Therapy Brought Albania to the Brink of Civil War**, publicado em jacobin.com, fevereiro de 2022, disponível em: <https://jacobin.com/2022/05/albania-pyramid-schemes-capitalist-transition-conflict-socialists>. Acesso em 12/05/2023.

REUTERS. Kosovo still “highly volatile” after May clashes, NATO commander says. Reuters, [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/europe/kosovo-still-highly-volatile-after-may-clashes-nato-commander-2023-09-06/>.

RICHMOND, O.; VISOKA, G. *After liberal peace? From failed state-building to an emancipatory peace in Kosovo*. **International Studies Perspectives**, V 18 N 1, p. 110–129, 2017.

ROBERTS, Adam. *Humanitarian War: Military Intervention and Human Rights*. **International Affairs**. V 69 N 3, p. 429-449. 1993

ROBERTSON, JAMES. **From Enver Hoxha to Bill Clinton: A brief history of the Kosovo Liberation Army**. 2018. Disponível em: <https://jacobin.com/2018/08/enver-hoxha-humanitarian-intervention-kosovo-serbia>. Acesso em: 7 nov. 2023.

. NATO's ‘Humanitarian War’ over Kosovo, **Survival**, V 41 N3, p.102-123. 1999.

SKOCPOL, Theda. **Vision and method in historical sociology**. [s.l.: s.n.].

DOI: 10.1017/cbo9780511621567. Disponível em:

<https://doi.org/10.1017/cbo9780511621567>.

SERBIAN ACADEMY OF ARTS AND SCIENCES. **Memorandum of the Serbian Academy of Sciences and ArtsEuro Docs**. [s.l.: s.n.]. Disponível

em: https://eudocs.lib.byu.edu/index.php/Memorandum_of_the_Serbian_Academy_of_Sciences_and_Arts. Acesso em: 7 nov. 2023.

SERBIAN DAILY. **23rd Anniversary of the Kumanovo Agreement**, publicado em serbiandaily, 1999, junho de 2022, disponível em: <https://serbiandaily.com/2022/06/09/23rd-anniversary-of-the-kumanovo-agreement/>. Acesso em: 02/05/2023.

SCHMIDT, Fabian. **Rugova and the Kosovar power struggle**. 1999. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/serbia/rugova-and-kosovar-power-struggle>. Acesso em: 8 nov. 2023.

SCOTT, Zoe. **Literature Review on State-Building. Birmingham: Governance and Social Development Resource Centre**. 2007

SCOTT, John; MARSHALL, George. **Dictionary of sociology**. Oxford: OUP Oxford. 2014. SPIEGEL, SALAMA, *War and mortality in Kosovo, 1998–99: an epidemiological testimony*. **The Lancet**, V 355. 2000.

SEYMOUR, Jack. **The Balkan Stability Pact: a crucial test for Europe**. 2000. Disponível em: <https://www.wilsoncenter.org/publication/the-balkan-stability-pact-crucial-test-for-europe>. Acesso em: 9 nov. 2023.

SKOGSTAD, Samuel; BERTONE, Thomas; DIMAS, Art; LONG, Lawrence; ANDERSON, Joseph. **EVALUATION OF THE USAID/KOSOVO ECONOMIC RECONSTRUCTION PROJECT**. 2003. Disponível em: https://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PDABZ157.pdf. Acesso em: 8 nov. 2023.

STABILITY PACT FOR SOUTH EASTERN EUROPE. **Cologne Document - Albania**. 1999. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/albania/stability-pact-south-eastern-europe-cologne-document>. Acesso em: 9 nov. 2023.

SULLIVAN, Stacy. **Be not afraid, for you have sons in America**. New York: St. Martin's Press. 2004.

SULLIVAN, Stacy. **US Albanians put faith in Kerry: American-Albanians appear to hope Kerry victory will put Kosovo back on the foreign policy agenda**. 2005b. Disponível em: <https://iwpr.net/global-voices/us-albanians-put-faith-kerry>. Acesso em: 8 nov. 2023.

SUTTERLIN, James. **Interview with Sergio Vieira de Mello /: by James S. Sutterlin**. 1998. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/519108>. Acesso em: 8 nov. 2023.

TASS. **Russia doesn't care if G7 recognizes new Ukrainian borders — Medvedev**. 2022. Disponível em: <https://tass.com/world/1451025>. Acesso em: 8 nov. 2023.

TELESUR. **US, NATO Lie to Justify Genocide and Destruction in Yugoslavia**, publicado em Telesur.net, março de 2016, disponível em: <https://www.telesurenglish.net/analysis/US-NATO-Lies-to-Justify-Genocide-and-Destruction-in-Yugoslavia-20160323-0005.html>. Acesso em 28/04/2023.

TFF. **O Presidente Erdoğan recebeu o Presidente da TFF, Nihat Özdemir**. 2019. Disponível em: <https://www.tff.org/default.aspx?pageID=285&ftxtID=32041>. Acesso em: 9 nov. 2023.

TILLY, Charles. **Coerção, Capital e Estados Europeus**. São Paulo: Edusp. 1996.

TILLY, Charles. History of and in sociology. **The American Sociologist**, [S. l.], v. 38, n. 4, p. 326–329, 2007. DOI: 10.1007/s12108-007-9020-z. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s12108-007-9020-z>.

THAROOR, Ishaan. The guardians of the liberal order now foresee its collapse. **Washington Post**, [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2017/01/12/the-guardians-of-the-liberal-order-now-foresee-its-collapse/>.

THE STRATEGY BRIDGE. **A Tantalizing Success: The 1999 Kosovo War**, publicado em thestrategybridge.org, julho de 2021, disponível em: <https://thestategybridge.org/the-bridge/2021/7/9/a-tantalizing-success-the-1999-kosovo-war>. Acesso em 18/04/2023.

TM. What is the ‘gang of five’? **Turkish Minute**, [S. l.], 2020. Disponível em: <https://turkishminute.com/2020/12/08/what-is-the-gang-of-five/>.

TPI. **Final Report to the Prosecutor by the Committee Established to Review the NATO Bombing Campaign Against the Federal Republic of Yugoslavia**, disponível em: <https://www.icty.org/en/press/final-report-prosecutor-committee-established-review-nato-bombing-campaign-against-federal>. 2000.

TROVE. **Yugoslav Attack On U.S. Plane - Barrier Miner (Broken Hill, NSW : 1888 - 1954) - 20 Aug 1946**. 1946. Disponível em: <https://trove.nla.gov.au/newspaper/article/48476860>. Acesso em: 9 nov. 2023.

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. **The Acting Secretary of State to the Ambassador in Yugoslavia (Patterson)**. 1946. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1946v06/d651>. Acesso em: 7 nov. 2023.

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. **OPERATIONS PLAN FOR YUGOSLAVIA**. 1960. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1958-60v10p2/d158>. Acesso em: 7 nov. 2023.

UNKOVSKI-KORICA, V. (2019). **From the Cold War to the Kosovo War: Yugoslavia and the British Labour Party**. *Revue d'études comparatives Est-Ouest*, 1, 115-145. <https://doi.org/10.3917/receol.501.0115>

UNMIK. A CONSTITUTIONAL FRAMEWORK FOR PROVISIONAL SELF-GOVERNMENT IN KOSOVO. 2001. Disponível

em: https://unmik.unmissions.org/sites/default/files/regulations/02english/E2001regs/RE2001_09.pdf. Acesso em: 9 nov. 2023.

UNMIK. **Mandate.** 2023. Disponível em: <https://unmik.unmissions.org/mandate>.

UNODC. BUSINESS, CORRUPTION AND CRIME IN KOSOVO: The impact of bribery and other crime on private enterprise. [s.l: s.n.]. Disponível

em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/statistics/corruption/Kosovo_Business_corruption_report_EN.pdf. Acesso em: 9 nov. 2023.

UVALIC, M. **The rise and fall of market socialism in Yugoslavia.** 2019.

WALD, Matthew. **Amid Ceremony and Ingenuity, Kuwait's Oil-Well Fires Are Declared Out.** 1991. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1991/11/07/world/amid-ceremony-and-ingenuity-kuwait-s-oil-well-fires-are-declared-out.html>. Acesso em: 9 nov. 2023.

WATSON BROWN (ORG.). **Costs of war.** [s.d.]. Disponível

em: <https://watson.brown.edu/costsofwar/>. Acesso em: 8 nov. 2023.

WOOLDRIDGE, Elizabeth. **Yugoslav-United States Relations, 1946-1947 Stemming From The Shooting Of U.S. Planes Over Yugoslavia, August 9 AND 19, 1946.** 1971. MA THESIS - RICE UNIVERSITY, [S. l.], 1971.

WHEELER, Nicholas J. *Reflections on the legality and legitimacy of NATO's intervention in Kosovo*, **The International Journal of Human Rights**, 4:3-4, 144-163. 2000

. **Saving Strangers: Humanitarian Intervention in International Society.** New York: Oxford University Press. 2000.

. **Humanitarian Intervention After Kosovo: Emergent Norm, Moral Duty or the Coming Anarchy?** **International Affairs**, V 77 N 1, p.113-128, 2001.

VAN DER BORGH, Chris. Resisting International State Building in Kosovo, **Problems of Post-Communism**, V 59 N 2, 31-42, 2012.

VAN WINKLE. **The Rise of Ethnic Nationalism in the Former Socialist Federation of Yugoslavia: An Examination of the Use of History.** Thesis -Western Oregon University. 2015.

VISOKA, G; MUSLIU, V. **Unravelling Liberal Interventionism: Local Critiques of Statebuilding in Kosovo.** London: Routledge. 2019.

VISOKA, Gëzim. Metis diplomacy. **Cooperation and Conflict**, [S. l.], v. 54, n. 2, p. <https://www.jstor.org/stable/48512885>, 2018. DOI: 10.2307/48512885. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/48512885>.

VOTRA MAGAZINE. **Vatra, the Pan-Albanian Federation of America**. 2023. Disponível em: <https://www.votramagazine.com/vatra-the-pan-albanian-federation-of-america/>. Acesso em: 7 nov. 2023.

WALLERSTEIN, Imanuel. **Bombs away!** [s.d.]. Disponível em: <https://kunstradio.at/WAR/wallerstein.html>.

WOOD, Barry. **Balkan oil pipeline agreement moves project closer to reality**. 2004. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20080913053314/http://voanews.com/english/archive/2004-12/2004-12-30-voa4.cfm>. Acesso em: 9 nov. 2023.

YABANCI, Bilge. The (Il)legitimacy of EU state building: local support and contention in Kosovo, **Southeast European and Black Sea Studies**, V 16 N 3, p. 345-373. 2016.

YILDIZ, Murat. **'The gang of five': Nepotism, corruption and tender-rigging in Erdoğan's Turkey**. 2021. Disponível em: <https://www.duvarenglish.com/the-gang-of-five-nepotism-corruption-and-tender-rigging-in-erdogans-turkey-news-56200>. Acesso em: 9 nov. 2023.

ZANDEE, Dick; LEURDIJK, Dick. **Kosovo: From crisis to crisis**. New York, New York, United States of America: Routledge, 2001. Disponível em: <https://www.routledge.com/Kosovo-From-Crisis-to-Crisis/Leurdijk-Zandee/p/book/9781315204628>.

ZAUM, Dominik. **States of Conflict: A case study on state-building in Kosovo**. London: Institute for Public Policy Research. 2009.

ANEXO – IMAGEM DE DELEGAÇÃO DE CLINTON EM VISITA À BÓSNIA EM 1997



Fonte: Wikipedia, sem data.

Em 22 de dezembro de 1997, uma comitiva do Presidente Clinton fez uma visita à Bósnia. Na viagem, estavam presentes a Secretária de Estado, Madeline Albright, o general Wesley Clark, o congressista John Kasich, os Senadores Dan Coats, Ted Stevens, Joe Biden, Joe Lieberman, Bob Dole e o Conselheiro de Segurança Nacional, Sandy Berger. Era o sinal de que a grande potência estava determinada a ocupar um espaço central nas dinâmicas dos Bálcãs. Mais tarde, estas mesmas lideranças teriam um papel fundamental no conflito no Kosovo. Fonte: Wikipedia, sem data.